**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS**

LUCIANE DO NASCIMENTO SPADOTTO

**ORDENS E PEDIDOS EM LÍNGUA ITALIANA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE
FALANTES NATIVOS E APRENDIZES BRASILEIROS A PARTIR DA TEORIA
DOS ATOS DE FALA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

(VERSÃO CORRIGIDA)

**SÃO PAULO
2016**

LUCIANE DO NASCIMENTO SPADOTTO

**ORDENS E PEDIDOS EM LÍNGUA ITALIANA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE
FALANTES NATIVOS E APRENDIZES BRASILEIROS A PARTIR DA TEORIA
DOS ATOS DE FALA**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabetta A.R.M.C Santoro

SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

So Spadotto, Luciane do Nascimento
ORDENS E PEDIDOS EM LÍNGUA ITALIANA: UM ESTUDO DA
PERCEPÇÃO DE FALANTES NATIVOS E APRENDIZES
BRASILEIROS A PARTIR DA TEORIA DOS ATOS DE FALA /
Luciane do Nascimento Spadotto ; orientadora
Elisabetta A.R.M.C. Santoro. - São Paulo, 2016.
170 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Italiana.

1. . I. Santoro, Elisabetta A.R.M.C., orient. II.
Título.

Como amor, a você, Douglas, que tanto acredita no meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Douglas, com quem compartilho a vida. Obrigada pelo carinho, pela amizade e por estar sempre ao meu lado. Obrigada por ser tão paciente e prestativo, por me ouvir e me aconselhar em todos os momentos.

À minha mãe, Marlet, que me ensinou meus melhores valores. Obrigada por todo carinho, pelo amor e por ser sempre tão compreensiva. Obrigada pelo apoio, por torcer pelas minhas conquistas e por me aconselhar com palavras sempre sábias e sensatas.

À minha amada família de *Nascimentos* e *Spadottos*. Obrigada pelos momentos juntos, pelo apoio, pelas preocupações, por acreditarem no meu percurso e por fazerem parte de mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Elisabetta Santoro. Obrigada pela confiança, pela infindável paciência e pelo apoio em todos os momentos deste percurso. Obrigada pelas valiosas orientações, pelas esclarecedoras explicações e por todo seu trabalho no desenvolvimento e na conclusão desta pesquisa.

Aos meus professores da pós-graduação. Obrigada à Profa. Dra. Fernanda Ortale por ter me admitido como estagiária no Italiano no *Campus* no início do meu percurso na USP. Obrigada ao Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva e à Profa. Dra. Zulma Kulikowski, que compuseram minha banca de qualificação e acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas do *Grupo de Pesquisa Pragmática (Inter)Linguística, Cross-cultural e Intercultural* da FFLCH-USP. Obrigada pelo trabalho que fazemos juntos e pelos momentos de convívio e aprendizado.

Aos amigos, colegas de trabalho e ex-alunos de Curitiba. Obrigada por terem feito parte da minha trajetória e por terem colaborado tão prontamente com esta pesquisa, respondendo e divulgando o questionário de coleta de dados.

Aos amigos, colegas de trabalho e ex-alunos de São Paulo. Obrigada pela consideração que tiveram pelo meu trabalho, respondendo e divulgando o questionário de coleta de dados.

Aos colegas do curso de fotografia. Obrigada pelos momentos de alegria e descontração que tanto me ajudaram nos períodos de ansiedade e tensão. Obrigada especialmente à Beth pelo esforço em divulgar meu questionário de coleta de dados.

À Ana, Marília e Yza, as minhas *BFFs*. Obrigada por, mesmo de longe, estarem ao meu lado. Obrigada pelos conselhos, pelas conversas descontraídas, pelas risadas, por estarem sempre prontas a me ouvir.

À Paula Garcia e à Luciana Lanhi Balthazar. Obrigada pela amizade, pelos valiosos conselhos e pelo apoio que me deram durante essa trajetória. Obrigada pela companhia sempre tão agradável e divertida.

À Mayara da Silva Neto. Obrigada pela amizade, pela adoráveis e descontraídas *pause caffè*, pela companhia nos eventos acadêmicos.

À Luciana Lafetá e à Tarsila Montresor. Obrigada pelo carinho e dedicação nas aulas de pilates, que tanto me ajudaram neste percurso. Obrigada por todas as palavras de apoio e inspiração.

Ao CELIN – UFPR, lugar onde comecei a exercer minha profissão e fui muito feliz.

Aos meus professores da Universidade Federal do Paraná, que ajudaram em minha formação profissional e, assim, contribuíram para meu desenvolvimento pessoal.

À Capes por financiar parte da minha pesquisa.

RESUMO

Inserido no âmbito da Pragmática intercultural, o presente trabalho tem com objetivo investigar ordens e pedidos em língua italiana, identificando os elementos que caracterizam e diferenciam esses dois atos de fala a partir da percepção de falantes nativos e de brasileiros aprendizes de italiano. Nossas investigações foram motivadas principalmente por questões relacionadas à prática de ensino que, a nosso ver, precisa incluir aspectos relacionados à língua em uso e em contexto. Além disso, ao investigar ordens e pedidos, podemos, do ponto de vista linguístico, abordar o estereótipo segundo o qual os italianos seriam pessoas mais autoritárias em relação aos brasileiros. Para atingir nossos objetivos, elaboramos um questionário *online* composto por interações verbais entre falantes nativos, gravadas em áudio e vídeo, e diálogos extraídos de material cinematográfico. Os vídeos foram selecionados a partir de critérios que estabelecemos com base naquilo que é afirmado, sobre ordens e pedidos, pelas teorias e estudos que escolhemos para guiar a investigação. O questionário foi enviado a falantes nativos e a brasileiros aprendizes de italiano, aos quais pedimos que, após assistirem a cada interação, avaliassem o ato de fala em destaque e o classificassem como “ordem”, “pedido”, ou “outro”. Além disso, solicitamos que, após cada resposta, os informantes descrevessem os fatores que motivaram suas escolhas. Sobre a comparação entre ordens e pedidos, partimos da hipótese que os elementos que caracterizam esses dois atos de fala criam diferenças por estarem associados tanto à estrutura linguística quanto ao contexto que envolve a interação. A respeito dos italianos parecerem mais autoritários, nossa hipótese era que brasileiros reconheceriam de maneira diferente os elementos que constituem e diferenciam ordens de pedidos. Os resultados deste estudo confirmam, em parte, aquilo que assumimos como hipótese. Com a análise dos dados, observamos que, de fato, ordens e pedidos em língua italiana, tanto para falantes nativos quanto para brasileiros, são diferenciados pela estrutura linguística e pelos elementos contextuais que envolvem a interação. Ao compararmos os dados, verificamos também que, para justificar suas respostas, informantes italianos recorreram mais frequentemente a elementos prosódicos enquanto nas respostas dos brasileiros prevaleceram elementos de natureza pragmalinguística. Por fim, constatamos ainda que não há diferenças significativas entre a forma como italianos classificaram os atos de fala e o modo como foram interpretados por brasileiros.

Palavras-chave: pragmática intercultural; atos de fala; ordens; pedidos.

ABSTRACT

Inserted in the context of intercultural pragmatics, this work has the objective to investigate orders and requests in the Italian language, identifying the elements that characterize and differentiate these two speech acts based on the perception of native speakers and Brazilian Italian language students. Our investigations were motivated mainly by questions related to the teaching practice which, in our view, needs to include aspects related to the language in use and in context. Moreover, while investigating orders and requests we can, from a linguistic viewpoint, approach the stereotype which has the Italians painted as more authoritarian people in relation to the Brazilians. To achieve our objectives, we elaborated an online questionnaire composed by verbal interactions between native speakers, recorded in audio and video, and dialogues extracted from cinematographic material. The videos were selected based on criteria which were established based on what is affirmed, about orders and requests, by the theory and studies chosen to guide this investigation. The questionnaire was sent to native speakers and Brazilian Italian language students, to whom we requests that, after watching each interaction, to evaluate the speech act highlighted and classified it as “order”, “request” or “other”. In addition to that, we requested , after each answer, for the informers to describe the factors that motivated their choices. While comparing orders and request, we used as hypothesis that the elements which characterize these two speech acts create differences because they're associated as much to the linguistic structure as to the context of the interaction. About the Italians appearing to be more authoritarian, our hypothesis was that the Brazilians would recognize in different ways the elements which constitute and differentiate orders from requests. This study's results confirm that, to some extend, that which we assumed in our hypothesis. With the data analysis, we observed that, indeed, orders and requests in Italian language, for both native speakers and Brazilians, are differentiated by the linguistic structure and by the contextual elements that are part of the interaction. Comparing the data, we also verify that to justify their answers, the Italian informers used, more often than not, the prosodic elements while in the Brazilians' answers the elements of a pragmalinguistic nature were more present. Finally, we realized that there weren't significant differences between the way in which the Italians and Brazilians classified speech acts.

Keywords: intercultural pragmatics; speech acts; orders; requests.

ABSTRACT

Inserito nell'ambito della Pragmatica interculturale, il presente lavoro ha come obiettivo investigare ordini e richieste in italiano, identificando gli elementi che caratterizzano e differenziano questi due atti linguistici a partire dalla percezione di parlanti nativi e di apprendenti brasiliani di italiano. La nostra ricerca è stata motivata soprattutto da questioni che derivano dalla pratica dell'insegnamento che, a nostro avviso, deve includere aspetti legati alla lingua in uso e in contesto. Inoltre, investigando ordini e richieste, abbiamo potuto trattare, dal punto de vista linguistico, lo stereotipo secondo il quale gli italiani sarebbero persone più autoritarie rispetto ai brasiliani. Per raggiungere i nostri obiettivi, abbiamo elaborato un questionario *online* composto da interazioni verbali tra parlanti nativi, registrate in audio e video, e dialoghi tratti da materiale filmico. I video sono stati selezionati a partire da criteri stabiliti sulla base di ciò che è affermato su ordini e richieste dalle teorie e dagli studi scelti per guidare la ricerca. Il questionario è stato inviato a parlanti nativi e a apprendenti brasiliani di italiano, ai quali abbiamo chiesto di valutare l'atto linguistico evidenziato, dopo aver visto ciascuna interazione, e di classificarlo come “ordine”, “richiesta” o “altro”. Abbiamo anche chiesto che, dopo ogni risposta, gli informatori descrivessero i fattori che hanno motivato la loro scelta. Quanto al confronto tra ordini e richieste, siamo partiti dall'ipotesi che gli elementi che caratterizzano questi due atti linguistici creano differenze perché vengono associati tanto alla struttura linguistica quanto al contesto in cui è inserita l'interazione. Per quanto riguarda il fatto che gli italiani possono sembrare più autoritari, la nostra ipotesi era che i brasiliani avrebbero riconosciuto in modo diverso gli elementi che costituiscono e differenziano gli ordini dalle richieste. I risultati di questo studio confermano, in parte, l'ipotesi da cui siamo partiti. Con l'analisi dei dati, abbiamo osservato che, effettivamente, ordini e richieste in italiano, tanto per i parlanti nativi quanto per i brasiliani, sono differenziati dalla struttura linguistica e dagli elementi contestuali in cui avviene l'interazione. Confrontando i dati, abbiamo anche verificato che, per giustificare le loro risposte, gli informatori italiani hanno fatto più spesso ricorso a elementi prosodici, mentre nelle risposte dei brasiliani sono prevalsi elementi di natura pragmalinguistica. Infine, abbiamo constatato che non esistono differenze significative tra il modo in cui gli italiani hanno classificato gli atti linguistici e la maniera in cui sono stati interpretati dai brasiliani.

Parole chiave: pragmatica interculturale; atti linguistici; ordini; richieste.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Localização das cidades de origem e residência dos informantes italianos	102
Gráfico 2: Nível de conhecimento da língua italiana dos informantes brasileiros	103
Gráfico 3: Frequência de uso da língua italiana pelos informantes brasileiros	104
Gráfico 4: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 1 como “pedido”	111
Gráfico 5: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 2 como “pedido”	113
Gráfico 6: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como “pedido”	114
Gráfico 7: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 4 como “pedido”	115
Gráfico 8: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “pedido”	116
Gráfico 9: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 6 como “pedido”	117
Gráfico 10: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 7 como “ordem”	118
Gráfico 11: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 8 como “ordem”	119
Gráfico 12: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 9 como “pedido”	121
Gráfico 13: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 10 como “ordem”	122
Gráfico 14: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 11 como “ordem”	123
Gráfico 15: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 12 como “ordem”	124
Gráfico 16: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 13 como “pedido”	126
Gráfico 17: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 14 como “pedido”	127

Gráfico 18: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 15 como “pedido”	128
Gráfico 19: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 16 como “ordem”	129
Gráfico 20: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 1 como “pedido”	134
Gráfico 21: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 2 como “pedido”	134
Gráfico 22: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como “pedido”	136
Gráfico 23: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 4 como “ordem”	137
Gráfico 24: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “pedido”	138
Gráfico 25: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 6 como “pedido”	139
Gráfico 26: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 7 como “ordem”	140
Gráfico 27: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 8 como “ordem”	141
Gráfico 28: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 9 como “pedido”	142
Gráfico 29: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 10 como “ordem”	144
Gráfico 30: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 11 como “pedido”	145
Gráfico 31: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 12 como “ordem”	146
Gráfico 32: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 13 como “pedido”	147
Gráfico 33: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 14 como “pedido”	148

Gráfico 34: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 15 como “pedido”	149
Gráfico 35: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 16 como “ordem”	150
Gráfico 36: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação dos vídeos 1 e 16	155
Gráfico 37: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação do ato de fala do vídeo 5.....	156
Gráfico 38: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação do ato de fala do vídeo 10.....	157
Gráfico 39: Levantamento geral dos elementos mencionados por brasileiros e italianos	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultados do primeiro teste de percepção – classificação dos atos de fala.....	71
Tabela 2: Resultados do primeiro teste de percepção – julgamento dos enunciados	73
Tabela 3: Dados recebidos dos informantes italianos.....	110
Tabela 4: Dados obtidos dos informantes brasileiros	132
Tabela 5: Dados obtidos dos informantes italianos e brasileiros.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação dos modificadores em Nuzzo (2007).....	46
Quadro 2: Ordens e pedidos segundo Austin (1990 [1962]), Searle (2002 [1979]) e Sbisà (2009 [1989])	50
Quadro 3: Enunciados e variáveis apresentadas no primeiro teste de percepção	68
Quadro 4: Critérios para seleção dos vídeos.....	78
Quadro 5: <i>Prompt</i> entregue aos participantes do <i>role play</i>	80
Quadro 6: Transcrição e tradução do vídeo 1	80
Quadro 7: Transcrição e tradução do vídeo 2	81
Quadro 8: <i>Prompt</i> entregue aos participantes do <i>role play</i>	81

Quadro 9: Transcrição e tradução do vídeo 3	82
Quadro 10: Transcrição e tradução do vídeo 4	83
Quadro 11: Transcrição e tradução do vídeo 5	84
Quadro 12: Transcrição e tradução do vídeo 6	85
Quadro 13: Prompt entregue aos participantes do role play	86
Quadro 14: Transcrição e tradução do vídeo 7	87
Quadro 15: Transcrição e tradução do vídeo 8	88
Quadro 16: Transcrição e tradução do vídeo 9	89
Quadro 17: Transcrição e tradução do vídeo 10	90
Quadro 18: Transcrição e tradução do vídeo 11	91
Quadro 19: Transcrição e tradução do vídeo 12	91
Quadro 20: Transcrição e tradução do vídeo 13	93
Quadro 21: Transcrição e tradução do vídeo 14	94
Quadro 22: Transcrição e tradução do vídeo 15	95
Quadro 23: Transcrição e tradução do vídeo 16	97
Quadro 24: Informações sobre os três grupos de vídeos	98
Quadro 25: Exemplos de justificativas não válidas para os nossos propósitos	105
Quadro 26: Elementos identificados nas justificativas válidas dos informantes	107
Quadro 27: Categorias de elementos para análise	108
Quadro 28: Elementos citados pelos informantes brasileiros e italianos.....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Funcionamento do ato ilocutório, conforme Sbisà (2009 [1989])	38
Figura 3: Enunciado do primeiro teste de percepção.....	68
Figura 4: Enunciado e Questão 1 do primeiro teste de percepção.....	69
Figura 5: Enunciado do questionário definitivo.....	99
Figura 5: Vídeo 2 inserido no questionário com transcrição do enunciado e alternativas	100
Figura 6: Vídeo 1 – <i>role play</i> com a identidade dos participantes preservadas.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR	Informante brasileiro
CC	Competência comunicativa
CP	Competência pragmática
FTA	Atos ameaçadores da face (<i>face threatening act</i>)
ICM	Imperativo com modificador
ISM	Imperativo sem modificador
IT	Informante italiano
PCM	Pergunta com modificador
PSM	Pergunta sem modificador
QCER	Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A PRAGMÁTICA: DA ORIGEM À APLICAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUAS ...	23
1.1 Como nasce a Pragmática Linguística	23
1.2 Como pode ser definida a Pragmática	26
1.3 Do que trata a Pragmática	29
1.3.1 As teorias dos atos de fala	30
- J. L. Austin – Dizer é fazer	31
- J. R. Searle – Atos de fala: expressão e significado	34
- Marina Sbisà – A pragmática dos atos de fala.....	37
1.3.2 A teoria da polidez – o modelo de Brown & Levinson	40
1.3.3 Os modificadores linguísticos	42
1.3.4 O papel do contexto	46
1.3.5 Ordens e pedidos: classificação e características	48
1.4 Além da Pragmática Linguística	56
1.4.1 A competência pragmática	57
1.4.2 O ensino da (competência) Pragmática	59
2. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	65
2.1 Ordens e pedidos: o primeiro teste de percepção aplicado a falantes nativos	65
2.1.1 Resultados do primeiro teste de percepção - classificação dos enunciados	70
2.1.2 Resultados do primeiro teste de percepção - julgamento dos enunciados.....	72
2.2 O instrumento de coleta de dados.....	74
2.2.1 Critérios para a seleção dos vídeos.....	76
2.2.2 Os vídeos selecionados.....	78
2.2.2.1 Grupo 1 (vídeos 1-8) - Relação entre os interlocutores (A=B)	79
- Vídeo 1	79
- Vídeo 2	81
- Vídeo 3	81
- Vídeo 4	82
- Vídeo 5	84
- Vídeo 6	84
- Vídeo 7	86
- Vídeo 8	87

2.2.2.2 Grupo 2 (vídeos 9-12) - Relação entre os interlocutores ($A > B$)	88
- Vídeo 9	89
- Vídeo 10	89
- Vídeo 11	90
- Vídeo 12	91
2.2.2.3 Grupo 3 (vídeos 13-16) - Relação entre os interlocutores ($A < B$)	92
- Vídeo 13	92
- Vídeo 14	94
- Vídeo 15	95
- Vídeo 16	96
2.2.3 A elaboração do questionário	97
2.3 Os informantes italianos (IT).....	102
2.4 Os informantes brasileiros (BR).....	103
2.5 Metodologia de análise dos dados.....	104
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ORDENS OU PEDIDOS?	109
3.1 Dados obtidos dos informantes italianos	109
3.1.1 Grupo 1 (Vídeos 1-8).....	111
- Vídeos 1 e 2 ($A = B$ – PCM)	111
- Vídeos 3 e 4 ($A = B$ – ICM)	113
- Vídeos 5 e 6 ($A = B$ – PSM).....	116
- Vídeos 7 e 8 ($A = B$ – ISM)	118
3.1.2 Grupo 2 (Vídeos 9-12).....	120
- Vídeo 9 ($A > B$ – PCM)	120
- Vídeo 10 ($A > B$ – ICM)	122
- Vídeo 11 ($A > B$ – PSM).....	123
- Vídeo 12 ($A > B$ – ISM).....	124
3.1.3 Grupo 3 (Vídeos 13-16).....	125
- Vídeo 13 ($A < B$ – PCM)	125
- Vídeo 14 ($A < B$ – ICM)	126
- Vídeo 15 ($A < B$ – PSM).....	127
- Vídeo 16 ($A < B$ – ISM).....	128
3.1.4 Considerações sobre a análise dos dados dos informantes italianos	129
3.2 Dados obtidos dos informantes brasileiros.....	131
3.2.1 Grupo 1 (Vídeos 1-8).....	132
- Vídeos 1 e 2 ($A = B$ – PCM)	133
- Vídeos 3 e 4 ($A = B$ – ICM)	135
- Vídeos 5 e 6 ($A = B$ – PSM).....	138

- Vídeos 7 e 8 ($A=B$ – ISM)	139
3.2.2 Grupo 2 – (Vídeos 9-12).....	141
- Vídeo 9 ($A>B$ – PCM)	142
- Vídeo 10 – ($A>B$ - ICM)	143
- Vídeo 11 – ($A>B$ - PSM).....	144
- Vídeo 12 ($A>B$ – ISM).....	145
3.2.3 Grupo 3 (Vídeos 13-16).....	146
- Vídeo 13 ($A<B$ – PCM)	147
- Vídeo 14 ($A<B$ – ICM)	148
- Vídeo 15 ($A<B$ – PSM).....	148
- Vídeo 16 ($A<B$ – ISM).....	149
3.2.4 Considerações sobre a análise dos dados dos informantes brasileiros	150
3.3 Comparações entre os dados.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS.....	166

INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolver uma pesquisa sobre ordens e pedidos surgiu da minha experiência como professora de italiano no Brasil. Em sala de aula, sempre deparei-me com questões ligadas a esses dois atos de fala, que se tornavam especialmente evidentes no momento das reflexões sobre o modo imperativo. Nos manuais didáticos, o imperativo é apresentado como a forma linguística que pode ser utilizada para a realização de atos como ordens, conselhos, pedidos, instruções etc. Contudo, não há explicações ou exemplos claros sobre os elementos que diferenciam atos que podem ser proferidos por essa mesma estrutura linguística.

A diferença entre dar um conselho e fazer um pedido parece ser, mesmo que intuitivamente, bastante óbvia. Qualquer falante poderia explicar que o conselho é um ato que, quando proferido, visa ao benefício do ouvinte, enquanto o pedido é realizado para que o falante obtenha algo em seu próprio benefício. Mas qual seria então a diferença entre atos cujo objetivo é o mesmo, como o caso do conselho e da sugestão, já que ambos visam ao benefício do ouvinte? Ou então entre a ordem e o pedido, sendo que ambos visam ao benefício do falante?

Dentre tantas opções, a escolha por investigar ordens e pedidos se deu porque, ao propor atividades didáticas que tinham como objetivo incentivar o uso do imperativo, percebi frequentemente casos em que alunos, mesmo conhecendo as regras de utilização desse modo, preferiam substituí-lo por estruturas menos diretas como aquelas constituídas, por exemplo, com verbos modais. Nas ocasiões em que foi possível discutir explicitamente sobre esse fenômeno, os aprendizes argumentavam que usar o modo imperativo para fazer um pedido ou dar um conselho, por exemplo, poderia soar demasiadamente impositivo. Além disso, dessas discussões, emergia com frequência a ideia difusa, porém sem comprovação empírica, de que os italianos, em relação aos brasileiros, são mais autoritários.

Como professora de língua estrangeira, acredito na importância de embasar a prática pedagógica em atividades resultantes da pesquisa. Dados empíricos levantados a partir de estudos e investigações são capazes de proporcionar o aparato necessário para que fenômenos da língua em uso sejam abordados em sala de aula de modo eficaz para o aprendizado, sem se limitarem a explicações genéricas ou expressões do tipo “é uma questão cultural”.

Na fase de elaboração do projeto de pesquisa, pesquisamos por trabalhos que tivessem se concentrado na investigação de atos de fala, especificamente ordens e pedidos, dentro do contexto de ensino de italiano como língua estrangeira. Realizando uma busca com as palavras e expressões “ordem”, “pedido”, “ensino de italiano”, constatamos que, até aquele momento (2º semestre de 2012), nenhuma pesquisa com esse enfoque parecia ter sido desenvolvida no Brasil. Contudo, ampliando a busca e utilizando somente a expressão “ordens e pedidos” como palavra-chave, encontramos, entre os resultados, três trabalhos desenvolvidos no âmbito da Pragmática Linguística, concentrados em investigar ordens e pedidos e motivados também pela prática do ensino de línguas.

Em ordem de publicação, o primeiro deles foi a dissertação de mestrado de Le Berre (2007), intitulada “Formulações dos Atos Diretivos, em língua oral, no Português do Brasil”. Esse trabalho tem como objetivo descrever e analisar o modo como se realizam os atos diretivos em português, entre eles ordens e pedidos, e as estratégias discursivas que atenuam ou reforçam o grau de imposição desses atos. Considerando a importância dos atos diretivos na comunicação, devido à alta frequência da sua utilização e à diversidade de formas possíveis para sua realização, a autora justifica o desenvolvimento de sua pesquisa principalmente pelo ensino do português como segunda língua. Segundo Le Berre (2007), no campo de ensino, é fundamental entender os aspectos linguístico-discursivos que envolvem a realização dos atos diretivos, uma vez que tais fenômenos são condicionados pelo contexto e pela cultura e, assim, requerem do falante a habilidade no campo interacional, capacidade de negociação e entendimento das etapas que constituem, no caso, pedir e ordenar.

O segundo trabalho que encontramos, foi a dissertação de mestrado de Santos (2009), intitulada “Ordem ou pedido? Como os brasileiros interpretam atos de fala produzidos por aprendizes de PLE”. Desenvolvida também no campo do ensino de português para estrangeiros, essa pesquisa tem o propósito de verificar que elementos prosódicos caracterizam, segundo a percepção de falantes brasileiros, os atos de ordenar e pedir em português quando proferidos por falantes estrangeiros. A escolha pelo tema, segundo a autora, surgiu ao perceber que frequentemente falantes brasileiros tendiam a considerar os falantes estrangeiros de português como pessoas “ríspidas” em sua forma de pedir ou dar ordens. As consequências dessa percepção, além de causar conflitos na comunicação, reforçavam a ideia estereotipada de que estrangeiros são rudes e, até mesmo, grosseiros, sobretudo quando se encontram em posição hierárquica superior à de seu interlocutor.

O terceiro trabalho mais relevante que encontramos sobre o tema, foi a tese de doutorado de Dias (2010) intitulada “Estratégias de polidez linguística na formulação de pedidos e ordens contextualizados: um estudo contrastivo entre o português curitibano e o espanhol montevideano”. O objetivo desse estudo foi investigar a realização de ordens e pedidos e as estratégias de polidez utilizadas no espanhol (montevideano) e no português (curitibano). Segundo a autora, dentre outras experiências profissionais, a prática docente e a ideia estereotipada de que falantes de língua espanhola utilizariam mais as formas imperativas do que os falantes do português brasileiro, também foi o motivador para o desenvolvimento de uma pesquisa nesse âmbito. Embora o processo de ensino e aprendizagem não seja o foco principal de seu estudo, Dias (2010) reconhece que um aprendiz de LE, para ser comunicativamente competente, precisa dominar conhecimentos variados e, desse modo, considera que um o estudo como o seu, desenvolvido no campo da Pragmática Intercultural, pode contribuir a um maior conhecimento do funcionamento das línguas por parte dos professores de português e espanhol e assim auxiliar em práticas que visem o desenvolvimento das competências sociolinguística e pragmática dos estudantes.

Além de investigarem os mesmos atos de fala, os trabalhos mencionados partem de problemas similares que emergem da estreita relação que há entre língua e cultura. Essas pesquisas evidenciam que para o aprendizado que objetiva a comunicação eficaz, são necessárias investigações voltadas ao desenvolvimento de habilidades que não se limitem aos aspectos estruturais da língua. Além disso, salientam a necessidade de estudos que desconstruam, por meio da análise de dados empíricos, ideias estereotipadas – por vezes motivadoras de preconceito e discriminação – e favoreçam a compreensão de culturas diferentes e o respeito à diversidade.

É nesse contexto, e principalmente a partir dessas considerações, que justificamos o desenvolvimento desta pesquisa. Acreditamos que a partir da observação de dados empíricos seja possível levar à sala de aula fenômenos da língua real e identificar o que ensinar aos aprendizes de língua estrangeira para estimular a capacidade de reconhecer elementos do ato comunicativo que transcendem a estrutura formal da língua.

Nosso objetivo neste trabalho, portanto, é investigar ordens e pedidos em língua italiana, concentrando-nos em identificar os elementos que caracterizam e criam diferenças entre esses dois atos de fala a partir da percepção de falantes nativos e aprendizes brasileiros de italiano. Para nortear nossa investigação, elaboramos três perguntas de pesquisa, a saber:

1. Quais são os elementos que caracterizam os atos de fala “ordem” e “pedido” em língua italiana, na percepção de falantes nativos?
2. Quais são os elementos que caracterizam os atos de fala “ordem” e “pedido” em língua italiana, na percepção de brasileiros que falam italiano?
3. Quais analogias e diferenças se observam na comparação entre falantes nativos e brasileiros chamados a avaliar ordens e pedidos?

Para atingir tal objetivo, criamos um questionário composto por interações verbais entre falantes nativos, gravadas em áudio e vídeo e diálogos extraídos de material cinematográfico. O questionário foi enviado *online* para falantes nativos de italiano e brasileiros que falam a língua. Aos informantes pedimos que, após assistir a cada vídeo, classificassem o ato de fala ali contido como “ordem”, “pedido”, ou “outro”. Solicitamos ainda que preenchessem os campos que deixamos em aberto logo após cada resposta, com os fatores que motivaram suas escolhas.

Partimos da hipótese que os elementos que caracterizam ordens e pedidos criam diferenças por estarem associados tanto à estrutura linguística usada pelo falante, quanto ao contexto que envolve a interação. No que concerne à estrutura formal da língua, referimo-nos: i) ao modo imperativo, que pode ser utilizado no proferimento de ordens; ii) à pergunta, que pode representar um ato de fala indireto e ser utilizada para a realização de pedidos; e iii) ao uso de modificadores, ou seja, palavras ou expressões que não representam propriamente novas informações em relação ao conteúdo da interação, mas servem para mitigar a força ilocutória do ato de fala. A respeito do contexto interacional, o elemento que será levado em consideração é a relação entre os interlocutores, que pode ser horizontal, quando ambos se apresentam em um mesmo *status* social ($A=B$), ou vertical, quando há diferença hierárquica entre eles ($A>B$ ou $A<B$). Assim, acreditamos que:

- uma ordem tende a ser percebida como tal, quando proferida com o imperativo como modo verbal e/ou quando não são usados modificadores com função atenuadora como recurso linguístico, enquanto um pedido é realizado com os atos de fala indiretos e/ou com um uso mais frequente de modificadores;
- uma ordem é assim considerada, quando as relações entre os interlocutores se caracterizam por diferenças hierárquicas, enquanto um pedido se realiza em

situações nas quais os interlocutores se encontram na mesma posição social ou quando o falante é hierarquicamente inferior ao ouvinte no contexto interacional.

Quanto à ideia de os italianos parecerem mais autoritários, nossa hipótese é que brasileiros aprendizes de língua italiana não reconhecem da mesma maneira os elementos que constituem e diferenciam ordens de pedidos. Desse modo, acreditamos que, ao comparar os dados coletados, haverá, por parte dos informantes brasileiros, uma maior tendência em classificar os atos de fala apresentados em cada interação como “ordem”.

Vistos nossos objetivos e o percurso que pretendemos seguir para realizar esta pesquisa, estaremos apoiadas principalmente sobre duas linhas teóricas. A primeira se refere aos estudos sobre atos de fala, que enfatizaram o uso da língua como ação e não só como um meio de descrever a realidade. Nessa linha, nos orientarão principalmente os trabalhos dos filósofos da linguagem Austin, considerado o pai da teoria dos atos de fala, e Searle, que foi seu aluno e se concentrou em aperfeiçoar a categorização dos atos ilocutórios iniciada por seu professor. O trabalho de Austin (1990 [1962]) nos permitirá apresentar no que consiste o “agir com palavras”, as três dimensões do ato de fala (ato locutório, ilocutório e perlocutório) e a primeira tentativa de classificação dos atos ilocutórios. Já, os estudos desenvolvidos por Searle (1981 [1969]; 2002 [1979]) nos proporcionarão uma classificação mais completa dos atos ilocutórios, uma definição mais precisa de “força ilocutória” e o conceito de ato de fala indireto, fundamental para nossa pesquisa.

Ainda dentro da primeira linha teórica, seguiremos também as reflexões de Marina Sbisà, estudiosa italiana que atua no campo da filosofia da linguagem e da semiótica, enfatizando os aspectos pragmáticos da língua. Sbisà (2009 [1989]) reformula a noção de ato ilocutório de Austin e aperfeiçoa a classificação proposta pelo filósofo. Os estudos dessa autora serão muito relevantes para nossa pesquisa porque neles, o papel do contexto e a complexidade dos indicadores de força ilocutória recebem maior ênfase.

A segunda principal linha teórica que orientará esta pesquisa trata do fenômeno da polidez¹ linguística e tem como trabalho mais relevante o modelo desenvolvido de Brown &

¹ Em português brasileiro, não há ainda um consenso entre os estudiosos sobre a denominação desse campo do saber. Enquanto alguns preferem “cortesia”, termo utilizado também em português europeu, espanhol e italiano, outros veem como mais adequada a palavra “polidez”, mais próxima do inglês *politeness* ou do francês *politesse*, que pode ser considerada sinônimo de “cortesia” na linguagem comum (cf. VILLAÇA; BENTES, 2008). No desenvolvimento deste trabalho, decidimos utilizar “polidez” e “cortesia” com duas funções distintas: o primeiro

Levinson (1987). Nesse estudo, os autores fundamentam-se no conceito de ‘face’ (ou imagem) proposto por Goffman (1967) e instauram que cada falante possui uma ‘face positiva’ e uma ‘face negativa’. Pressupondo que, durante a comunicação, ocorram constantemente por meio de pedidos, promessas, convites, ofertas, etc. atos ameaçadores de face que colocam em risco ora a face positiva, ora a face negativa dos interlocutores, Brown & Levinson elaboram um inventário com as diferentes estratégias de polidez utilizadas pelos falantes para a proteção de suas faces. Na teoria da polidez, daremos ênfase a dois dos três fatores sobre os quais os interlocutores se apoiam para avaliar a “dificuldade” (*seriousness*) de um FTA, a saber: a distância social (D) e o poder relativo (P) entre os interlocutores.

Para apresentar a pesquisa que desenvolvemos, dividimos esta dissertação em três partes.

No primeiro capítulo, separadas em dois tópicos principais, estão as bases teóricas que nos serviram de guia. Assim, no início, apresentaremos a origem e o reconhecimento da Pragmática como área da Linguística e os fenômenos tratados por esse campo do saber, enfatizando os atos de fala e os fenômenos da polidez linguística, vista a sua importância para este estudo. No segundo tópico, buscaremos abordar o papel da pragmática linguística no campo do ensino de línguas. Para isso, apresentaremos as subdivisões propostas para a área, que se configuraram devido à necessidade de melhor direcioná-la dentro de estudos e pesquisas concentrados em línguas e culturas diferentes. Falaremos, então, do que, dentro da competência comunicativa, representa a competência pragmática e, por fim, apresentaremos alguns estudos empíricos concentrados no âmbito da Pragmática intra e intercultural que começam a solidificar as bases teóricas sobre o ensino da (competência) Pragmática no campo do ensino de línguas (L1/LS).

O segundo capítulo desta dissertação consiste na apresentação da metodologia de pesquisa. Falaremos do primeiro teste de percepção que aplicamos a falantes nativos de italiano no início das nossas investigações e, em seguida, do instrumento de coleta de dados que elaboramos para o desenvolvimento deste trabalho. Nesse capítulo, apresentaremos também os dados dos informantes brasileiros e italianos que responderam ao questionário da pesquisa e, por fim, a metodologia que criamos para a análise dos dados.

estará relacionado à teoria linguística que trata dos princípios da interação, o segundo será usado, principalmente, durante a análise dos dados, como sinônimo de “bom comportamento”, “educação” ou “gentileza”.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos os resultados provenientes da análise dos dados. Primeiramente, serão expostas e discutidas as informações que recebemos dos informantes italianos que responderam ao questionário de pesquisa. Em seguida, apresentaremos os dados obtidos dos informantes brasileiros. Por fim, confrontaremos as respostas dos falantes nativos e dos brasileiros aprendizes de italiano e falaremos dos resultados que emergem dessa comparação.

1. A PRAGMÁTICA: DA ORIGEM À APLICAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUAS

Neste primeiro capítulo, como já indicado pelo título, falaremos sobre a Pragmática desde sua origem, nos estudos da Filosofia da Linguagem, até sua aplicação, como área da Línguística, nas pesquisas voltadas ao ensino de línguas. Nesse percurso, apresentaremos os principais aspectos da língua que são tratados pelo campo e nos concentraremos naqueles que são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, para abordar a importância da Pragmática no ensino de línguas, apresentaremos alguns estudos empíricos que, além de terem se concentrado no assunto, estão servindo de base teórica para orientar práticas que visam o desenvolvimento da competência pragmática no ensino de línguas (L2/LE).

1.1 Como nasce a Pragmática Linguística

A Pragmática surgiu no final do século XIX, como área interdisciplinar, em estudos que se desenvolveram no campo da Filosofia da Linguagem, mais precisamente dentro da corrente de pensamento filosófico americana conhecida como Pragmatismo. Segundo Gauchotte (1992, p.3), o pragmatismo pode ser definido como uma teoria empirista do conhecimento, na qual ação e consequências práticas desempenham um papel determinante. Para o autor, essa corrente filosófica, no início, almejou ser um método do significado e da verificação, rejeitando dogmatismo e determinismo absolutos e levando em consideração as necessidades de adaptação e a natureza social do homem.

Com estudos iniciados no final do século XIX, o Pragmatismo estendeu-se ao longo do século XX e teve como um de seus principais representantes o filósofo Charles Sanders Peirce, que concentrou seus trabalhos no campo da lógica, incorporando-a à Semiótica. Peirce (1977) afirma que, na verdade, a Lógica é, em seu sentido geral, apenas um outro nome para a Semiótica, doutrina que se ocupa dos signos. Para o filósofo, um signo, ou *representâmen*, é aquilo que pode representar algo para alguém e, assim, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente. Desse modo, o autor estabelece para o signo três faces: o que ele denomina *interpretante*, que se refere ao novo signo então criado, o *objeto*, que se refere ao que o signo representa e o *fundamento*, que representa a referência utilizada para a criação do novo signo. Por atribuir ao signo a relação entre essas três faces, Peirce instaura a semiótica como uma ciência que deve ser dividida em três ramos, os quais denomina: *gramática pura*, *lógica* propriamente dita e *retórica pura* (PEIRCE, 1977).

Embora Peirce tenha dado especial atenção a pesquisas sobre a teoria dos signos e desenvolvido estudos consistentes que apontaram para a importância da relação entre os signos e seus interpretantes na construção do significado, a definição contemporânea para o termo *Pragmática* é atribuída ao filósofo Charles Morris. Motivado pelos trabalhos Peirce, Morris (1938) reformula tal tripartição e estabelece uma nova terminologia para as três dimensões da Semiótica, a saber: Sintaxe, Semântica e Pragmática. Para o filósofo, a semântica refere-se à relação entre os signos e os objetos aos quais se referem, a sintaxe aborda a relação que existe dos signos entre si e a Pragmática é a responsável por tratar dos fenômenos presentes na relação entre os signos e os seus interpretantes.

Muitos estudiosos, quando buscam falar da origem da Pragmática, evocam então a tripartição feita por Morris (1938), porém, conforme afirma a estudiosa italiana Carla Bazzanella (2008) em um trabalho de introdução ao campo, são várias as correntes de estudos que, mesmo de forma indireta, constituíram o contexto que deu origem à Pragmática. Junto da Psicologia e da Sociologia, no campo da Filosofia que estava além do pragmatismo americano de Peirce, correntes filosóficas como o Empirismo Lógico, a Filosofia da Linguagem Ordinária, a Semântica Lógica e a Filosofia da Mente também contribuíram para o nascimento da Pragmática. Essas quatro correntes filosóficas, segundo a autora, tinham em comum o problema do significado, que o foi ponto central do que estava para ser definido como “virada linguística”.

A Pragmática começa a ganhar espaço na linguística quando os estudiosos se deparam com problemas relacionados ao significado na linguagem natural que parecem não

ser resolvidos por meio do paradigma estruturalista vigente no século XX. Weedwood (2008) explica que, nesse período, havia uma tensão proveniente das dicotomias de Saussure (*langue e parole; significado e significante*) e de Chomsky (*competência e desempenho; estrutura profunda e estrutura de superfície*). Segundo a autora, ambos tinham o objeto da linguística definido pelo viés do elemento abstrato, universalista, sistêmico e formal, e por isso foram criticados tanto pelos linguistas e filósofos da linguagem que se dedicaram à abordagem funcionalista da língua e aos aspectos pragmáticos do seu uso, quanto pelos defensores da língua como uma atividade social, sujeita então à pressão da ideologia. Conforme descreve Leech (1983), os estruturalistas americanos estavam satisfeitos com a linguística como uma ciência física e, por isso, fizeram o possível para remover de seu objeto de estudo aspectos referentes ao significado. Porém, ao aceitar a ambiguidade e a sinonímia como parte dos dados básicos da linguística, Chomsky deu espaço à semântica e, posteriormente, na escola semântica gerativista, seus alunos, descontentes, deram um passo além e levaram a semântica como a base de suas teorias linguísticas. Tendo, então, o significado sido admitido em um lugar central na língua, foi definitivamente difícil excluir a maneira como ele pode variar de contexto para contexto. Foi desse modo que a semântica transbordou para a Pragmática (LEECH, 1983).

Visto que a Pragmática foi aceita na Linguística a partir daquilo que não podia ser tratado pela Semântica e que ambas são disciplinas que se ocupam do significado, é comum que, tanto do ponto de vista teórico quanto de análise, emergam discussões a respeito da sobreposição entre as áreas ou do que exatamente constitui seus respectivos objetos de estudo. Além disso, também é bastante comum que a Pragmática seja reconhecida como um campo de pesquisa que se ocupa somente dos “restos” da linguística, ou seja, dos fenômenos que não podem ser tratados por abordagens mais tradicionais como a própria Semântica ou a Sintaxe. Ilustrando essa ideia, o filósofo israelense Bar-Hillel (1971) foi quem evocou, pela primeira vez, a clássica metáfora da Pragmática como a “lata de lixo”, que acabou transbordando, devido aos muitos problemas não resolvidos pelas áreas formais da Linguística, e só então passou a receber a atenção dos pesquisadores.

Devido à grande quantidade de fenômenos da língua que devem ser tratados pela Pragmática como disciplina, seu campo ainda tem fronteiras indefinidas com as outras subáreas da Linguística. Contudo, pesquisas recentes têm mostrado que o interesse pela área, bem como sua autonomia, cresceram consideravelmente nos últimos anos. O estudioso Jorge Campos Costa (2008, p.125), por exemplo, a partir de um levantamento histórico-teórico do

contexto onde se originaram os primeiros pensamentos sobre a Pragmática, afirma que a interface da área com a Semântica é “um candidato fortíssimo a provocar uma revolução teórica”, pois, à luz do modelo de história da ciência de T. S. Kuhn (1962), representa um pré-paradigma de transição emergente na pesquisa sobre a significação em linguagem natural.

Em seu relevante trabalho sobre o âmbito da Pragmática, Levinson (2007)² menciona algumas motivações que justificam o interesse e, por consequência, o desenvolvimento de estudos no campo. A primeira delas é de cunho essencialmente histórico e se apresenta como uma “reação ou antídoto ao tratamento chomskyano, que vê na linguagem um dispositivo abstrato ou uma capacidade mental, dissociável dos usos, usuários e funções da linguagem” (p. 42). Outra motivação, considerada pelo autor como a mais importante, refere-se ao desenvolvimento de estudos no campo da Pragmática como a “possibilidade de que venham a ser propostas explicações funcionais significativas para os fatos linguísticos” (p.47). Levinson afirma que:

As explicações linguísticas mais recentes tendem a ser internas à teoria linguística: isto é, certo traço linguístico é explicado por referência a outros traços linguísticos ou a aspectos da própria teoria. Contudo, há outro tipo possível de explicação, muitas vezes mais eficaz, no qual certo traço linguístico é motivado por princípios externos ao âmbito da teoria linguística [...]. Este modo de explicação, por referência a fatores externos (especialmente causas e funções), muitas vezes é chamado funcionalismo. (2007, p.47)

Segundo o autor, se considerarmos a possibilidade de que a estrutura linguística não seja independente dos usos a que é submetida (ideia contrária ao pensamento de Chomsky), talvez seja possível propor eficientes explicações funcionalistas dos fenômenos linguísticos fazendo referência a princípios pragmáticos. Assim, uma das motivações para a pesquisa em Pragmática pode ser estabelecer os efeitos dos usos da língua na estrutura da língua.

1.2 Como pode ser definida a Pragmática

Tendo em vista que é um campo novo, de âmbito amplo e de fronteiras com as outras áreas da linguística ainda pouco definidas, estabelecer um conceito para Pragmática não é uma tarefa simples. Isso pode ser constatado lendo as intensas discussões do trabalho de

² A obra citada é a tradução do texto original publicado em 1983, pela Universidade de Cambridge.

Levinson (2007), onde o autor, baseado em um amplo quadro histórico-teórico, apresenta aproximadamente quatorze definições para a Pragmática.

No decorrer de nossa pesquisa, observamos que, de um modo geral, as concepções de Pragmática mudam, na literatura, conforme a linha teórica em que os estudos estão inseridos. Retomando, por exemplo, o trabalho de Levinson (2007), vê-se que, dentre todas as definições apresentadas, o autor ressalta duas que, segundo ele, embora não estejam completamente desprovidas de problemas, são as mais promissoras: a Pragmática poderia ser definida como “significado menos semântica” ou então como “uma teoria de compreensão linguística que leve em consideração o contexto como complemento da contribuição que a semântica dá ao significado”. Como o próprio Levinson (2007, p. IX) admite, seu estudo é “bastante conservador na abrangência e na abordagem e apresenta os principais tópicos na perspectiva de uma tradição de trabalho específica”, ou seja, a tradição linguística e filosófica anglo-americana.

Encontramos no trabalho de Green (1996) uma definição interessante que parte da seguinte afirmação:

Escrever é um ato de fé, conforme disse E.B. White. Falar não é diferente disso. Pragmática é o estudo dos mecanismos que suportam esta fé, uma fé tão forte que muitos podem usar o termo *comunicar* de forma intercambiável com *falar* ou *escrever*, não percebendo que o termo *comunicação* pressupõe a realização do efeito pretendido da ação verbal sobre o destinatário, enquanto falar e escrever não. (GREEN, 1996, p. 1, grifos da autora)³

[Writing is an act of faith, E.B. White said. Speaking is no less so. Pragmatics is the study of the mechanisms that support this faith, a faith so strong that many can use the term communicate interchangeably with speak or write, never noticing that the term communication presupposes achievement of the intended effect of verbal action upon the addressee, whereas speaking and writing do not.]

Em outras palavras, Green explica que comunicação significa, diferentemente da crença popular, não só “falar” e “escrever”, mas sim a interpretação bem sucedida por um destinatário da intenção de um falante que realiza um ato linguístico. A Pragmática, então, na perspectiva da autora, é o estudo dos mecanismos responsáveis pela comunicação.

Em Yule (1996), a definição é mais ampla e está baseada em quatro aspectos da interação que são considerados pelo autor as “áreas de concentração” da Pragmática, assumida então como o estudo do significado do falante, o estudo do significado contextual, o

³ Exceto quando indicado, todas as traduções contidas neste trabalho são de nossa autoria.

estudo do quanto é comunicado em relação a quanto é dito e, por fim, o estudo da expressão da distância relativa. A primeira definição de Yule (1996) refere-se ao tratamento que a Pragmática pode dar à relação entre o que é dito pelo falante e o que é interpretado pelo ouvinte e tem, por conseguinte, mais a ver com a análise daquilo que o falante deseja declarar em seus pronunciamentos do que com as palavras ou frases que enuncia. Já a segunda definição representa para o autor a relação entre o que um falante quer dizer e o contexto em que está inserido, ou seja, o modo como o contexto pode influenciar o que é dito. Na terceira proposta para definir a Pragmática, Yule (1996) explica que essa abordagem explora também como o ouvinte pode fazer inferências sobre o que é dito, a fim de chegar à interpretação do significado pretendido pelo falante, ou seja, parte do que não é dito é reconhecido como parte do que é comunicado. Por fim, para definir a Pragmática como o estudo da expressão da distância relativa, Yule (1996) considera a relação entre os interlocutores como um fator que determina as escolhas linguísticas. O autor explica que a proximidade, seja ela física, social, ou conceitual, implica na experiência compartilhada e que é pressupondo a proximidade ou a distância do ouvinte que o falante determina o que precisa ser dito e como.

Em estudos como o de Reyes (2000), Bazzanella (2008) e Domaneschi (2014), que procuraram inclusive apresentar uma introdução à Pragmática como disciplina, encontramos conceitos mais sintéticos, mas também muito esclarecedores. Reyes (2000) assume que a Pragmática é uma subdisciplina da Linguística e que seu objeto é o significado da língua em uso. Bazzanella (2008), por sua vez, afirma que a Pragmática pode ser definida tanto como um fenômeno a ser estudado, quanto como um tipo de pesquisa e que, nesse caso, é o estudo do uso da língua em contexto. Com palavras similares, encontramos a definição de Domaneschi (2014), o qual afirma que seu trabalho se ocupa da Pragmática da língua, ou seja, do estudo do uso da língua em contexto.

No dicionário de Linguística e Fonética de Crystal (2008), encontramos uma explicação que parece abranger tudo o que, de alguma maneira, foi abordado pelas definições apresentadas acima. Para o autor:

Na linguística moderna, [a Pragmática] refere-se ao estudo da língua do ponto de vista dos usuários, especialmente referindo-se às escolhas que fazem, às restrições com as quais podem se deparar enquanto a utilizam na interação, e aos efeitos que seu uso tem sobre os outros participantes durante o ato comunicativo. (p. 379)

[In modern linguistics, it has come to be applied to the study of language from the point of view of the users, especially of the choices they make, the constraints they encounter in using language in social interaction, and the effects their use of language has on the other participants in an act of communication.]

Como mencionamos, todas as definições que evidenciamos nos parecem adequadas e, embora não sejam completamente equivalentes, não apresentam conceitos que as contrapõem ou as anulam entre si. Pelo contrário, parecem-nos complementares e, além disso, começam a nos dar indicações sobre o que, do ponto de vista linguístico, é tratado pela Pragmática.

Desse modo, considerando a Pragmática como campo da Linguística, a entenderemos como área responsável por tratar os fenômenos que permeiam a língua em uso, a língua em contexto, os efeitos do uso da língua e as escolhas linguísticas feitas pelos falantes. É nesse âmbito que pretendemos desenvolver esta pesquisa.

1.3 Do que trata a Pragmática

Para falar daquilo que é abordado pela Pragmática, é interessante ressaltar, conforme apontado na definição de Bazzanella (2008), que a Pragmática é tanto um nível da língua passível de análise, quanto um campo de estudo que se ocupa dos fenômenos presentes nesse nível da língua. Junto da fonologia, que se ocupa dos fonemas; da morfologia, que trata dos morfemas; da sintaxe, que é área responsável pelas palavras, e da semântica, que abrange todas as unidades portadoras de sentido, a Pragmática é o campo que se concentra na dimensão da comunicação e da ação, tratando da língua utilizada em contextos reais.

Um dos principais fenômenos da língua em uso estudados pela Pragmática é a dêixis. Esse fenômeno refere-se às palavras ou expressões cujo significado dependem do contexto. Por meio de seus elementos - os dêiticos - a dêixis essencialmente identifica, dentro do ato comunicativo, “quem fala”, “a quem se fala”, “quando se fala” e “(de) onde se fala”. Pode ser categorizada como pessoal, social, espacial e temporal e, segundo Levinson (2007), diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação e, portanto, também às maneiras pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação.

Outro elemento da língua em uso também tratado pela Pragmática diz respeito ao que, no decorrer da interação, não é representado por expressões ou palavras, mas pode ser deduzido pelos interlocutores a partir de cada enunciado. Esse fenômeno é conhecido como

“implicatura conversacional” e o trabalho mais representativo sobre o assunto foi desenvolvido por Grice (1975), que se concentrou no uso da língua nas interações. O autor afirma que as trocas conversacionais são esforços cooperativos de cada participante, que reconhece, no ato comunicativo, os propósitos ou a direção da interação. Tanto o objetivo quanto a direção da interação podem ser fixos ou evoluírem durante a troca conversacional e, para tentar explicar o que guia o curso das interações, Grice (1975, p. 45) sugere as máximas conversacionais (de qualidade, quantidade, relevância e modo), que constituem aquilo que o autor denomina *Princípio Cooperativo*.

Além da dêixis e das implicaturas conversacionais, há outros três importantes fenômenos da língua em uso, cujo papel é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa: os atos de fala, cuja teoria, segundo Armengaud (2006), tem como ponto de partida a convicção de que a unidade mínima da comunicação humana não é nem a frase nem qualquer outra expressão, mas a realização de alguns tipos de atos, como promessas, pedidos, convites, elogios, ordens, etc.; a polidez linguística que, conforme os primeiros trabalhos propostos sobre o assunto⁴, refere-se aos aspectos da língua responsáveis pelo “bom funcionamento” da interação (KASPER, 1990); e a atenuação, um mecanismo interacional, definido por Briz (2013) como estratégico e responsável pela afetividade e pela eficácia do discurso. Vista a importância desses fenômenos para esta pesquisa, pretendemos, nos próximos tópicos, abordá-los de modo mais detalhado.

1.3.1 As teorias dos atos de fala

Neste tópico, apresentaremos as três teorias sobre os atos de fala que guiaram esta pesquisa. Em primeiro lugar, está o trabalho precursor sobre o tema, desenvolvido por Austin (1990 [1962]), com o conceito do “agir com palavras”, as três dimensões do ato de fala (ato locutório, ato ilocutório e ato perlocutório)⁵ e uma primeira tentativa de classificação dos atos ilocutórios. Em seguida, os estudos de Searle (1981 [1969]; 2002 [1979]), com uma

⁴ Kasper (1990) afirma que as primeiras teorias da polidez propostas por Lakoff (1973, 1975), Brown & Levinson (1978), Fraser e Nolen (1981) e Leech (1983) diferem no status epistemológico, mas unanimemente conceituam polidez como estratégia para evitar conflitos na interação.

⁵ Nos trabalhos que tratam de atos de fala, escritos em português ou traduzidos para esse idioma, geralmente não há um consenso terminológico e se emprega tanto os termos “locutório”, “ilocutório” e “perlocutório” quanto “locucional”, “ilocucional” e “perlocucional”. Para fins de uniformizar a terminologia, decidimos utilizar nesta pesquisa as palavras “locutório”, “ilocutório” e “perlocutório”, salvo nos casos de citações, que são usados termos diferentes.

classificação mais completa dos atos ilocutórios, a definição de “força ilocutória” e o conceito de atos de fala indiretos. E então, o trabalho de Sbisà (2009 [1989])⁶, com um estudo sobre os atos de fala voltados a uma teoria pragmática como metodologia de análise da interação verbal.

- J. L. Austin – Dizer é fazer

Conforme indicamos, dentre os fenômenos mais estudados pela Pragmática estão os atos de fala, cuja teoria tem como trabalho precursor o estudo que o filósofo britânico John Langshaw Austin desenvolveu sobre a língua, vista não apenas como um instrumento para descrever coisas, mas como um meio para fazê-las. A obra de Austin (1962) sobre o assunto é intitulada *How to do things with words*⁷. Trata-se de uma publicação póstuma do conteúdo que, em 1955, o filósofo apresentou em doze conferências proferidas na Universidade de Harvard. Embora Austin tenha desenvolvido sua teoria como um método de análise de questões filosóficas por meio da linguagem e, em nenhum momento, tenha usado em sua obra o termo Pragmática, é nesse trabalho que, segundo estudiosos como Costa (2008), pela primeira vez, fenômenos pragmáticos da língua foram sistematizados e um modelo de abordagem foi apresentado.

Austin questiona as condições de verdade que condicionam a compreensão da língua e observa que algumas sentenças, consideradas declarativas, não são propriamente usadas para declarar ações, mas para “realizá-las” e, assim, as denomina performativas. A princípio, o autor contrapõe sentenças performativas e constatativas e sugere que, diferentemente das últimas, as primeiras não podem ser caracterizadas por uma condição de verdade ou falsidade. As performativas são sentenças que devem ser submetidas à “condições de felicidade”.

Desse modo, o autor aborda as ditas “circunstâncias adequadas” para que um proferimento performativo possa ser “feliz” e sugere as seguintes condições de felicidade:

⁶ A primeira edição desta obra foi impressa em Bologna, em 1989, pela editora Il Mulino. A versão utilizada aqui é uma reedição digital, publicada em 2009 pela EUT (Edizioni Università di Trieste).

⁷ Austin, J.L. (1962) *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.

- (A1) um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um efeito e inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas e em certas circunstâncias e
- (A2) as pessoas e circunstâncias, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento invocado.
- (B1) O procedimento deve ser executado por todos os participantes, correta e
- (B2) completamente.
- (Γ1) Nos casos em que o procedimento vise aos pensamentos e sentimentos dos participantes, aquele que participa deve ter tais pensamentos e sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e
- (Γ2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.

Entretanto, o conceito proposto no início dos estudos de Austin é revisto no decorrer do trabalho e o caráter atribuído somente aos pronunciamentos performativos acaba sendo reconhecido também para outros enunciados. O filósofo então deixa de apontar para os elementos que sustentam a dicotomia performativos/constatativos, ou seja, enunciados que podem ser submetidos à condição de verdade e aqueles que são julgados a partir da condição de felicidade, e afirma que as declarações, além de portarem o sentido daquilo que declaram, também realizam ações.

Para esclarecer a realização de uma ação através de um enunciado, Austin o divide em três dimensões: ato locutório, que corresponde ao enunciar uma sentença com determinado sentido e referência; ato ilocutório, que se refere à força, ou seja, ao sentido do que foi enunciado, e ato perlocutório, correspondente aos efeitos alcançados com o que foi enunciado. A ideia da dicotomia performativos/constatativos é realmente deixada de lado pelo autor e abre-se espaço para a distinção entre atos locutórios e ilocutórios dentro do ato de fala total para pensar uma *teoria geral*: a teoria dos atos de fala.

Com os estudos desenvolvidos sobre os atos ilocutórios, a teoria dos atos de fala mostra que diferentes formas linguísticas podem ser usadas para proferir o mesmo ato de fala e que um único ato de fala pode ser apresentado por inúmeras formas linguísticas. Referindo-se às três dimensões do ato de fala de Austin (1962), Hancher (1979) afirma que nenhuma dessas dimensões é menos importante, porém o ato ilocutório é fundamental porque determina como a expressão é realizada. Exemplificando, o autor diz que um mesmo ato locutório pode ser usado para realizar qualquer um dos muitos atos ilocutórios, ou seja, em circunstâncias diferentes, é possível dizer “Fecha a porta” para, por exemplo, ordenar a alguém que feche a

porta, para pedir a alguém que feche a porta ou para permitir que a porta seja fechada. Hancher (1979) afirma ainda que, embora dentro de cada expressão, como no exemplo mencionado, palavras e significados sejam os mesmos, cada ato enunciado carrega uma força ilocutória diferente e, portanto, ressalta, de modo muito apropriado, que a capacidade de discriminar as forças ilocutórias é uma parte importante de qualquer modelo completo de competência linguística.

Após afirmar que a dicotomia performativo/constatativo não era apropriada e isolar os três sentidos básicos do ato de fala, Austin admite que no lugar de um elenco de verbos performativos explícitos, a categorização dos atos de fala deveria partir de uma lista de forças ilocutórias. Assim, o filósofo utiliza testes que sugere para identificar os verbos performativos explícitos e apresenta suas cinco classes de verbos que indicam o tipo de ato ilocutório que está sendo realizado no enunciado. São eles:

1. Vereditivos: aqueles que se caracterizam por dar um veredito, por constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação, por estabelecer algo a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil de se estar seguro. Por exemplo: absolvo, considero, classifico, condeno, determino, diagnostico, qualifico, etc.
2. Exercitivos: aqueles que consistem no exercício de poder, direito ou influência, em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, em decidir que algo tem de ser de determinada maneira. Por exemplo: ordeno, demito, sentencio, exijo, sanciono, anulo, peço, invalido, etc.
3. Comissivos: aqueles que se caracterizam pela ação da promessa ou do compromisso, mas incluem também declarações, anúncios de intenção, adesão a algo ou tomada de partido. Por exemplo: prometo, dou minha palavra, me comprometo a, juro, estou decidido a, compactuo, tenho a intenção de, etc.
4. Comportamentais: aqueles que têm a ver com atitudes e com o comportamento social. Essa categoria inclui a declaração e descrição de sentimentos, além da ideia de reação diante da conduta dos demais. Por exemplo: peço desculpas, agradeço, me compadeço, cumprimento, felicito, desafio, duvido, convido, etc.
5. Expositivos: aqueles que esclarecem o modo como os proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa. Esses verbos consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e

referências. Por exemplo: afirmo, nego, declaro, respondo, concordo, reconheço, repudio, etc.

A classificação de Austin (1962), como o próprio autor admite, não é plenamente satisfatória ou definitiva, contudo, pode ser considerada como a base para estudos mais aprofundados sobre o tema.

- J. R. Searle – Atos de fala: expressão e significado

Aluno de Austin, o filósofo e escritor norte-americano John Rogers Searle buscou dar continuidade aos estudos de seu professor, tentando desenvolver uma teoria dos atos de fala mais completa e consistente. Em seu trabalho, Searle (1981 [1969]) buscou abordar problemas da filosofia da linguagem através do estudo dos atos de fala (também chamados pelo autor atos linguísticos ou atos de linguagem), considerados a unidade básica ou mínima da comunicação linguística.

Searle afirma que, em qualquer enunciado, o falante realiza pelo menos três tipos de atos distintos. O primeiro é o ato da enunciação, ou seja, da emissão de palavras, morfemas, frases, etc. O segundo é o ato proposicional e refere-se aos atos de referir e predicar o que, segundo o autor, são expressões que servem para identificar uma coisa, um processo, um acontecimento, e expressões, que podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. O terceiro ato, que equivale ao ato ilocutório⁸, é o ato de fala completo, que pode ser designado por verbos como afirmar, descrever, criticar, pedir, prometer, etc. A essas três dimensões do ato de fala, Searle (1981 [1969]) acrescenta ainda a noção de ato perlocutório proposta por Austin (1990 [1962]), justificando que, uma vez considerado o ato ilocutório, é naturalmente preciso considerar também as consequências ou efeitos que este tem sobre as ações, pensamentos, ou crenças, dos ouvintes.

A divisão dos atos de fala e os conceitos apresentados por Searle não mostram muitas diferenças em relação àquilo que foi proposto por Austin (1990 [1962]). Contudo, o trabalho do filósofo pode ser considerado uma reorganização da teoria em questão porque

⁸ Searle (1981, p.35[1969]) reconhece que adota a mesma expressão “verbos ilocucionais” utilizada por Austin (1962), embora, em nota, afirme fazê-lo com certa precaução, uma vez que não concorda com a distinção feita por Austin entre “atos locucionais” e “atos ilocucionais”.

Searle (1981 [1969]) pressupõe, dentro do ato ilocutório, uma distinção entre força ilocucionária e conteúdo proposicional, representada por $F(p)$. Segundo o autor, uma mesma proposição pode ser comum a diferentes tipos de atos ilocutórios e a força ilocutória, por sua vez, “indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição” (1981, p.43). Com o mesmo exemplo apresentado por Hancher (1979) para ilustrar as três dimensões do ato de fala instauradas por Austin (1990 [1962]), teríamos, à luz da teoria de Searle (1981 [1969]), o seguinte sistema: o enunciado “Fecha a porta” seria o ato proposicional que poderia ser definido, em razão da sua força ilocutória, como uma ordem, um pedido ou uma autorização.

Para que o ato seja executado e bem sucedido, segundo Searle (1981 [1969]), devem estar asseguradas quatro regras que correspondem a uma reorganização das condições de felicidade de Austin, a saber:

- regra de conteúdo proposicional, que consiste na predicação do ato;
- regra preparatória, que estabelece as condições pressupostas pelo proferimento;
- regra de sinceridade, o ato só se realiza se o falante pretender fazê-lo, e
- regra essencial, que define a que ato exatamente se refere o proferimento, isto é, estabelece o significado e a força do ato de fala.

Dando continuidade à sua pesquisa, Searle (2002 [1979]) afirma que na taxonomia de Austin, ocorre uma confusão entre verbos e atos, nem todos os verbos são ilocutórios, há sobreposição entre as categorias, muitos verbos não satisfazem a definição dada para a categoria e, além disso, o que é mais importante segundo o autor, não há um princípio consistente de classificação. Desse modo, depois de apresentar a sua teoria dos atos de fala (1981 [1969]), o filósofo dedicou-se a uma taxonomia mais elaborada dos atos ilocutórios.

Após tentar ir além dos verbos performativos e pressupor, dentro do ato ilocutório, a distinção entre força ilocucionária e conteúdo proposicional - $F(p)$ - Searle estabelece como objetivo classificar os tipos de F e, para tal, considera doze dimensões de variação dos atos ilocutórios:

1. o propósito do tipo de ato;
2. a direção da relação entre as palavras e o mundo;
3. os estados psicológicos expressos;
4. a força ou vigor com que o propósito ilocutório é apresentado;
5. o estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que isso concerne à força ilocucionária da emissão;

6. o modo como a emissão se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte;
7. as relações com o resto do discurso;
8. o conteúdo proposicional determinado pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária;
9. os atos que devem sempre ser atos de fala e os que podem, mas não precisam ser realizados como tais;
10. os que requerem e os que não requerem instituições extralinguísticas para sua realização;
11. os atos em que o verbo ilocutório correspondente tem um uso performativo e aqueles em que isso não acontece;
12. a realização do ato ilocutório.

Dentre tais dimensões, três fundamentam a classificação de Searle (2002 [1979]), a saber: o propósito do ato ilocutório; a direção do ajuste entre as palavras e o mundo e o estado psicológico expresso. Desse modo, o autor sugere suas cinco categorias básicas de atos ilocutórios, que são apresentadas como:

1. Assertivos: quando o propósito do interlocutor é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa;
2. Diretivos: que consistem em tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo;
3. Compromissivos: que têm o propósito de comprometer o falante com alguma ação futura;
4. Expressivos: que expressam um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, e
5. Declarativos: que representa a realização bem-sucedida da correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

Os estudos de Searle são muito apropriados para o desenvolvimento da nossa pesquisa, pois neles encontramos, além da taxonomia dos atos ilocutórios baseada no isolamento da força ilocutória e do ato proposicional, a classificação de atos de fala indiretos, ou seja, os casos em que um determinado ato ilocutório é pronunciado através da execução de outro. O autor diz que:

Em tais casos, uma sentença que contenha indicadores de força ilocucionária relativos a um tipo de ato ilocutório pode ser emitida para realizar, *adicionalmente*, um outro tipo de ato ilocutório (2002, p. 48. grifos do autor).

Searle afirma que o problema que envolve os atos de fala indiretos é o de reconhecer como é possível para o falante ter a intenção de dizer algo além daquilo que diz e, para o ouvinte, como é possível compreender algo mais do que ouve em determinada sentença. A hipótese que o autor defende é a de que:

[...] em atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte (2002, p. 50).

A propósito, Caffi (2011) explica que os atos de fala indiretos são estruturas muito convencionalizadas, onde há congruência entre a forma e a função da língua. Tratam-se de enunciados em que os indicadores linguísticos vão em um sentido e a função ilocutória, ou seja, a função comunicativa, vai em outro. Assim, forma e função não são coordenadas, mas incongruentes. Por compartilharem as mesmas regras da linguagem e os mesmos valores culturais, o interlocutor, segundo a autora, realiza atos de fala indiretos com o intuito de causar determinados efeitos e reações em seu ouvinte para atingir seus objetivos dentro do contexto interacional.

- Marina Sbisà – A pragmática dos atos de fala

Conforme mencionamos no início desta seção, um estudo sobre os atos de fala voltados a uma teoria pragmática como metodologia de análise da interação verbal foi desenvolvido por Sbisà (2009 [1989]), que reformulou a noção de ato ilocutório e ampliou a classificação que Austin (1962) propôs para esses atos. Seu trabalho contribui muito para nossa pesquisa porque, conforme afirma Bazzanella (2008), na relação entre Filosofia da linguagem e Pragmática, dois pontos centrais, que nas primeiras formulações da teoria dos

atos de fala não estavam completamente presentes, foram cada vez mais aprofundados: a contextualização e a complexidade dos indicadores de força ilocutória.

Em sua teoria, Sbisà afirma que os atos de fala, tidos como ações, são capazes de operar transformações em seus contextos pelo complexo de efeitos que produzem ao serem enunciados. Para distinguir os tipos de transformações do contexto, a autora instaura a divisão do contexto em contexto de fato (*contesto di fatto*), que diz respeito às transformações físicas, e contexto de direito (*contesto di diritto*), que se refere às transformações de status social, e a relaciona à distinção austiniana entre ato ilocutório e ato perlocutório. O ato ilocutório refere-se ao contexto de direito, ou seja, diz respeito aos aspectos mais abstratos do contexto enquanto construído pelo ato linguístico. O ato perlocutório, por sua vez, pode ser considerado como uma produção de efeitos sobre o contexto de fato, ou seja, sobre o estado psicológico, as crenças, as emoções e as intenções dos interlocutores, e diz respeito ao contexto entendido como “dado”, já que a transformação deve referir-se à situação como era anteriormente ao ato em questão.

Portanto, para Sbisà, o ato ilocutório tem papel fundamental na teoria dos atos de fala e pode ser representado da seguinte maneira:

Figura 1: Funcionamento do ato ilocutório, conforme Sbisà (2009 [1989])

Nesse esquema, o proferimento *Pr* produz um efeito *E*, que é entendido como uma transformação do contexto somente se ocorre uma recepção *R*. A flecha dupla que conecta *R* e *E* ressalta a relação particular que existe entre esses dois elementos. As flechas tracejadas indicam aquilo que pertence à observação externa dos participantes, ou seja, um proferimento *Pr* por parte do falante e uma resposta *Re* por parte do interlocutor. Os asteriscos representam

pontos cruciais, nos quais intervém um fator de imprevisibilidade: a passagem do proferimento à sua recepção e o reconhecimento do efeito na resposta.

Quanto às condições de felicidade, Sbisà retoma aquelas que foram sugeridas por Austin, mas concentra-se somente em três delas, a saber:

(A2), pessoas e circunstâncias apropriadas;

(Γ1), intensões, disposições e crenças do falante apropriadas, e

(Γ2), falante com um comportamento sucessivo apropriado.

A autora afirma que, em seu trabalho, as condições de felicidade são requisitos intersubjetivos que os interlocutores levam em conta no exercício de compreensão e interpretação do ato ilocutório, ou seja, por tais condições, o falante reconhece intersubjetivamente que a situação é de um certo tipo e que o ato pode e deve ter determinado efeito.

A partir dessas considerações, Sbisà (2009) afirma que seu objetivo, no que concerne à classificação dos atos ilocutórios, é construir um número limitado de conceitos que possam servir como referência para descrições individuais do nível ilocutório dos atos de fala efetivamente realizados. Para tal, a autora parte dos efeitos transformadores do contexto, sendo que esses efeitos dependem da relação entre os participantes e são expressos pelas modalidades deônticas de poder, dever e saber. Os seus tipos de atos ilocutórios são:

1. Exercitivos: atos ilocutórios em que o falante, dotado de um poder, atribui ou elimina deveres aos e/ou dos destinatários;
2. Comissivos: atos ilocutórios em que o falante, dotado de um poder, atribui um poder e um dever, entre eles relacionados, respectivamente aos destinatários 1 e 2.
3. Vereditivos: atos ilocutórios em que o falante, dotado de um poder, atribui um saber ao destinatário 1 e um dever ao destinatário 2.
4. Comportativos: atos ilocutórios em que o falante atribui um saber ao destinatário 1 e, simultaneamente, um poder ao destinatário 2.

Sua categorização é uma reformulação crítica da classificação proposta por Austin, que leva em conta as condições de felicidade e contém descrições que indicam: (a) o predicado modal a ser atribuído ao emissor do ato ilocutório; e (b) os predicados modais

relacionados entre si, atribuídos a uma dupla de destinatários. Embora fundamente sua classificação a partir das sugestões austinianas, utilizando inclusive os mesmos termos para suas quatro categorias, a autora deixa claro que não presume uma correspondência biunívoca entre verbos performativos e atos ilocutórios.

1.3.2 A teoria da polidez – o modelo de Brown & Levinson

Além das teorias dos atos de fala e das pesquisas que se concentram na classificação dos atos de fala ilocutórios, outra área de estudo do campo da Pragmática que nos dará base para o desenvolvimento de nossa investigação é a teoria da polidez linguística. Para desenvolvermos esse tópico, faremos referência especificamente ao modelo de Brown & Levinson (1987), considerado por estudiosos como Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 77) o “quadro referencial mais sofisticado, produtivo e célebre” sobre o tema.

O trabalho de Brown & Levinson (1987) fundamenta-se no conceito de ‘face’ (ou imagem), inicialmente proposto por Goffman (1967), instaurando a ideia de que cada falante possui duas faces que refletem seus desejos durante o ato comunicativo: a ‘face positiva’, que se refere à auto-imagem, incluindo o desejo de mantê-la aprovada e apreciada pelo ouvinte, e a ‘face negativa’, relativa à proteção do indivíduo e à reivindicação básica de ‘território’, incluindo a liberdade de ação e a liberdade de imposição durante a interação verbal. Por afirmar que o conceito de face é universal, ou seja, pode ser aplicado a qualquer língua e cultura, o estudo de Brown & Levinson é sempre alvo de muitas críticas. Porém, cabe ressaltar que os autores, embora apontem para a universalidade do conceito de face, não ignoram as variações de valores culturais existentes em culturas diferentes. Sobre isso eles fazem a seguinte observação:

Central aos nossos modelos é um conceito muito abstrato de “face”, que consiste em dois tipos específicos de desejos (“*face-wants*”) atribuídos aos interlocutores, uns aos outros: o desejo de ser livre em suas ações (face negativa), e o desejo (em alguns aspectos) de ser aprovado (face positiva). Este é a estrutura de uma noção de face que (nós argumentamos) é universal, mas que, em cada sociedade, pode ser objeto de grande elaboração cultural. (1987, p. 13)

[Central to our models is a highly abstract notion of ‘face’ which consists of two specific kinds of desires (‘face-wants’) attributed by interactants to one another: the desires to be unimpeded in one’s actions (negative face), and the desire (in some respects) to be approved of (positive face). This is the bare bones of a notion of face

which (we argue) is universal, but which in any particular society we would expect to be the subject of much cultural elaboration.]

Os autores afirmam que durante a interação verbal ocorrem, de forma constante, por meio dos atos de fala os *Face Threatening Acts* (doravante FTAs), ou seja, “ameaçadores de face”, que colocam em risco ora a face positiva, ora a face negativa dos interlocutores. Dessa forma, elaboram um inventário com as diferentes estratégias de polidez utilizadas pelos falantes para proteção de suas faces.

Para os nossos propósitos, o ponto alto da teoria de Brown & Levinson (1987) está nos fatores sobre os quais os interlocutores se apoiam para avaliar a “dificuldade” de um FTA, ou seja, a “base de cálculo”, por assim dizer, que os falantes parecem fazer na interação para escolher suas estratégias linguísticas. São eles:

- (i) A distância social entre os interlocutores (D);
- (ii) O poder relativo entre os interlocutores (P);
- (i) O nível de imposição do ato ilocutório (R)⁹.

Como já indicamos, acreditamos que, do ponto de vista perceptivo, um dos elementos que diferencia ordens de pedidos possa estar relacionado ao contexto do ato comunicativo, mais precisamente à relação entre os interlocutores. No modelo de Brown & Levinson (1987) esse elemento é representado pela distância social (D) e pelo poder relativo (P). Porém, considerando nossos propósitos de pesquisa e os valores culturais pertencentes à comunidade de fala que estamos investigando, redefinimos as variáveis (D) e (P) a três dimensões relativas ao papel social desempenhado pelos interlocutores em um contexto específico. Na primeira delas (A=B), que pode ser representada por um vetor horizontal, os interlocutores possuem o mesmo *status* social, por exemplo, são amigos, irmãos, colegas de trabalho etc. Na segunda dimensão (A>B), representada por um vetor vertical descendente, há uma diferença hierárquica entre os interlocutores e o falante possui *status* social superior ao do ouvinte, por exemplo, mãe e filho, professor e aluno, chefe e funcionário. Na terceira e

⁹ Em Brown & Levinson (1987, p. 74), as variáveis são representadas pelas letras (D), (P) e (R) porque correspondem respectivamente às expressões: *Social Distance*, *Relative Power* e *Absolute Ranking of Imposition*.

última dimensão ($A < B$), representada também por um vetor vertical, porém ascendente, há, do mesmo modo diferenças hierárquicas entre os interlocutores, entretanto, neste caso, o falante é quem está em nível social inferior a respeito do ouvinte.

O terceiro fator apresentado por Brown & Levinson, cabe mencionar, é o chamado grau de imposição, que se refere à relação custo-benefício que o ato de fala representa. Essa variável indica que, para um falante, quanto maior o benefício proporcionado pelo proferimento de um ato, maior será seu custo, em termos de estratégias e escolhas linguísticas. No caso do pedido, um dos atos que está sendo investigado nesta pesquisa, essa relação é bastante clara, principalmente, se tomarmos como exemplos duas situações imaginárias: na primeira, uma pessoa precisa de uma caneta para tomar notas durante uma conferência e na segunda, alguém precisa de um telefone celular emprestado para realizar uma chamada interestadual. É muito provável que as formas linguísticas utilizadas por esses dois interlocutores não sejam as mesmas, embora ambos realizem o mesmo ato de fala. Aquele que pede por uma caneta, em uma situação como a descrita, possivelmente não tenha a necessidade de reforçar ou justificar tanto seu pedido, quanto aquele que precisa de telefone celular emprestado.

Contudo, embora o terceiro fator mencionado por Brown & Levinson possa ser tão determinante para análises de atos de fala quanto a distância social e o poder relativo, avaliamos que a sua inclusão em nossa pesquisa nesse momento não seria viável. Decidimos, portanto, que nos ateremos aqui somente às relações entre os interlocutores, deixando para estudos futuros análises de ordens e pedidos que consideram também o grau de imposição.

1.3.3 Os modificadores linguísticos

Conforme mencionamos no final do tópico anterior, segundo a teoria de Brown & Levinson (1987), durante o ato comunicativo, ocorrem, de forma constante os FTAs. A partir do cálculo feito com base nas variáveis (D), (P) e (R), os falantes recorrem a estratégias linguísticas para a proteger as faces e, assim, evitar potenciais conflitos durante a interação. Uma das estratégias utilizadas pelos interlocutores são os modificadores, ou seja, elementos linguísticos que têm como função tanto mitigar a força ilocutória dos atos, quanto reforçar a importância da sua realização (SANTORO, 2013).

Os elementos atenuadores, ou seja, as estratégias utilizadas para mitigar a força ilocutória do ato, são objeto de análise amplamente pesquisado pelos estudos desenvolvidos no campo da Pragmática. Um trabalho referencial sobre o tema foi desenvolvido por Fraser (1980), que descreve esses elementos com base em cinco características principais:

1. envolvem os efeitos que surgem como resultado de um enunciado;
2. modificam apenas os efeitos indesejáveis para o ouvinte;
3. são diferentes dos elementos que intensificam a força do enunciado;
4. não são fenômenos de polidez, embora ambos sejam frequentemente encontrados juntos, e
5. não são o mesmo que “*hedging*”, ou seja, expressões evasivas.

Para o autor, a motivação que leva os interlocutores a recorrerem aos atenuadores se enquadra em duas categorias:

- (a) a atenuação do tipo *self-serving*, que é utilizada quando o falante, pensando em seu próprio benefício, tenta evitar os efeitos negativos que um ato de fala pode ocasionar em seu ouvinte;
- (b) a atenuação do tipo altruísta, que ocorre quando o falante busca suavizar o efeito negativo que um ato de fala pode ter, pensando em poupar seu interlocutor.

Ao explicar o fenômeno da atenuação de tipo *self-serving*, Fraser exemplifica com a seguinte situação: o chefe que diz, de modo atenuado, ao seu funcionário que o relatório apresentado não está adequado e deve ser refeito; ou então que, devido a questões relacionadas à administração da empresa, o funcionário deverá trabalhar durante todo o final de semana. Segundo o autor, atos de fala como “refaça o relatório” ou “trabalhe durante o final da semana” teriam como efeito a imensa insatisfação do funcionário e, recorrendo às estratégias de atenuação, o falante então busca não sofrer as consequências desse efeito.

Quanto à atenuação de tipo altruísta, Fraser cita como exemplo o anúncio de um falecimento ou o diagnóstico de uma doença terminal. Nesses casos, ao recorrer a estratégias atenuadoras para o proferimento do enunciado, o falante buscaria, em benefício do ouvinte, reduzir a dureza ou a hostilidade da força ilocutória do ato.

Embora os atenuadores sejam, como mencionamos, fenômeno de grande interesse para os estudos da pragmática e Fraser (1980) ressalte que atenuação e intensificação são estratégias distintas, Sbisà (2001), ao analisar interações em língua italiana¹⁰, aponta para a necessidade de dar a esses dois fenômenos a mesma importância. Para a autora, atenuação e intensificação (ou reforço) são, em princípio, da mesma natureza, uma vez que ambos devem ser explicados como variações nos efeitos ilocutórios dos atos de fala. Além disso, há uma fronteira difusa entre estes dois grupos de expressões ou de estratégias linguísticas, que podem inclusive se sobrepor, não apenas porque algumas expressões linguísticas são “multifuncionais” e podem servir tanto para mitigar quanto para reforçar a força de um ato, mas também porque atenuação e reforço, segundo a autora, fazem parte de uma dinâmica que determina a força ilocutória do ato.

A partir das considerações de Sbisà, podemos conceber os atenuadores e reforçadores como elementos modificadores linguísticos, cuja função é aquela alterar a força do ato conforme a escolha dos falantes. Os modificadores podem ser subdivididos em morfossintáticos, lexicais e discursivos e, no que diz respeito à classificação desses elementos, o estudo realizado por Nuzzo (2007) apresenta uma proposta, que decidimos adotar como referência na nossa pesquisa. A autora se propõe a observar a evolução da competência pragmática de aprendizes de italiano L2 e se concentra em uma análise da realização de três atos de fala, a saber: o pedido, o pedido de desculpas e a reclamação. Para atingir esse objetivo, Nuzzo, primeiramente, constituiu um *corpus* composto por oitenta diálogos entre falantes nativos de italiano e, ao trabalhar especificamente com o pedido, elaborou uma categorização com as estratégias utilizadas frequentemente pelos interlocutores com a função de calibrar a força ilocutória do ato durante as interações.

A classificação de Nuzzo (2007) é elaborada unicamente a partir do material coletado para o desenvolvimento desse trabalho, ainda que, como a própria autora afirma, os trabalhos de Blum-Kulka et al. (1989), Trosborg (1995), Márquez Reiter (2000), Barron (2003), Achiba (2003) e Schauer (2004), concentrados em analisar pedidos em âmbito intercultural ou interlinguístico, tenham lhe servido de base. Além disso, antes de apresentar o quadro com as categorias, cabe ressaltar que, para localizar os modificadores lexicais e morfossintáticos, Nuzzo (2007) segue o critério sugerido por Blum-Kulka et al. (1989, p. 19)

¹⁰ A interações analisadas por Sbisà (2001) foram gravadas a partir de programas de TV, reuniões de grupos de pesquisa, sessões de psicoterapia, audiências de tribunal e conversas informais.

e os considera elementos gramaticalmente e semanticamente opcionais, ou seja, elementos que têm uma função exclusivamente pragmática. Seguem as categorias:

MODIFICADORES MORFOSSINTÁTICOS		EXEMPLO EM ITALIANO
<i>Condizionale</i> (Futuro do pretérito)	Causa um distanciamento, faz parecer que o que é dito está distante da realidade.	<i>Ci sarebbe...; Non avrebbe...</i>
<i>Imperfetto</i> (Pretérito imperfeito)	Tem como objetivo, assim como o <i>condizionale</i> , distanciar da realidade o que é dito.	<i>Mi potevi dare...</i>
<i>Incassatura</i> (Encaixamento)	Pode introduzir o ato de fala e é utilizado frequentemente junto do <i>condizionale</i> ou do <i>imperfetto</i> , criando a ideia de distância a respeito do enunciado.	<i>Volevo sapere se...</i>
<i>Negazione dell'interrogativa</i> (Negação da interrogativa)	Através da negação, formula-se uma pergunta, cuja função parece ser de verificação ou confirmação. Além disso, tem o efeito de afastar ou reduzir a força ilocutória do ato de fala.	<i>Non è che...</i>
MODIFICADORES LEXICAIS		
<i>Attenuatori</i> (Atenuadores)	Transmitem a ideia de minimização do esforço que seria necessário para responder a um determinado ato de fala.	<i>Un po'...; un attimo...</i>
<i>Autoumiliatori</i> (Auto-humilhadores)	Colocam em evidência um defeito, ou uma falta, do falante, apresentando-o como responsável pela situação que o leva a enunciar o ato de fala.	<i>Come sempre, mi sono dimenticato...</i>
<i>Blanditori</i> (Aduladores)	Ressaltam as capacidades do ouvinte com intuito de persuadi-lo	<i>Mi risolvi sempre i problemi</i>
<i>Dubitatori</i> (Duvidadores)	Transmitem um tipo de dúvida a respeito da realização do ato de fala e, desse modo, reduzem as expectativas.	<i>Per caso; forse</i>
<i>Rafforzatori</i> (Reforçadores)	Enfatizam a importância do ato de fala.	<i>Urgentemente; davvero; proprio</i>
MODIFICADORES DISCURSIVOS		
<i>Fatismi</i> (Fatismo)	Estabelecem um contato direto com o interlocutor para aproximá-lo do falante.	<i>Sai; vedi</i>
<i>Marche di Cortesia</i> (Marcas de cortesia)	Usadas quando se recorre expressamente à colaboração do falante.	<i>Per favore; dai</i>
<i>Richieste di accordo</i> (Pedido de acordo)	Buscam estabelecer um vínculo com o interlocutor	<i>Non è vero?</i>

<i>Riempitivi</i> (Preenchedores)	Manifestam hesitação e mostram que a formulação do ato cria um desconforto para o falante.	<i>Cioè; insomma</i>
--------------------------------------	--	----------------------

Quadro 1: Classificação dos modificadores em Nuzzo (2007)

A própria autora afirma, como mencionamos anteriormente, ter se baseado unicamente nas interações entre falantes nativos de italiano que foram utilizadas em sua pesquisa para a elaborar a classificação que apresentamos. Ela admite, portanto, que os elementos que apresenta podem não esgotar a vasta gama das estratégias à disposição dos falantes para modificar seus atos de fala. Contudo, para a pesquisa aqui apresentada, tal classificação revelou-se suficiente e permitiu dar conta dos elementos presentes nos dados utilizados. Além disso, cabe ressaltar que, embora reconheçamos já nos estudos sobre os quais a autora se fundamenta, alguns modificadores que utilizaremos neste trabalho, optamos por nos referenciar essencialmente no trabalho de Nuzzo (2007), já que que, diferente dos estudos publicados antes, sua classificação foi elaborada a partir de um *corpus* de interações em língua italiana.

1.3.4 O papel do contexto

Considerar a Pragmática como a abordagem que trata dos fenômenos da língua em uso é assumir a estreita relação que existe entre a Pragmática e o contexto. O contexto tem, de fato, papel fundamental nas interações, pois é constituído por elementos que influenciam principalmente o que Crystal, na definição de 2008 já citada, chama escolhas linguísticas dos falantes e efeitos que delas resultam. Especificamente na relação com os atos de fala, o contexto interacional tem papel determinante, uma vez que, conforme afirma Sbisà (2002), o modo como é configurado contribui inclusive para o sentido do ato.

Geralmente, as discussões sobre contexto acabam se voltando fundamentalmente para as seguintes dicotomias: dado/construído; limitado/ilimitado; objetivo/subjetivo. A primeira dicotomia contrapõe a ideia de contexto pré-estabelecido antes da interação e aquele que vem se estabelecendo conforme as ações dos participantes e a realização dos atos de fala. O contexto limitado, por sua vez, é caracterizado pela ausência de fronteiras e pela capacidade de se estender em qualquer direção, o que o contrapõe ao contexto limitado que é constituído

de elemento fixos e imutáveis. Por fim, o contexto objetivo, que consiste em estados reais e é contrário ao contexto de natureza subjetiva (ou cognitiva), que consiste em estados intencionais dos interlocutores, conforme suas crenças.

Ao falar do assunto, Sbisà (2002) defende que para a análise e avaliação dos atos de fala, o contexto deve ser construído, limitado e objetivo. Segundo a autora, não se confere a felicidade ou adequação de um ato de fala antes de reconhecê-lo como realizado e assim como as condições de felicidade, as pressuposições também são consideradas algo a ser satisfeito pelo contexto como uma opção padrão. Desse modo, se a satisfação das condições de felicidade e as pressuposições não precisam ser levadas em consideração pelos participantes com antecedência, é equivocado considerar o contexto de um ato de fala como algo “dado”. O contexto deve ser admitido como um evento interacional, criado por seus participantes conforme a interação prossegue.

Quanto ao aspecto limitado do contexto de um ato de fala, a estudiosa reconhece que um contexto ilimitado permitiria a interpretação de um ato de fala, contudo, não ofereceria meios para avaliá-lo. Sendo assim, é melhor considerar o contexto dos atos de fala como limitado, uma vez que deve servir de fonte que, em caso de análise, permita o reatamento do ato. Além disso, se um ato de fala é produzido e entendido em um determinado contexto, segundo a autora, parece razoável pensar que ele deve ser avaliado sempre em relação a esse mesmo contexto.

Por fim, a respeito da natureza objetiva do contexto, Sbisà afirma que por ser determinado, não pelo conteúdo dos estados intencionais dos participantes, mas pelos estados relevantes de coisas que ocorrem no mundo, o contexto deve ser objetivo. Além disso, se o contexto consistisse em estados intencionais, a felicidade de um ato de fala exigiria muito pouco do agente: exigiria certos estados intencionais, mas não que representações envolvidas rendessem uma compreensão correta da situação e nem mesmo que se tivesse a certeza de que são verdadeiras.

A forma como Sbisà classifica o contexto, portanto, nos parece bastante apropriada e, sobretudo, muito bem argumentada. Contudo, visto que nosso objetivo é analisar atos de fala do ponto de vista da percepção, e não da produção linguística, a noção de contexto que nos guiará pode se limitar à primeira dicotomia – contexto dado/contexto contruído – e se concentrar na proposta de Bazzanella (2008), que sugere uma concepção intermediária entre os estudos que assumem o contexto como dado e aqueles que o admitem como construído. Segundo a autora, o contexto pode ser composto por dois níveis que interagem entre si: o nível

global e o nível local. O primeiro refere-se aos elementos prevalentemente sociolinguísticos de uma determinada situação comunicativa, por exemplo, os participantes, o local onde ocorre a interação, os agentes instrumentais, etc. Já no nível local, estão presentes componentes tanto de tipo cognitivo, que permitem com que os falantes façam inferências, quanto de tipo linguístico, como o co-texto, as formas linguísticas e as mudanças de código induzidas pela própria interação.

Uma definição de contexto similar à de Bazzanella (2008) e que também pode contribuir para nossa pesquisa, devido ao âmbito em que foi desenvolvida, é apresentada por Bettoni (2006). Em um estudo voltado à Pragmática intercultural, a autora afirma que, em seu sentido mais amplo, o contexto é tudo aquilo que influencia a língua e tudo aquilo que pela língua é influenciado. Seguindo um critério linguístico, Bettoni (2006) faz uma distinção entre contexto linguístico, como parte da fala que precede ou segue uma ação linguística principal, e contexto extralinguístico, também reconhecido como sociocultural, que diz respeito ao restante do discurso que incide sobre o significado de um enunciado.

1.3.5 Ordens e pedidos: classificação e características

Do ponto de vista pragmático, embora sejam notoriamente dois atos de fala distintos, o pedido e a ordem são proferidos com intuito bastante semelhante: o falante busca levar seu interlocutor a fazer uma ação que lhe traga benefícios futuros. As teorias que escolhemos para tratar do assunto mostram, dentro do âmbito em que foram desenvolvidas, em que grau a ordem e o pedido se aproximam e a partir de quais características se diferenciam.

Na categorização de Austin (1990 [1962]), tanto ordens quanto pedidos encontram-se na classe dos ditos “exercitivos”, isto é, são atos que consistem no exercício de poder, direito ou influência, junto com súplicas, orientações, recomendações, etc. Além do uso dos verbos performativos “ordenar” e “pedir”, não encontramos nessa categorização informações mais aprofundadas sobre a diferença entre os atos que estamos investigando.

Na classificação de Searle (2002 [1979]), pedido e ordem também estão dentro da mesma categoria, são considerados “diretivos”, ou seja, atos, cujo propósito ilocutório “consiste no fato de que são tentativas [...] do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (p. 21). Porém, diferentemente do que se encontra no estudo de Austin, o fundamento desse trabalho

nos permite diferenciar ordem e pedido a partir de suas forças ilocutórias. Ao exemplificar o conceito que rege sua taxonomia, Searle afirma que “o propósito ilocutório dos pedidos é o mesmo que o dos comandos: são tentativas de levar o ouvinte a fazer algo. Mas as forças ilocutórias são claramente diferentes” (2002, p. 4).

Nos estudos de Searle, constatamos além da taxonomia dos atos ilocutórios baseada no isolamento da força ilocutória e do ato proposicional, a classificação de atos de fala indiretos, ou seja, os casos em que um determinado ato ilocutório é realizado por meio de outro. Nos exemplos apresentados pelo autor, ordens e pedidos, como atos diretivos, são facilmente pronunciados através de perguntas como nos casos de “Você pode alcançar o sal?”, no lugar de “Alcance-me o sal”; ou “Você poderia fazer um pouco mais de silêncio?”, ao invés de “Fique quieto”, ou ainda “Você consegue alcançar o livro na prateleira de cima?”, substituindo algo do tipo “Pegue o livro para mim”. Segundo Searle (2002 [1979]), a realização desses atos por meio dos atos de fala indiretos se dá naturalmente porque “as exigências conversacionais comuns de polidez normalmente acarretam ser inconveniente a formulação de sentenças imperativas categóricas” (p. 56).

Diferentemente de Searle e de Austin, Sbisà (2009 [1989]) afirma que pedidos e ordens podem estar naturalmente em categorias distintas. Para a autora, a ordem é explicitamente categorizada como ato exercitativo, onde, portanto, o emissor tem o poder de atribuir um dever ao destinatário. E o pedido, por sua vez, deve ser considerado ato comportativo, que atribui, por parte do falante, um poder ao destinatário. Nas suas palavras:

Efetivamente, fazer um pedido não pressupõe uma autoridade determinada, nem impõe sempre obrigações ao interlocutor (eventualmente, apenas a de “atestar o recebimento” do pedido). É lógico que existe uma distinção entre situações nas quais e coisas que se tem o direito de pedir, e situações nas quais e coisas a respeito das quais fazer um pedido é mais ou menos inoportuno. Com base nessas características, o pedido poderia, com boa vontade, ser interpretado como um caso excepcional de exercitativo. Mas é igualmente convincente, e em muitos casos mais adequado, descrevê-lo como uma reação a uma situação de necessidade ou desejo; isto é, como um comportativo que, com o exercitativo, compartilha, sobretudo, o objetivo perlocutório de fazer fazer algo a alguém, mediado desta vez não pela atribuição direta de um dever, mas por mais vagos direitos (de ser levado em consideração etc.) adquiridos pelo fato de ter manifestado sua própria necessidade ou desejo, invocando assim o alinhamento da subjetividade do interlocutor (2009, p.117).

[Effettivamente fare una richiesta non presuppone un'autorità precisa, né impone sempre obblighi all'interlocutore (semmai, quello di «dare ricevuta» della richiesta). Certo, esiste una distinzione fra situazioni in cui e cose che si ha diritto di richiedere, e situazioni in cui e cose riguardo alle quali fare richieste è più o meno inopportuno. In base a queste caratteristiche, la richiesta potrebbe con buona volontà essere interpretata come un caso marginale di esercitativo. Ma è altrettanto convincente, e in molti casi più adatto, descriverla come una reazione a una

situazione di bisogno o desiderio; cioè come un comportativo, che con l'esercitivo che avrebbe potuto essere condivide soprattutto l'obiettivo perlocutorio di far fare qualcosa a qualcuno, mediato stavolta non dalla assegnazione diretta di un dovere, ma da più vaghi diritti (d'esser preso in considerazione, ecc.) acquisiti per il fatto di aver manifestato il proprio bisogno o desiderio invocando così l'allineamento della soggettività dell'interlocutore con la propria.]

O que podemos observar nas teorias apresentadas é que as ideias não são plenamente compartilhadas, embora os conceitos também não sejam completamente divergentes. Os estudos de Austin (1990 [1962]), Searle (2002 [1979]) e Sbisà (2009 [1989]) mostram, na verdade, ser complementares e podem representar uma evolução nas pesquisas sobre os atos de fala. Especificamente sobre os atos que estamos pesquisando, observamos de modo gradativo em cada um dos trabalhos uma maior fundamentação e consideração em relação aos fatores contextuais. De modo esquemático, as características de ordens e pedidos poderiam assim ser apresentadas da seguinte maneira:

	Pedido	Ordem
Austin (1990 [1962])	Ato exercitivo: consiste no exercício de poder, direito ou influência. Representado pelo verbo performativo “pedir”.	Ato exercitivo: consiste no exercício de poder, direito ou influência. Representado pelo verbo performativo “ordenar”.
Searle (2002 [1979])	Ato diretivo: consiste em tentativas do falante de induzir o ouvinte a determinada ação. Pode ser representado pelo verbo performativo “pedir”, por outros indicadores de força ilocutória e por atos de fala indiretos.	Ato diretivo: consiste em tentativas do falante de induzir o ouvinte a determinada ação. Pode ser representado pelo verbo performativo “ordenar”, por outros indicadores de força ilocutória e por atos de fala indiretos.
Sbisà (2009 [1989])	Ato comportativo: o falante atribui um “poder” ao destinatário.	Ato exercitivo: o falante tem o poder de atribuir um “dever” ao destinatário.

Quadro 2: Ordens e pedidos segundo Austin (1990 [1962]), Searle (2002 [1979]) e Sbisà (2009 [1989])

Além da classificação dos atos de fala, também são apresentadas de modo fundamentalmente gradativo as considerações sobre as condições ideais para que o ato seja realizado com sucesso. Austin fala das ordens em seu trabalho quando menciona os casos de “infelicidade” e “desacerto”, isto é, quando um ato mesmo que proferido não atende a uma ou mais condições de felicidade. Para o autor, o proferimento de uma ordem poderia então ser um caso de desacerto se o ouvinte não reconhecesse a autoridade do falante e, assim, não aceitasse o ato, ou se o falante, de fato, não tivesse a autoridade necessária que lhe permitisse

o proferimento de uma ordem.

Searle também faz considerações sobre ordens e pedidos a partir das suas regras para o proferimento dos atos de fala. Quanto a primeira regra, a do conteúdo proposicional, para o filósofo os pedidos predicam uma ação futura do ouvinte. Sobre as preparatórias, o ouvinte está em condições de realizar o ato e o falante acredita nisso, ademais, não é óbvio nem para o falante nem para o ouvinte que o ouvinte realizará a ação no decorrer dos acontecimentos. A condição essencial, por sua vez, corresponde a uma tentativa do falante em conseguir que o ouvinte realize o ação.

No caso das regras para a realização das ordens, que são atos diretivos como os pedidos, observamos nas condições de Searle os mesmos aspectos considerados por Austin. Para Searle, no proferimento de ordens é necessária uma regra preparatória adicional que consiste que o falante esteja em uma posição de autoridade sobre o ouvinte. Nesse caso, também ocorre que a condição de essencial vem prejudicada porque a enunciação vale como uma tentativa de fazer com que o ouvinte realize o ato em virtude da autoridade do falante.

Na perspectiva de Sbisà (2009 [1989]), como comentamos, a função das condições de felicidade vai em outra direção (não necessariamente contrária) se comparada àquilo que afirmam Austin e Searle. Para a autora, as circunstâncias adequadas para o proferimento dos atos são aspectos intersubjetivos e, além disso, são demasiadamente vagas para apoiar uma tipologia. A estratégia que estabelece então para considerar as condições de felicidade é combiná-las com os efeitos ilocutórios dos atos. Desse modo, para os atos comportativos, como são classificados os pedidos, a condição fundamental é a da sinceridade ($\Gamma 1$), uma vez que o efeito do ato e a reação ocorrerão somente se o falante for sincero. No caso das ordens, concordando com aquilo que é colocado por Austin e Searle, como ato exercitativo, a condição fundamental para realização da ordem é a da apropriação (A2), uma vez que o falante, ao proferir esse tipo de ato, deve estar na posição adequada para exercer o poder.

Preenchidas as condições de adequação (ou felicidade) para a realização dos atos, os elementos que envolvem o contexto servem como base para que os interlocutores façam duas escolhas linguísticas para o proferimento dos enunciados. Conforme apresentamos anteriormente, um dos fatores que influencia tais escolhas é o tipo de relação que existe entre o falante e o ouvinte, indicado na teoria de Brown & Levinson (1987) como distância social (D) e poder relativo (R). Nesse quadro teórico, ordens e pedidos são considerados, como outros atos, FTAs, que foram divididos pelos autores em quatro categorias:

- atos que ameaçam a face positiva do falante, ou seja, aqueles que, de alguma forma, são reconhecidos por uma espécie de caráter “auto-degradante”;
- atos que ameaçam a face negativa do falante, isto é, atos que comprometem sua liberdade de ação;
- atos que ameaçam a face positiva do ouvinte, aqueles que impedem que o ouvinte seja aceito e/ou admirado, e
- atos que ameaçam a face negativa do ouvinte, ou seja, que representam algum tipo de risco para a sua liberdade de ação.

Visto que, ao realizar tanto uma ordem quanto um pedido, o falante está tentando fazer com que seu interlocutor aja em seu benefício, a ameaça que provém desses dois atos de fala tem um caráter duplo, que ocorre tanto contra a face positiva do falante, quanto contra a face negativa do ouvinte. A face positiva do falante é ameaçada porque sua ordem ou seu pedido estão naturalmente submetidos à possibilidade de uma recusa, o que pode configurar rejeição por parte do ouvinte. A face negativa do ouvinte, por sua vez, também está ameaçada porque uma ordem ou um pedido podem limitar sua liberdade de ação, fazendo com que se sinta obrigado a desviar do comportamento desejado.

O particular caráter ameaçador de ordens e pedidos faz com esses atos possam ser realizados por diversas estruturas linguísticas. Estudos empíricos desenvolvidos com o propósito de verificar como se manifestam os atos de fala apontam para as variedades de formas consideradas para realização de ordens e pedidos. Kerbrat-Orecchioni (2005), por exemplo, trata do assunto quando aborda os atos de fala que denomina “pergunta” e “solicitação” para ilustrar i) os problemas de definição e delimitação dos atos de fala e ii) a necessidade de distinguir estrutura formal e valor ilocutório de um enunciado. A autora busca conciliar os pontos de vista linguístico e pragmático e define que: a) convém distinguir o “pedido de um dizer (pergunta)” e o “pedido de um fazer (solicitação)”, b) a pergunta e a solicitação fazem parte de uma mesma categoria maior, a dos pedidos, e c) a ordem é um tipo particular de solicitação. A pergunta tem como principal finalidade obter de seu destinatário uma informação, comportando numerosas variantes, que podem se contrapor utilizando diferentes critérios. Já a solicitação tem como principal característica a diversidade de suas formulações, o que pode ser correlacionado com o caráter fundamentalmente ‘ameaçador’ desse ato de fala. Desse modo, Kerbrat-Orecchioni (2005) diz serem as ordens um caso particular de solicitação que se caracteriza por seu teor ‘autoritário’ e, quando se atém ao

caráter formal, pela utilização de uma fórmula explicitamente performativa como “Ordeno que você feche a porta”, ou o modo imperativo “Feche a porta”.

Esse mesmo fundamento é encontrado no trabalho de Nuzzo (2007), ao qual recorreremos anteriormente para apresentar a classificação dos modificadores. Após coletar oitenta diálogos entre falantes nativos italianos que, estimulados por meio de *role play* aberto espontâneo, realizavam pedidos em suas interações verbais, a estudiosa definiu sete categorias para o ato de fala, dentre as quais está a “ordem”, caracterizada, em sua classificação, pela utilização do modo imperativo do verbo principal: “*oh passami un po' d'acqua*” [oh me passe um pouco d'água].

O modo imperativo é apontado também como um dos meios para a realização de pedidos, segundo outros estudos empíricos desenvolvidos no campo de ensino da língua italiana. Vedder (2007) afirma que em italiano, além do imperativo, o ato do pedido pode ser realizado pelo verbo performativo *chiedere*, pela pergunta ou indiretamente por meio de um ato constativo. Esse também é o ponto de partida de Santoro (2013), ao escolher o pedido ato de fala para representar o escopo da competência pragmática. Segundo a autora:

Em línguas como o italiano, esse ato de fala pode ser realizado em, no mínimo, quatro modos diferentes: com um verbo performativo (‘te peço para me emprestar uma caneta’), com um imperativo (‘me empreste uma caneta’), com uma pergunta (‘me empresta uma caneta?’), ou indiretamente, com um constativo (‘eu precisaria de uma caneta’). (2013, p.29)

[In lingue come l'italiano, questo atto linguistico può essere realizzato in almeno quattro modi diversi: con un verbo performativo (“ti chiedo di prestarmi una penna”), con un imperativo (“prestami una penna”), con una domanda (“mi presti una penna?”), o indirettamente, con un costativo (“avrei bisogno di una penna”).]

Tais concepções se alinham com o que é apresentado por algumas gramáticas da língua italiana que afirmam que o modo imperativo não é apresentado como uma forma linguística usada exclusivamente para o proferimento de ordens, ou seja, também pode ser utilizado na realização de pedido. Moretti & Orvieto (1984), por exemplo, afirmam que tal modo pode ser utilizado para o proferimento de diversos atos de fala e aquilo os diferencia é a entonação utilizada pelo falante. Nas suas palavras:

[o imperativo] é o modo verbal que representa a ordem, a proibição, a exortação, o convite, o conselho, a sugestão, a recomendação, o pedido, a invocação, a imploração, a permissão, a advertência, a ameaça: com tom ora abrupto ou categórico, ou autoritário, ou ameaçador, ora amigável, ou afetuoso, ou conciliador, ou condescendente, ou atencioso; em que a vontade de quem fala (ou escreve)

transparece mais ou menos determinado, mais ou menos resignado e submisso (1984, p.155).

[l'imperativo] è il modo verbale che segnala il comando, il divieto, l'esortazione, l'invito, il consiglio, il suggerimento, la raccomandazione, la preghiera, l'invocazione l'implorazione, la permissione, l'ammonimento, la minaccia: con tono ora brusco o perentorio o autorevole o minaccioso, ora amichevole o affettuoso o conciliante o condiscendente o riguardoso; in cui la volontà di chi parla (o scrive) traspare più o meno risoluta, più o meno dimessa e arrendevole.]

Serianni (1991) também afirma que o modo imperativo não é usado exclusivamente para o proferimento de ordens, listando um amplo número de atos de fala que podem ser realizados por meio desse modo verbal. Assim como Moretti & Orvieto (1984), o autor afirma que um dos elementos que podem diferenciar os atos proferidos por meio do imperativo é a entonação, mas considera ainda os verbos utilizados pelo falante e a utilização de elementos linguísticos, cuja função pode ser reforçar ou atenuar a força ilocutória do ato. Nas suas palavras:

Como modo tipicamente conativo (cf. XI.7 e Mencacci 1983), o imperativo manifesta uma ampla gama de valores: ordem, pedido feito com urgência¹¹, convite, conselho, permissão, pedido, proibição. Ao contrário do que se poderia pensar, parece 'que, aparentemente, o imperativo exprima a ordem e que, ao contrário, nesse emprego não seja muito usado' (Mencacci, 1983: 161). No entanto, não é possível distinguir de forma demasiadamente rígida seus diferentes usos, uma vez que o valor do imperativo muda de forma significativa em razão do **verbo usado** ("obedeça!" é uma ordem, "escute-me"! pode ser uma invocação), **da entonação**, **da presença de elementos linguísticos** que potencializam o caráter volitivo do verbo (lá, vamos lá, etc.) ou, vice-versa, o atenuem (um pouco, te peço, etc.) e assim por diante (p. 478, grifos nossos).

[In quanto modo tipicamente conativo (cfr. XI.7 e Mencacci 1983), l'imperativo estrinseca una vasta gamma di valori: comando, preghiera, invito, consiglio, permesso, domanda, proibizione. A differenza di quel che si potrebbe pensare, sembra "che solo apparentemente l'imperativo esprima il comando e che, anzi, in tale impiego non sia poi tanto usato"(Mencacci, 1983:161). Tuttavia, non è possibile distinguere in modo troppo rigido i diversi usi, dal momento che il valore dell'imperativo muta sensibilmente in ragione del verbo adoperato ("ubbidisci!" è un ordine; "ascoltami!" può essere un'invocazione), dell'intonazione, della

¹¹ Segundo o dicionário da língua italiana Zingarelli, a palavra *preghiera* pode corresponder a uma manifestação religiosa ou a um pedido humilde, feito com urgência. Em português, seu correspondente direto seria a palavra "pregação" que, conforme o dicionário da língua portuguesa Houaiss, também pode significar tanto um discurso religioso quanto a uma alocução que visa convencer. Por acreditarmos que, diferentemente do que ocorre na língua italiana, onde a palavra *preghiera* é largamente utilizada no sentido de pedido humilde, feito com urgência, o termo "pregação" em português remeta mais facilmente à ideia de manifestação religiosa, decidimos, nesse trabalho, traduzir a palavra *preghiera* como "pedido feito com urgência", expressão que nos parece mais apropriada para o nosso contexto.

presenza di elementi linguistici che potenziano il carattere volitivo del verbo (su, orsù, ecc.) o, viceversa, lo attenuano (un po', ti prego, ecc.), e via dicendo.]

Como se vê, as gramáticas indicam que os elementos que diferenciam ordens e pedidos podem estar ligados tanto à estrutura formal da língua, como o uso do modo imperativo e de elementos modificadores, quanto aos elementos prosódicos. A prosódia se refere a características da fala relacionadas à intensidade, ritmo, tom e entonação. Embora esse aspecto seja mencionado por Moretti & Orvieto (1984) e Serianni (1991) de modo intuitivo, pesquisas têm mostrado sua fundamental importância no uso da língua. Como exemplo, podemos mencionar o trabalho organizado por Anna De Meo e Massimo Pettorino (2013) intitulado “*Prosodic and Rhythmic aspects of L2 acquisition: the case of Italian*”. Os autores dizem que a natureza não-discreta desses elementos e o pressuposto sobre sua função ser puramente expressiva têm obscurecido a importância desses aspectos da linguagem por muito tempo. Contudo, ressaltam que estudos concentrados no campo da fonética, da linguística aplicada, da sociolinguística e da pragmática têm levado a sua re-avaliação, a medida que o estudo da língua em contexto permite aos linguistas apontar as funções distintivas e contrastivas da prosódia e destacar a sua contribuição na caracterização sintática, semântica e pragmática das mensagens em comunicação falada.

Segundo o que foi apresentado nesse tópico sobre os elementos que caracterizam ordens e pedidos, é possível notar que os atos que estamos investigando apresentam tanto analogias quanto diferenças. A respeito das analogias, as teorias dos atos de fala com que estamos trabalhando enfatizam, com suas classificações, que o objetivo perlocutório de ordens e pedidos é o mesmo e que as condições de felicidade para a sua realização coincidem. Do ponto de vista formal da língua, o trabalho de Austin (1990 [1962]) se atém aos verbos performativos para diferenciar ordens e pedidos e o de Searle (2002 [1979]), além disso, indica os atos de fala indiretos, como a pergunta. Sbisà (2009 [1989]), por sua vez, não restringe as diferenças de ordens e pedidos pela estrutura linguística e afirma que a diferença está relacionada ao efeito do ato sobre o interlocutor: enquanto o proferimento de um pedido atribui um “poder” ao ouvinte, a realização de uma “ordem” lhe confere um “dever”.

Na teoria da polidez de Brown & Levinson (1987), vimos o funcionamento dos fatores que podem determinar as escolhas linguísticas dos interlocutores ao proferirem ordens e pedidos, já que tais atos apresentam um caráter de dupla ameaça.

Nos estudos empíricos que se concentraram em investigar os atos que estamos pesquisando, conferimos que algumas formas utilizadas pelos falantes para sua realização são os verbos performativos, o modo imperativo, a pergunta e atos constataivos, que dependem, sobretudo, da inferência do interlocutor.

Algumas dessas estruturas também são mencionadas nas gramáticas da língua italiana que consultamos. Esses estudos confirmam que uma mesma forma, no caso o imperativo, pode ser utilizado tanto para o proferimento de ordens quanto de pedidos que, por fim, se diferenciam tanto por elementos ligados à estrutura da língua, como os modificadores, quanto pelo aspecto prosódico.

A prosódia, conforme indicado pelo trabalho de De Meo & Pettorino (2012), é de fato um elemento importante nas interações, uma vez que trata de fenômenos como a entonação que é característica básica dos atos comunicativos.

1.4 Além da Pragmática Linguística

Com o desenvolvimento de estudos e teorias da Pragmática como subárea da linguística, fez-se necessário criar um direcionamento para pesquisas que estão concentradas em línguas, comunidades de fala e culturas diferentes. Nessa perspectiva, Leech (1983) divide a Pragmática em dois componentes: a Sociopragmática, que seria a interface sociológica da Pragmática, e a Pragmalinguística, que se refere ao estudo aplicado da Pragmática com objetivos especificamente linguísticos, onde são considerados os recursos que uma dada língua fornece para transmitir determinados enunciados. Kasper e Rose (2001), ao falar da divisão feita pelo autor, acrescentam que a Sociopragmática abrange as perspectivas sociais subjacentes de interpretação dos participantes e o desempenho da ação comunicativa, já que comunidades de fala se diferem em muitos aspectos como direitos, obrigações, grau de imposição de determinados atos de fala, etc. Quanto à Pragmalinguística, as autoras explicam que os recursos linguísticos mencionados por Leech (1983) incluem estratégias pragmáticas como os atos de fala indiretos, expressões formulaicas e outras formas linguísticas, como os modificadores, que, como já mencionamos, servem para intensificar ou mitigar a força do ato de fala.

Além da Sociopragmática e da Pragmalinguística, há ainda outras subdivisões que orientam, do ponto de vista pragmático, os estudos sobre a linguagem: a Pragmática

contrastiva, conhecida também como Pragmática cross-cultural, que trata da comparação de fenômenos da língua em uso que ocorrem em duas (ou mais) línguas e culturas; a Pragmática intercultural aborda a interação entre nativos e não nativos em uma determinada língua e cultura, e a Pragmática intercultural que, por sua vez, refere-se aos fenômenos que compreendem a interação entre falantes nativos e não nativos de uma determinada língua.

Visto que nossos objetivos de pesquisa são identificar quais são os elementos que diferenciam dois atos de fala em língua italiana a partir das percepções de falantes nativos e comparar tais dados com respostas obtidas também pela percepção de aprendizes brasileiros de italiano, pode-se dizer que nosso trabalho está inserido no âmbito da Pragmática intra e intercultural. Geralmente, os estudos que se concentram nessas áreas, para atingir seus objetivos, analisam aspectos do uso da língua que se manifestam ou são percebidos por meio da competência pragmática dos falantes, cujo conceito apresentaremos no próximo tópico.

1.4.1 A competência pragmática

A competência pragmática (doravante CP) é a parte da competência comunicativa (doravante CC) responsável por reconhecer o funcionamento de fenômenos que ocorrem com o proferimento de atos de fala, com o uso das regras de polidez, com a recorrência a elementos atenuadores, ou seja, com os aspectos da língua em uso que são tratados pela Pragmática. Com o desenvolvimento da CP, os falantes se tornam conscientes sobre os efeitos das suas escolhas linguísticas e sobre o funcionamento da língua dentro de cada contexto. Como bem explica Nuzzo (2012),:

[...] aprender a gramática e o léxico de uma língua não é suficiente para saber usá-la de modo eficaz. O conhecimento de uma língua inclui também a capacidade de operar as escolhas em relação ao contexto comunicativo em que se encontra. Essa capacidade, que chamamos competência pragmática, pressupõe, de um lado o conhecimento das normas sociais que regulam o agir linguístico em determinada cultura, de outro, o conhecimento das formas linguísticas associadas às múltiplas manifestações do agir linguístico naquela mesma cultura [...] (2012, p. 23).

[apprendere la grammatica e il lessico di una lingua non è sufficiente per saperla usare efficacemente. La conoscenza di una lingua include anche la capacità di operare delle scelte in relazione al contesto comunicativo in cui ci si trova. Questa capacità, che chiamiamo competenza pragmatica, pressupone da un lato la conoscenza delle norme sociali che regolano l'agire linguistico in una determinata cultura (...), dall'altro la conoscenza delle forme linguistiche associate alle molteplici manifestazioni dell'agire linguistico in quella stessa cultura]

Especialmente quando tratada no âmbito da Pragmática intercultural, a CP acaba se tornando uma das tantas questões que envolvem o processo de ensino e aprendizado de línguas (L2/LE). Contudo, diferentemente das pesquisas que se desenvolveram com o propósito de investigar questões relacionadas ao ensino do léxico, da morfossintaxe e da semântica, os estudos voltados à CP são ainda recentes e pouco numerosos. Isso é nítido, por exemplo, se observamos os estudos que tratam da CC no âmbito do ensino de línguas. Dentre os principais trabalhos sobre tema¹², somente Bachman (1990) menciona a CP como parte da CC, chamada pelo autor como Habilidade Comunicativa da Linguagem.

A falta de atenção dada à Pragmática no campo do ensino de línguas resulta também na ausência de clareza entre os objetos de estudo que concernem ao campo. Isso pode ser verificado no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (CONSELHO DA EUROPA, 2002; doravante, QECR), instrumento de ampla divulgação, que fornece uma base comum para elaboração de programas e métodos de ensino de línguas estrangeiras, atualmente utilizado não só pela comunidade europeia, mas por muitos outros países.

Elaborado com intuito de fornecer uma base comum para a elaboração de materiais e programas didáticos de línguas, o QECR descreve as capacidades que os aprendizes de uma língua devem desenvolver e os conhecimentos que devem adquirir para tornarem-se aptos a se comunicar de modo eficaz nessa língua.

Com uma abordagem voltada à ação, as diretrizes do QECR afirmam que o uso da língua se realiza graças à combinação de capacidades gerais com a competência comunicativa do falante, que é, por sua vez, constituída pelas competências linguística, sociolinguística e pragmática.

Conforme aponta Santoro (2014), entretanto, ao tentar distinguir entre competência pragmática e sociolinguística, o QECR acaba criando algumas sobreposições que podem confundir quem se apoia nele para entender as razões dessa separação. A competência sociolinguística, segundo o QECR, diz respeito às condições de uso da língua do ponto de vista sociocultural, ou seja, por meio dessa competência o falante é capaz de reconhecer convenções sociais pertencentes à comunidade da língua-alvo. Dentro do que é tratado pela competência sociolinguística, o QECR coloca, entre outros elementos, os marcadores linguísticos de relações sociais e as regras de polidez, questões tradicionalmente tratadas pela

¹² Alguns estudos referenciais sobre a competência comunicativa foram desenvolvidos por Canale e Swain (1980), Canale (1983) e Celce-Murcia (1995).

Pragmática. E a competência pragmática, por sua vez, é definida como o uso funcional dos recursos linguísticos podendo ser entendida como um sinalizador que guia as trocas interacionais. Segundo o QECR, a CP diz respeito ao domínio do discurso e dos gêneros textuais, abrange o entendimento de fenômenos como a ironia e a paródia e está dividida em duas sub-competências:

- a) a competência discursiva: responsável pela organização, estrutura e adequação língua em uso;
- b) a competência funcional: que se refere ao modo como a língua é utilizada para a realização de funções comunicativas; e competência de concepção, relacionada ao uso sequenciado da língua, de acordo com esquemas interacionais e transacionais.

De modo muito adequado, ao nosso ver, estão inseridos na CP, entre outros fenômenos da língua em uso, elementos tratados pelo Princípio de Cooperação de Grice (1975). Contudo, nela também se encontram as questões de diferença de registro, que foram do mesmo modo introduzidas na competência sociolinguística. Essa sobreposição demonstra a falta de eficácia dessa divisão (SANTORO, 2014).

Na tentativa de contribuir para a formação de uma base teórica sólida, estudos têm se concentrado na análise de dados empíricos, ampliando o espaço dedicado à pesquisa sobre a Pragmática e a CP no campo do ensino de línguas (L1/LE). No próximo tópico, reportamos alguns desses trabalhos.

1.4.2 O ensino da (competência) Pragmática

Diferentemente das estruturas gramaticais, que podem ser ensinadas naturalmente por meio de regras que estabelecem suas funções, o ensino da Pragmática em sala de aula enfrenta diversos desafios devido à própria natureza de seus fenômenos, que estão estreitamente relacionados ao contexto e à cultura em que a língua é usada. Não há, por exemplo, uma regra específica para explicar a um estudante de língua estrangeira quando seria conveniente fazer um elogio, ou qual seria a forma mais apropriada para fazer um convite a uma pessoa que se conhece há pouco tempo. Diferentemente do uso de regras gramaticais, que pode ser avaliado como “certo” ou “errado”, sobre as normas pragmáticas é

mais coerente dizer que o uso é “apropriado” ou “inapropriado” o que também dependerá de uma grande quantidade de fatores difíceis de se identificar e “ensinar”.

Entretanto, mesmo com tantas particularidades, o ensino da Pragmática é necessário, não só pelos mal-entendidos que um erro pragmático pode causar no ato comunicativo, mas também porque falhas de natureza pragmática são geralmente atribuídas não à falta de competência comunicativa do falante, mas à sua índole e ao seu caráter, podendo causar problemas graves na relação dos interlocutores¹³. Thomas (1983) define as falhas pragmáticas (*pragmatic failure*) como a incapacidade de compreender o que se entende pelo que é dito. A autora afirma que uma falha pragmática é uma falha de comunicação e sugere a subdivisão entre falhas “pragmalinguísticas”, que podem ser facilmente superadas pelo ensino de formas linguísticas altamente convencionalizadas como parte da gramática, e “falhas sociopragmáticas”, que, em comparação, são mais difíceis de se superar, uma vez que envolvem tanto o conhecimento da língua quanto o sistema de crenças do estudante. Para abordar as falhas sociopragmáticas, segundo Thomas (1983), é necessário o desenvolvimento de trabalhos teóricos que sirvam de base para a elaboração de práticas que aumentem e refinem a consciência pragmática dos alunos, tornando-os capazes de se expressar a partir de suas próprias escolhas.

De fato, alguns estudos têm se desenvolvido com intuito de abordar questões fundamentais a respeito da Pragmática no ensino de línguas e do desenvolvimento da competência pragmática nesse contexto. Kasper & Rose (2002), por exemplo, no livro *Pragmatics and language teaching*, que é referência sobre o tema, apresentam uma gama de pesquisas focadas na Pragmática voltada ao ensino de línguas, que buscam responder a três questões muito discutidas na literatura: i) quais oportunidades são oferecidas na sala de aula para desenvolver as habilidades pragmáticas? ii) as habilidades pragmáticas podem ser desenvolvidas em sala de aula sem instruções específicas? iii) que efeitos diferentes abordagens de ensino têm no desenvolvimento da Pragmática?

As atividades desenvolvidas em sala de aula, muitas vezes, acabam contribuindo pouco para o desenvolvimento de habilidades pragmáticas. Um dos fatores causadores de tal fenômeno é provavelmente o uso do livro didático que, segundo Martínez-Flor (2008) traz “uma apresentação imprecisa e descontextualizada dos diferentes aspectos pragmáticos examinados, bem como uma falta de modelos de conversação naturais que representem o uso

¹³ A respeito do assunto, ver, por exemplo, Barron (2003).

real da língua¹⁴” (p.246, tradução nossa). Contudo, embora alguns estudos tenham mostrado as deficiências desse material para o desenvolvimento da competência pragmática dos aprendizes, conforme afirma Nuzzo (2013), em muitos casos, o livro didático é ainda a principal, ou até mesmo única, fonte de *input* à disposição de professores e alunos de língua estrangeira.

No campo de ensino do italiano, pesquisas desse gênero já foram iniciadas, porém, no que concerne ao ensino de inglês, vários trabalhos já foram publicados. A respeito dos atos de fala, podemos citar, por exemplo, Bardovi-Harlig *et al.*(1991) que, ao analisar a conclusão de interações em inglês americano em vinte livros didáticos, constatou que a maioria dos materiais examinados não apresentam exemplos condizentes à fala real. Outro exemplo, é a pesquisa de Boxer & Pickering (1995), concentrada na investigação de reclamações. Após analisar quatro manuais de inglês americano e inglês britânico, os autores constataram que três dos materiais de ensino se concentra quase exclusivamente em reclamações diretas, desconsiderando os casos indiretos também frequentes em fala espontânea. Há também o trabalho de Salazar-Campillo & USE-Juan (2002) que, ao investigar a realização de sugestões e conselhos, verificaram que nos livros didáticos analisados são frequentes as estratégias convencionalmente indiretas. Na análise de pedidos atenuados, Salazar-Campillo (2007) observa que os diálogos presentes nos manuais são caracterizados por uma gama limitada de estratégias de mitigação. Nessa mesma perspectiva, o ato do pedido também foi investigado por Juan (2008). O autor percebeu que nas atividades dos manuais são quase exclusivamente apresentados exemplos de estratégias convencionalmente indiretas.

A respeito das instruções específicas e efeitos que as diferentes abordagens de ensino têm no desenvolvimento da Pragmática, as pesquisas se concentram principalmente na distinção entre ensino explícito e ensino implícito, assim como ocorreu para o ensino da gramática, procurando medir a eficácia dessas duas orientações em relação ao desenvolvimento da competência pragmática dos aprendizes. Embora haja estudos que apontem para um “empate” entre as duas abordagens, a maioria das pesquisas indicam que o ensino explícito parece ser mais eficiente. Esses resultados se alinham com aquilo que afirma Bettoni (2006), que, além de fazer considerações que ressaltam o caráter ensinável da

¹⁴ (...) an inaccurate and decontextualized presentation of the different pragmatic aspects examined, as well as a lack of natural conversational models representing the real use of language (MARTÍNEZ-FLOR, 2008, p. 246).

Pragmática, ressalta que é necessário abordá-la explicitamente em práticas didáticas para que a competência dos estudantes avance mais rapidamente.

Nesse âmbito, os resultados do já citado trabalho de Santoro (2013) tendem a confirmar que atividades específicas na língua e reflexões metapragmáticas geram alterações no comportamento pragmático dos falantes. Com o objetivo de verificar em que medida um caminho que conduz a observação direcionada de como realizar pedidos em italiano produz mudanças na competência pragmática dos falantes, a autora comparou dois grupos de brasileiros, estudantes de italiano LE, e constatou que somente os integrantes do grupo submetido a atividades que proporcionam reflexões sobre os aspectos pragmáticos em atos de fala apresentaram mudanças significativas na realização dos pedidos.

Além das pesquisas que se concentram em verificar a eficácia do ensino por meio de métodos implícitos ou explícitos, muitos estudos também abordam a relação entre o desenvolvimento da gramática e da pragmática. Exemplos de pesquisas que abordam essas duas posições opostas estão nos estudos de Schmidt (1983) e Salsbury & Bardovi-Harlig (2001). O primeiro afirma que aprendizes com habilidade morfossintática pouco desenvolvida na L2 conseguem utilizar estratégias alternativas para veicular significados pragmáticos, ou seja, a Pragmática precede a gramática; já o segundo indica que aprendizes que conhecem certas estruturas, como verbos modais, partículas, etc., primeiramente, aprendem a utilizá-las com significado semântico e depois com valor pragmático, isto é, a gramática precede a Pragmática.

A pesquisa já mencionada desenvolvida por Vedder (2007) no campo de ensino de italiano LE, aborda, entre outras coisas, a relação entre competência pragmática (em termos de uso dos modificadores na realização de pedidos) e a complexidade sintática da produção linguística, e a relação entre a competência pragmática e o nível de competência linguística dos falantes. Pesquisando o comportamento linguístico de estudantes universitários holandeses, Vedder verificou que a hipótese de uma possível relação entre a complexidade sintática dos enunciados em italiano L2 e o uso de modificadores internos e externos para mitigar a força ilocutória de pedidos não se confirma. O mesmo vale para a influência do nível de habilidade linguística sobre o emprego de modificadores: com exceção do uso de modificadores morfossintáticos, os dados, de fato, não suportam a hipótese de uma relação entre progressão linguística e desenvolvimento pragmático.

Para falar ainda da relação entre o desenvolvimento das competências pragmática e gramatical, cabe retomar o trabalho de Nuzzo (2007). A autora, como mencionamos, a partir

de três atos de fala (pedidos, pedidos de desculpas e reclamações), conduziu sua pesquisa com o propósito de observar também como aprendizes de italiano L2 adquirem a habilidade que os permite utilizar a língua de modo apropriado conforme o contexto comunicativo. No que concerne à relação entre a aquisição das estruturas linguísticas e o seu uso pragmático, Nuzzo (2007) observa que, quando a interlíngua está no início de seu desenvolvimento do ponto de vista da morfossintaxe, a gramática precede a Pragmática. Porém, a pesquisadora ressalta, que os elementos que tendem a esse resultado podem não ser suficientes para confirmar com segurança tal hipótese. Quanto à ordem em que se dá “pragmatização” dos elementos linguísticos, os resultados obtidos pela análise dos dados indicam que as formas que apresentam menores dificuldades de processamento, ou seja, as estruturas formulaicas, parecem ser utilizadas com função pragmática mais rapidamente.

O fato de a Pragmática ser um campo de estudo relativamente novo e as pesquisas guiadas pela Pragmática intercultural e contrastiva não terem sido ainda muito desenvolvidas não significa que, na prática, professores e alunos não se deparadem com questões inerentes à língua em uso, ou ao uso língua a partir de determinado contexto. Acontece, no entanto, que, diferentemente dos materiais centrados no ensino da gramática, ainda são poucos os estudos aos quais os professores podem recorrer para enfrentar esse tipo de problema. Conforme apontado por Bettoni (2006), há pouco tempo, a decisão sobre quais aspectos pragmáticos da L2 seriam ensinados dependia da intuição do professor ou do autor do livro didático adotado. Assim, de modo arbitrário, abordavam-se as diferenças de comportamento verbal e não verbal entre falantes da L1 e da L2 a partir unicamente da percepção desses profissionais ou de suas crenças, entendidas como amplamente compartilhadas. Segundo a autora, no melhor dos casos, essa casualidade se refletia em um ensino personalizado de grande inteligência e vivacidade, no pior, transmitia ou reforçava a ideia de estereótipos.

Contudo, como vimos, atualmente muitas pesquisas na área da Pragmática intercultural têm sido desenvolvidas com o propósito de sensibilizar quem atua no campo do ensino de línguas em relação aos aspectos pragmáticos. De acordo com Pallotti (2006), esses trabalhos mostram como a concatenação das frases e seu uso são fenômenos altamente estruturados, governados por regras que merecem ser estudadas e descritas assim como as regras sintáticas e morfológicas que governam a construção dos enunciados. Além disso, pesquisas como essas, a nosso ver, têm como objetivo preparar os aprendizes para que como aqueles que Caffi (2011) descreve como “sujeito-modelo da Pragmática”, isto é, falantes que além de terem interiorizado um sistema de regras e de serem, por isso, capazes de produzir

frases corretas em suas dimensões sintática e semântica, sejam membros competentes de um grupo social, capazes de produzir comportamentos adequados a cada tipo de situação, a cada tipo de objetivo, e que saibam dar sentido às situações comunicativas em que estão inseridos.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos a metodologia adotada para a coleta e análise dos dados. Começaremos descrevendo o primeiro teste de percepção aplicado a falantes nativos de língua italiana com o intuito de realizar uma avaliação preliminar daquelas que, segundo as teorias sobre as quais discorreremos no capítulo anterior, seriam as características e as diferenças entre ordens e pedidos. Em seguida, ilustraremos os critérios que nos guiaram na elaboração do instrumento de coleta de dados deste estudo. Nos tópicos seguintes, serão encontradas informações sobre os participantes da pesquisa e, por fim, a descrição da metodologia criada para analisar os dados coletados.

2.1 Ordens e pedidos: o primeiro teste de percepção aplicado a falantes nativos

Conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, para Austin (1990 [1962]), ordens e pedidos são atos exercitivos, diferenciados basicamente pelo uso dos verbos performativos “ordenar” e “pedir”. Já na teoria de Searle (2002 [1969]), tanto a ordem quanto o pedido são atos diretivos, que podem se diferenciar pelo uso dos verbos performativos, mas também por outros indicadores de força ilocutória. Além disso, assim como todos os verbos diretivos, é natural, segundo o filósofo, que ordens e pedidos sejam realizados por meio de atos de fala indiretos, como as perguntas. Para Sbisà (2009 [1989]), embora pedidos e ordens possam ter o mesmo objetivo perlocutório, já que o falante busca fazer com que o ouvinte faça algo em seu benefício, diferentemente do que sugerem Searle e Austin, esses atos não pertencem a uma mesma categoria. A autora afirma que, enquanto as ordens são atos exercitivos, porque atribuem ao falante o poder de atribuir um “dever” ao seu ouvinte, os pedidos são atos comportativos, através dos quais o falante atribui um “poder” ao destinatário.

Além das teorias dos atos de fala, no primeiro capítulo mencionamos também estudos empíricos que buscaram identificar os elementos que caracterizam e diferenciam ordens e pedidos. Kerbrat-Orecchioni (2005), a respeito das ordens, afirma que são um caso particular de “solicitação” que se caracteriza por seu teor “autoritário” e podem ser representados ou pela utilização de uma fórmula explicitamente performativa (como mencionado primeiramente por Austin e Searle) ou pelo verbo principal do enunciado em seu

modo imperativo. No estudo de Nuzzo (2007), encontramos um argumento da mesma natureza, já que a estudiosa, que define sete categorias para a realização de pedido, caracteriza a ordem como aquela em que o ato é realizado por meio do modo imperativo.

Contudo, segundo algumas gramáticas da língua italiana, o modo imperativo não é uma forma linguística usada exclusivamente para o proferimento de ordens. Tanto Moretti & Orvieto (1984), quanto Serianni (1991) afirmam que a entonação utilizada pelo falante pode determinar a identificação de outros atos de fala. O uso de verbos específico ou de elementos linguísticos, que podem reforçar ou atenuar a força ilocutória do ato também é citado para evidenciar que não há uma correspondência direta entre o uso do imperativo e a realização de uma ordem.

Diante do exposto, para o início da nossa investigação sobre ordens e pedidos, aplicamos um teste de percepção a falantes nativos composto por uma série de enunciados escritos que foram formulados a partir das teorias e dos estudos que guiam este trabalho. Esses enunciados tinham um ato de fala principal, cujo objetivo era levar um suposto interlocutor a realizar uma ação em benefício daquele que seria o enunciador: característica, do ponto de vista perlocutório, comum tanto a ordens quanto a pedidos, segundo as teorias de Austin (1990 [1962]), Searle (2002 [1969]) e Sbisà (2009 [1989]). Além disso, as estruturas utilizadas para elaboração de cada um dos enunciados foram: os verbos performativos “*chiedere*” (pedir) e “*ordinare*” (ordenar) que, conforme afirma Austin, são o que basicamente diferencia pedidos de ordens; a pergunta, como ato de fala indireto que, segundo Searle, é uma estrutura bastante utilizada na realização de atos diretivos como ordens e pedidos, e o verbo principal no modo imperativo, que, conforme os estudos de Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007), pode caracterizar um ato de fala como ordem, mas, segundo afirmam as gramáticas italianas, é utilizado também para o proferimento de outros atos de fala, que incluem o pedido.

Na elaboração dos enunciados utilizados no instrumento, consideramos ainda os elementos atenuadores que são capazes de mitigar a força ilocucionária dos atos de fala, transformando, dentro desse contexto, um ato “autoritário”, como pode ser uma ordem, em outro menos assertivo, como é o caso dos pedidos. Elaboramos, por isso, também enunciados com os verbos performativos “*chiedere*” e “*ordinare*”, com a pergunta e com o verbo principal no modo imperativo acompanhados do modificador *per favore*, modificador discursivo classificado por Nuzzo (2007) como uma marca de cortesia, utilizado quando o falante se refere expressamente à colaboração do ouvinte.

Como pode ser conferido no quadro abaixo, cada enunciado foi introduzido por um parágrafo, que tinha por finalidade contextualizá-lo e, sobretudo, explicitar a relação entre os interlocutores, visto que, conforme afirmam Brown & Levinson (1987), esse é um dos fatores sobre os quais os falantes se apoiam para avaliar a “dificuldade” de um ato e fazer suas escolhas linguísticas. Estabelecemos, para esse teste, dois tipos de relação: a horizontal (A=B), que representa interlocutores com o mesmo *status* social (como no caso de irmãos, amigos, colegas de trabalho) e a vertical (A>B), quando, entre os interlocutores, há uma diferença social hierarquicamente demarcada (pai-filho, professor-aluno, chefe-funcionário). No quadro abaixo, seguem os 16 enunciados que resultaram do cruzamento entre todos esses critérios com os exemplos que foram utilizados no teste:

		(A=B)		(A>B)
Verbo performativo chiedere	1	<i>Marcello è il fratello di Enrico. Ieri prima di uscire gli ha detto:</i> - <i>Ti chiedo di non usare il mio cellulare.</i>	9	<i>La mamma di Mario l'ha chiamato per dirgli:</i> - <i>Ti chiedo di chiudere le finestre perché la sera piove.</i>
Ato realizado de forma indireta	2	<i>Domani Marzia va ad una festa di compleanno. Dice allora a sua sorella Paola:</i> - <i>Mi presti il tuo vestito nero?</i>	10	<i>Prima di cominciare una riunione di lavoro, il capo dice al suo dipendente:</i> - <i>Sig. Rossi, i documenti me li porta Lei?</i>
Verbo performativo ordinare	3	<i>Marco ha portato la macchina dal meccanico. Oggi, per andare al lavoro, ha chiamato il suo amico Antonio e gli ha detto:</i> - <i>Ti ordino di venire a prendermi.</i>	11	<i>Durante la lezione, la maestra dice a uno degli alunni:</i> - <i>Maurizio, ti ordino di chiudere la porta.</i>
Modo imperativo	4	<i>Paola e Chiara sono amiche e non si vedevano da molto tempo. Ieri si sono incontrate in corridoio all'università e Paola, dopo aver portato Chiara in un'aula vuota, le ha detto:</i> - <i>Chiudi la porta. Voglio raccontarti una cosa.</i>	12	<i>In un negozio di abbigliamento, il cliente dice alla commessa:</i> - <i>Questa taglia non va bene. Mi porti la 42.</i>
Verbo performativo chiedere e modificador per favore	5	<i>Domani Federico compie gli anni. Stamattina, mentre parlava al telefono con la sua amica Laura, le ha detto:</i> - <i>Ti chiedo di fare una torta, per favore.</i>	13	<i>In ufficio il Sig. Ricci dice alla sua segretaria:</i> - <i>Signora Ferrari, domani ci sarà la prima riunione con tutti i dirigenti. Le chiedo di venire, per favore.</i>
Ato realizado de forma indireta e modificador per favore	6	<i>Pedro e Michele abitano nello stesso palazzo. Ieri mattina, mentre aspettavano l'ascensore, Pedro ha detto:</i> - <i>Michele, controlla se la posta è</i>	14	<i>Ferdinando stava per uscire quando suo padre gli ha detto:</i> - <i>Arrivi prima delle 11, per favore?</i>

		<i>arrivata, per favore?</i>		
Verbo performativo ordinare e modificador per favore	7	Matteo comincia a preparare la cena quando suo fratello Flavio gli dice: - Ti ordino di mettere meno sale. Per favore.	15	L'insegnante ha detto agli alunni: - La lezione comincia alle 7. Vi ordino di arrivare in orario. Per favore.
Modo imperativo e modificador per favore	8	Carla è la moglie di Paolo. Oggi pomeriggio deve andare dal medico e allora gli ha detto: - Accompagnami dal dottore, per favore!	16	Durante la cena, Marta dice a sua figlia più piccola: - Isabella, mangia la carne, per favore!

Quadro 3: Enunciados e variáveis apresentadas no primeiro teste de percepção

Elaboramos um questionário por meio dos recursos disponíveis pela na plataforma *Google Drive*, e enviamos, *on line*, a informantes italianos residentes na Itália, pedindo que classificassem o ato de fala presente em cada enunciado como “ordem” ou “pedido” ou que preenchessem um campo vazio com a indicação “outro”, no qual poderiam descrever a ação que, segundo sua percepção, melhor definisse o ato de fala representado. O questionário foi apresentado com a descrição abaixo:

Considerando il contesto che introduce ciascuna delle sedici frasi al discorso diretto riportate di seguito, scegli o descrivi l'opzione che, a tuo parere, meglio rappresenta ciò che viene "detto". Indica poi se in una situazione simile utilizzeresti o meno un'espressione come quella scelta nell'esempio.

[Considerando o contexto que introduz cada uma das 16 frases apresentadas abaixo no discurso direto, escolha ou descreva a opção que, ao seu ver, melhor representa aquilo que é “dito”. A seguir, indique se em uma situação parecida você utilizaria ou não uma expressão como aquela escolhida no exemplo.]

Figura 2: Enunciado do primeiro teste de percepção

Além da classificação, como pode ser observado na reprodução do questionário que segue, buscamos saber em que grau os enunciados seriam considerados aceitáveis pelos falantes nativos. Assim, após cada questão, pedimos que fosse indicado se, em uma situação similar, os informantes utilizariam ou não uma expressão como aquela proposta no exemplo:

Considerando il contesto che introduce ciascuna delle sedici frasi al discorso diretto riportate di seguito, scegli o descrivi l'opzione che, a tuo parere, meglio rappresenta ciò che viene "detto". Indica poi se in una situazione simile utilizzeresti o meno un'espressione come quella scelta nell'esempio.

1. Marcello è il fratello di Enrico. Ieri prima di uscire gli ha detto:
 - Ti chiedo di non usare il mio cellulare.

☐ Richiesta
☐ Ordine
☐ Altro:

1a. In un contesto come quello descritto sopra, pensi che potresti dire una frase così?

☐ Sì.
☐ No.

[Considerando o contexto que introduz cada uma das 16 frases apresentadas abaixo no discurso direto, escolha ou descreva a opção que, ao seu ver, melhor representa aquilo que é “dito”. A seguir, indique se em uma situação parecida você utilizaria ou não uma expressão como aquela escolhida no exemplo.

Marcello é irmão de Enrico. Ontem, antes de sair lhe disse:

- Te peço para não usar o meu celular.

☐ Pedido
☐ Ordem
☐ Outro: _____

1a. Em um contexto como esse descrito acima, você acha que poderia dizer uma frase assim?

☐ Sim
☐ Não]

Figura 3: Enunciado e Questão 1 do primeiro teste de percepção

Em conformidade com o que afirmam as teorias e os estudos sobre os quais nos apoiamos, na aplicação desse teste, nossa hipótese era que os elementos que caracterizam ordens e pedidos criam diferenças por estarem associados à estrutura linguística usada pelo interlocutor e ao contexto que envolve a interação. Quanto à estrutura linguística, referimo-nos, como dissemos, ao uso dos verbos performativos *ordinare* e *chiedere*, da pergunta como ato de fala indireto, do verbo principal no modo imperativo e de elementos atenuadores. No

que concerne ao contexto interacional, o elemento que foi levado em consideração é a relação entre os interlocutores, caracterizada, como há pouco mencionamos, como horizontal ($A=B$) ou como vertical ($A>B$), levando em conta a ausência ou a presença de uma diferença hierárquica entre eles. Assim, acreditamos que i) uma ordem tenderia a ser percebida como tal, quando proferida com o verbo performativo “*ordinare*” ou quando não fossem usados atenuadores como recurso linguístico, enquanto um pedido seria realizado com o verbo performativo “*chiedere*” ou com o uso mais frequente de atenuadores; e ii) um ato seria entendido como uma ordem quando as relações entre os interlocutores se caracterizassem por diferenças hierárquicas, e como pedido quando realizado em situações nas quais os interlocutores se encontrassem na mesma posição social do contexto interacional.

2.1.1 Resultados do primeiro teste de percepção - classificação dos enunciados

Para o nosso primeiro teste de percepção, recebemos, no total, respostas de 26 falantes nativos, sendo 16 de mulheres e 10 de homens. Os informantes eram originários de diversas regiões da Itália, com idade entre 22 e 79 anos e com grau de escolaridade que variou entre o ensino médio (*liceo*) completo até o doutorado.

Como é possível verificar na tabela que segue, os dados que obtivemos por meio do instrumento utilizado indicaram que, de fato, tanto a estrutura linguística quanto a relação entre os interlocutores influenciaram na classificação dos atos de fala e na distinção entre ordens e pedidos. Nossas hipóteses baseadas nas teorias sobre os elementos que diferenciam esses dois atos parecem ter sido, ao menos em parte, confirmadas.

Situação	A=B			Situação	A>B		
	Pedido	Ordem	Outro		Pedido	Ordem	Outro
1	42,3%	50%	7,7%	9	76,9%	19,2%	3,8%
2	96,2%	0%	3,8%	10	64%	20%	16%
3	7,7%	84,6%	7,7%	11	3,8%	92,3%	3,8%
4	69,2%	30,8%	0%	12	50%	46,2%	3,8%
5	96,2%	0%	3,8%	13	50%	46,2%	3,8%
6	88,5%	7,7%	3,8%	14	69,2%	26,9%	3,8%
7	16%	76%	8%	15	7,7%	92,3%	0%
8	69,2%	30,8%	0%	16	34,6%	61,5%	3,8%

Tabela 1: Resultados do primeiro teste de percepção – classificação dos atos de fala

O enunciado (2), elaborado com a pergunta, sem o modificador *per favore*, foi classificado como pedido por 96,2% dos informantes quando os interlocutores eram irmãos, ou seja, quando a relação era horizontal (A=B). Já na situação (10), em que os interlocutores eram chefe e subordinado (A>B), a mesma estrutura linguística foi considerada como um pedido por somente 64% dos informantes.

Na situação (4), verificamos que uso do imperativo, sem o elemento modificador *per favore*, foi classificado como ordem por 30,8% dos informantes quando os interlocutores eram amigos (A=B). O número subiu para 46,2%, quando a relação era vertical (A>B), já que os interlocutores eram cliente e vendedor (situação 12).

Seguindo a tendência dos atos de fala serem entendidos como ordens por um número maior de informantes quando as relações eram caracterizadas por algum tipo de hierarquia entre os interlocutores, a pergunta acompanhada do modificador *per favore* (situação 6), foi entendida como ordem por somente 7,7% dos informantes quando os interlocutores eram vizinhos (A=B). Já quando os interlocutores eram pai e filho (A>B), o número de informantes que considerou a mesma estrutura linguística como ordem subiu para 26,9% (situação 14).

Do mesmo modo, o imperativo acompanhado do modificador *per favore* (situação 16) foi considerado ordem por 61,5% dos informantes quando a relação entre os interlocutores era vertical (A>B) e por somente 30,8% dos informantes quando a relação era

do tipo horizontal (A=B), considerado que na situação analisada (8) os interlocutores eram marido-mulher.

Contudo, ao compararmos as estruturas com e sem o modificador *per favore*, os dados não comprovaram por completo nossa hipótese, ou seja, em alguns casos, um número maior de informantes não avaliou que os atos de fala contendo o modificador seriam “pedidos”. Isso ocorreu nas situações, em que a relação entre os interlocutores era horizontal (A=B): a pergunta sem modificador foi considerada pedido por 96,2% dos informantes (questão 2), enquanto aquela que, a nosso ver, apresentou-se com um elemento linguístico cuja função é mitigar a força ilocutória do ato de fala, o número de informantes que a considerou pedido baixou para 88,5% (questão 6).

No caso do ato de fala que se expressa com o uso do imperativo, 69,2% consideraram pedido tanto a estrutura com o modificador *per favore* quanto aquela que não o contém, o que parece indicar que o uso desse modificador não atenuou a força ilocutória (questões 4 e 8).

Por fim, a percepção do enunciado constituído pelo verbo performativo “*chiedere*” sem o modificador *per favore* também não confirmou o que dizem as teorias sobre as diferenças entre ordens e pedidos. De fato, para 50% dos informantes, essa estrutura foi classificada como uma ordem, quando os interlocutores eram irmãos (situação 1), ou seja, a relação entre eles era horizontal (A=B).

2.1.2 Resultados do primeiro teste de percepção - julgamento dos enunciados

Conforme mencionamos, além da classificação dos atos de fala, pedimos aos informantes que julgassem se, e em que medida, os enunciados apresentados poderiam ser considerados aceitáveis. Assim, após cada questão, solicitamos que indicassem se, em uma situação similar, utilizariam ou não uma expressão como aquela apresentada no exemplo. Seguem os dados reportados na tabela seguinte:

Situação	A=B		Situação	A>B	
	Sim	Não		Sim	Não
1	42,3%	57,7%	9	68%	36%
2	100%	0%	10	84%	16%
3	7,7%	92,3%	11	38,5%	61,5%
4	92,3%	7,7%	12	57,7%	46,2%
5	73,1%	26,9%	13	96,2%	3,8%
6	96,2%	3,8%	14	88%	16%
7	23,1%	80,8%	15	46,2%	53,8%
8	92,3%	7,7%	16	84,6%	15,4%

Tabela 2: Resultados do primeiro teste de percepção – julgamento dos enunciados

Os resultados dessas questões mostraram que, nas situações em que (A=B), os enunciados elaborados com a pergunta e com o modo imperativo foram os mais aceitos pelos informantes. Conforme evidenciamos em laranja, a pergunta sem o modificador (situação 2) seria utilizada por 100% dos falantes nativos e a pergunta acompanhada do elemento modificador *per favore* (questão 6) seria utilizada por 96,2% dos informantes em uma situação parecida.

Quanto aos enunciados elaborados com o modo imperativo, com e sem o modificador (questões 4 e 8), 92,3% dos informantes indicaram que usariam tal estrutura linguística em uma situação como aquela que foi descrita.

Além da pergunta e do modo imperativo, acompanhados ou não do elemento modificador, o enunciado elaborado com o verbo performativo *chiedere* (situação 5) também teve um alto nível de aceitação quando a relação entre os interlocutores era (A>B): 96,2% dos informantes afirmaram que usariam essa estrutura em uma situação congênere.

Já os enunciados com o verbo performativo *ordinare* foram os mais rejeitados pelos informantes. Como pode ser observado nas células destacadas em verde, os atos de fala inseridos em um contexto no qual a relação dos interlocutores era horizontal (A=B) não foram julgados aceitáveis por 80,8% dos informantes quando acompanhados do modificador (situação 3), e por 92,3% dos informantes quando se apresentaram sem o elemento modificador (questões 7).

Nas situações em que a relação era vertical (A>B), também evidenciado em verde, essas estruturas linguísticas também foram as menos aceitas. Entretanto, o número de informantes que as rejeitou foi menor: 61,5% não usaria uma frase com o verbo performativo

ordinare sem o modificador (questão 11) e 53,8% indicou que, em uma situação parecida com aquela apresentada, não proferiria um enunciado formado com o verbo performativo *ordinare* acompanhado do modificador (questão 15).

2.2 O instrumento de coleta de dados

A aplicação do primeiro teste de percepção nos mostrou o bom funcionamento desse tipo de instrumento de pesquisa e nos fez, então, optar pelo mesmo sistema para a coleta dos dados a serem analisados neste trabalho. Além disso, a submissão de certos enunciados ao julgamento de falantes nativos permitiu-nos verificar, por meio dos resultados, que as variáveis “estrutura linguística” e “relação entre os interlocutores” podem, de fato, ser percebidas como elementos que definem um ato de fala como ordem ou pedido. Junto a isso, os resultados também nos mostraram quais são, dentro dos exemplos apresentados, as estruturas linguísticas que seriam naturalmente utilizadas e aquelas que foram rejeitadas pelos informantes. Esses dados nos serviram de base para definir os critérios de elaboração do questionário que utilizamos para dar continuidade às nossas investigações e atingir os objetivos desta pesquisa.

Como mencionado, optamos por elaborar um novo teste de percepção. Contudo, dessa vez, composto não por enunciados escritos, que certamente limitam as investigações por não conterem elementos característicos da língua falada, mas por interações verbais entre falantes nativos, gravadas em áudio e vídeo e diálogos extraídos de material cinematográfico.

As interações verbais entre falantes nativos de italiano que compuseram nosso instrumento de coleta de dados fazem parte de um *corpus* de italiano falado, obtido para um estudo, cujo objetivo é investigar pedidos e pedidos de desculpas em língua italiana.¹⁵ Essas interações foram gravadas em áudio e vídeo e realizadas por meio de *role play* semiaberto. Trata-se de uma metodologia para a coleta de dados que consiste em interações parcialmente guiadas, já que os participantes (A) e (B) são induzidos por um *input*, que descreve uma

¹⁵ O *corpus* utilizado foi elaborado e gravado em áudio e vídeo por Santoro em 2011. A seleção da metodologia com a qual seriam coletados os dados e a própria gravação foram parte do estágio pós-doutoral realizado junto à *Università di Modena e Reggio Emilia*, com a supervisão de Gabriele Pallotti.

determinada situação, na qual devem imaginar estar inseridos. O informante (A), que tem a função de iniciar a interação, é o único a receber o *prompt* escrito que o estimula a realizar um pedido. Diferentemente do que acontece no *role play* fechado, não são preestabelecidas nem a quantidade de turnos nem a duração das interações. Além disso, a fala é “espontânea”, no sentido que aos informantes nada é dito sobre as estruturas linguísticas a serem utilizadas (SANTORO, 2012).

Quanto ao material cinematográfico que também compôs o instrumento de coleta de dados desta pesquisa, selecionamos cenas de quatro filmes italianos dirigidos por Marco Tullio Giordana e lançados na última década. *La meglio gioventù* (2003) foi o primeiro filme que escolhemos para analisar, visto que reconta a história contemporânea da Itália. A partir dessa obra, pesquisamos por outros materiais do mesmo diretor e assim decidimos por trabalhar também com interações presentes nos filmes: *Sanguepazzo* (2005), *Quando sei nato non puoi più nasconderti* (2008) e *Romanzo di una strage* (2012).

A escolha por trabalhar com filmes foi motivada pela presença da oralidade presente no material cinematográfico, que busca reproduzir a fala “real”, representando, portanto, um conteúdo útil para a pesquisa. Em um trabalho focado nas questões sobre a autenticidade dos materiais didáticos, Tatsuki (2006) afirma que, de um modo geral, a ficção cinematográfica oferece cenas compatíveis àquelas da vida cotidiana e próximas às que acontecem na realidade. Em seu trabalho, a autora faz um levantamento sobre trabalhos que, desenvolvidos no campo da pragmática, analisam as diferenças entre os aspectos da língua utilizada nos filmes e a língua real. Os resultados lhe deram base para afirmar que em filmes os fenômenos pragmalinguísticos se assemelham aos que ocorrem naturalmente na comunicação real, pois os filmes buscam, em geral, criar um efeito de sentido de verdade e produzir a ilusão de se ver na tela o que se vê no mundo fora dela.

Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do ensino de línguas, cujos resultados indicam a eficácia do material cinematográfico para fins didáticos em geral e, especificamente, no desenvolvimento da competência pragmática dos alunos, também justificam nossa escolha de utilizar esse material para a elaboração do instrumento de coleta dos dados. Um exemplo de um estudo dessa natureza é o de Rose (2001), que analisa elogios e respostas a elogios comparando o modo como esses atos são pronunciados em diálogos extraídos de quarenta filmes americanos e em ocorrências de fala espontânea. O critério para a seleção dos filmes foi a data de lançamento, que não podia ter mais de 15 anos em relação ao ano de realização do estudo, e a presença de cenas que retratassem pessoas contemporâneas

em situações da vida real. Quanto ao *corpus* de fala espontânea, a autora utilizou o trabalho desenvolvido por Wolfson e Manes (1980), que consistiu em categorizar as fórmulas de realização de elogios e respostas a elogios presentes em 686 casos de fala natural. Os resultados da comparação mostraram que as fórmulas de realização dos atos de fala extraídos dos filmes correspondem àsquelas presentes no *corpus* de fala espontânea. Desse modo, uma das conclusões a que chega Rose é que a linguagem cinematográfica, de uma perspectiva pragmalinguística, parece ser muito representativa a respeito do discurso real.

Outro trabalho que podemos mencionar como exemplo de pesquisa que questiona a validade da linguagem cinematográfica como recurso didático no ensino de línguas estrangeiras foi desenvolvido por Guerra e Flor (2003). As autoras analisaram pedidos em língua inglesa com os seguintes objetivos: i) comparar a ocorrência e realização desse ato de fala em três livros didáticos de inglês como LE e em três filmes norte-americanos, e ii) explorar as possibilidades de utilização de filmes como uma ferramenta útil para o desenvolvimento de competência pragmática em sala de aula. Os resultados dessa pesquisa indicaram que os pedidos em livros didáticos são, em sua maioria, realizados por meio de estratégias diretas (especialmente com o uso do modo imperativo), enquanto nos filmes, esse ato de fala, além de se apresentar mais contextualizado, é realizado por meio de uma ampla variedade de estruturas linguísticas. Assim, as autoras concluíram que o uso de filmes em sala de aula oferece aos alunos um grande valor potencial para desenvolver a competência pragmática, uma vez que fornece exemplos de uso de uma linguagem próxima do real, em uma variedade de contextos.

2.2.1 Critérios para a seleção dos vídeos

Os vídeos que compuseram o instrumento de coleta de dados desta pesquisa foram selecionados a partir, principalmente, de três critérios, estabelecidos base em:

- i) o que é afirmado, sobre ordens e pedidos, pelas teorias e pelos estudos que estão guiando nosso trabalho;
- ii) resultados obtidos por meio do primeiro teste de percepção que aplicamos aos falantes nativos no início de nossas investigações, e
- iii) uma análise piloto realizada com os vídeos pré-selecionados para compor o instrumento de coleta de dados desta pesquisa.

Primeiramente, decidimos selecionar interações com enunciados, cujo ato de fala principal fosse proferido com o objetivo de levar o ouvinte a realizar uma ação futura em benefício do falante: característica comum a ordens e pedidos, conforme os estudos já citados de Austin (1990 [1962]), Searle (2002 [1979]) e Sbisà (2009 [1989]). Em seguida, estabelecemos que as estruturas linguísticas dos enunciados presentes nessas interações deveriam ser quatro:

(a) a pergunta, entendida como ato de fala indireto, frequentemente utilizada, como afirma Searle, no proferimento dos atos diretivos;

(b) a pergunta acompanhada de um modificador, cujo objetivo principal é mitigar a força ilocutória do ato de fala;

(c) o verbo principal no modo imperativo, que pode caracterizar, conforme indicam Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007), o ato de fala ordem; e, por fim

(d) o verbo principal no modo imperativo acompanhado do modificador, o que vai ao encontro do que afirma Serianni (1991), quando ressalta determinados elementos linguísticos podem atenuar a força ilocutória do ato que é proferido pelo modo imperativo, diferenciando-o de uma ordem.

Diferentemente do primeiro teste de percepção, onde, em termos de estrutura linguística, consideramos enunciados elaborados com os verbos performativos “*chiedere*” e “*ordinare*”, no instrumento de coleta de dados desta pesquisa decidimos não incluir tais estruturas. Em primeiro lugar, porque, conforme os resultados do primeiro teste, os enunciados criados com o verbo performativo “*ordinare*” foram aqueles que receberam o maior índice de rejeição por parte dos informantes, os quais afirmaram que não o utilizariam em uma estrutura do fênero. Junto a isso, consideramos determinante o fato de não termos encontrado, em uma primeira observação, nenhum enunciado construído a partir de verbos performativos nos 180 *role play*, tampouco nos filmes com os quais pretendíamos trabalhar, que somaram mais de 750 minutos de material cinematográfico.

O último critério estabelecido para a seleção dos vídeos foi a relação entre os interlocutores. Como mencionado anteriormente, Brown & Levinson (1987) afirmam que esse é um dos fatores sobre os quais os interlocutores se apoiam para avaliar a “dificuldade” de um ato e, conseqüentemente, fazer suas escolhas linguísticas. No instrumento elaborado para a pesquisa, mantivemos a escolha de ter representadas relações caracterizadas pelo eixo horizontal ($A=B$) e pelo eixo vertical ($A>B$). Entretanto, a esse eixo, que no primeiro teste era configurado somente por relações de tipo ($A>B$), acrescentamos também situações do tipo

($A < B$), ou seja, aquelas em que o falante se encontra, dentro do universo cultural da língua que estamos investigando, em uma posição social inferior em relação ao ouvinte.

No quadro abaixo, sistematizamos os critérios utilizados para a seleção dos vídeos que compuseram o instrumento de coleta de dados:

Objetivo perlocutório do ato principal	O falante busca levar o ouvinte a realizar uma ação em seu benefício
Estruturas linguísticas	Pergunta
	Pergunta com modificador
	Modo imperativo
	Modo imperativo com modificador
Relação entre os interlocutores	($A = B$)
	($A > B$)
	($A < B$)

Quadro 4: Critérios para seleção dos vídeos

2.2.2 Os vídeos selecionados

A partir dos critérios de seleção descritos acima, escolhemos, no total, 16 vídeos, dos quais quatro são *role play* e 12 cenas extraídas dos filmes citados. Em todas as situações, ocorre uma interação verbal, cujo enunciado principal é proferido com o intuito de induzir o ouvinte a uma ação que traga algum benefício futuro ao falante. Os enunciados principais, em cada um dos vídeos, são realizados ou por meio da pergunta ou utilizando um verbo no modo imperativo. Há também casos em que os enunciados são proferidos por meio de uma dessas duas estruturas acompanhadas de um elemento modificador, cuja função é atenuar a força ilocutória do ato. Além disso, selecionamos interações cujos participantes têm uma relação de tipo horizontal ($A = B$), ou seja, não há o que Brown & Levinson definem como poder relativo, uma vez que são amigos, colegas, parentes, etc., e aquelas cuja relação é demarcada por algum grau de hierarquia social, ou seja, é caracterizada pelo poder relativo como o caso de interações que ocorrem entre chefe e funcionário, mãe e filho, que são do tipo ($A > B$), ou filho e pai, soldado e tenente que são do tipo ($A < B$).

Para nos assegurar de que a relação entre os interlocutores seria percebida pelos informantes do modo como projetamos, elaboramos, antes de divulgar o questionário definitivo, um teste piloto apresentando os vídeos pré-selecionados a 15 informantes (8 falantes nativos de italiano e 7 brasileiros com conhecimentos avançados da língua). Perguntamos a eles de que modo percebiam as relações entre os interlocutores em cada uma

das cenas e deixamos, após cada vídeo, dois campos em aberto: o primeiro foi destinado à resposta principal e o segundo à descrição dos fatores que a motivaram. As respostas do teste piloto, conforme apresentaremos nos próximos tópicos, foram compatíveis com aquilo que prevíamos, a partir da nossa experiência com a comunidade de fala que estamos investigando, pensando, em especial, na relação entre os interlocutores.

Afim de facilitar a apresentação das cenas que compuseram o questionário, separamos os 16 vídeos selecionados em três grupos, com base na relação entre os interlocutores. Nas seções que seguem, apresentaremos a transcrição¹⁶ de todos os diálogos, a descrição das cenas e os resultados que obtivemos por meio do teste piloto que acabamos de mencionar. Dessa forma, será possível verificar o modo como as variáveis que estamos manipulando se apresentaram em cada uma das situações.

2.2.2.1 Grupo 1 (vídeos 1-8) - Relação entre os interlocutores (A=B)

O primeiro grupo de vídeos que constituem o instrumento de coleta de dados desta pesquisa é composto por oito interações: quatro *role plays* e quatro cenas extraídas de filmes. Os atos comunicativos do grupo 1 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo horizontal (A=B). O grupo 1 foi estruturado com oito vídeos, diferentemente dos outros grupos, porque nele estão todos os *role plays* que encontramos dentro dos critérios estabelecidos. Desse modo, além da relação entre os interlocutores que é comum a todas as cenas, os vídeos 1-2, 3-4, 5-6 e 7-8 também apresentam o enunciado proferido com as mesmas estruturas linguísticas, que são respectivamente: a pergunta com modificador (vídeos 1 e 2); o imperativo com o modificador (vídeos 3 e 4); a pergunta sem modificador (vídeos 5 e 6), e o imperativo sem modificador (vídeos 7 e 8).

- Vídeo 1

O vídeo 1 é um *role play* entre falantes nativos de língua italiana e o enunciado principal nessa interação foi realizado a partir do seguinte *script*:

¹⁶ O método que utilizamos para a transcrição dos diálogos é baseado no sistema comumente denominado jeffersoniano, explicado com detalhe no artigo Sacks, Schlegoff e Jefferson (1974) e amplamente utilizado em estudos que se concentram na análise de textos orais.

<i>Sei appena entrato a casa di un tuo amico/una tua amica e hai sete. Che cosa dici?</i>	Você acabou de entrar na casa de um (a) amigo (a) e está com sede. O que você diz?
---	--

Quadro 5: *Prompt* entregue aos participantes do *role play*

Como pode ser observado, o ato de fala do vídeo 1 tem como objetivo perlocutório fazer com que o ouvinte (B) traga um copo d'água ao falante (A). Segue a transcrição de todo o diálogo:

<p>A ((bate na porta)) B <i>ciao</i>: A <i>ehi</i>: B <i>come stai</i>:? A <i>non c'è male, nunzia</i>:: <i>caldo incredibile oggi</i> mi dai un bicchiere d'acqua per favore? B ((se aproxima com o copo d'água)) A <i>hhh grazie</i> B <i>e:cco</i></p>
<p>A ((bate na porta)) B <i>oi</i>:: A <i>e::i</i> B tudo bem? A tudo certo, nunzia, calor inacreditável hoje. me dá um copo d'água por favor? B ((se aproxima com o copo de água)) A <i>hhh obrigada</i> B <i>a::qui está</i></p>

Quadro 6: Transcrição e tradução do vídeo 1

Escolhemos esse vídeo para ser parte do instrumento de coleta de dados desta pesquisa, porque o enunciado é realizado por meio de uma pergunta, como ato de fala indireto (Searle, 1979), acompanhada do atenuador *per favore*, modificador discursivo, classificado por Nuzzo (2005) como marca de cortesia. Os interlocutores que participam do ato comunicativo são amigos, ou seja, a relação entre eles é horizontal (A=B) e essa característica foi percebida por 94% dos informantes que responderam ao teste piloto sobre a relação entre os interlocutores. Após classificarem os interlocutores como “amigos” ou “irmãos”, os informantes justificaram suas respostas pela informalidade do diálogo, demarcada, sobretudo, pelo uso do pronome de tratamento *tu* e pelos mecanismos comunicativos não-verbais utilizados pelos interlocutores, como o cumprimento com beijos no início da interação.

- Vídeo 2

A cena a que se assiste no vídeo 2 foi extraída do filme italiano *La meglio gioventù* (2003), que conta, através de acontecimentos que ocorrem em uma família italiana de classe média, fatos da história dos pais desde 1966 até 2003. A interação acontece dentro de um carro entre Giulia (A), que está sentada no banco de trás com sua filha que dorme, e seu cunhado Matteo (B), que é quem dirige o veículo. O objetivo perlocutório do ato emitido por (A) é fazer com que (B) reduza a velocidade do veículo e a parte selecionada tem apenas essa fala:

A >matteo per favore puoi andare più piano<?
A >matteo por favor você pode ir mais devagar<?

Quadro 7: Transcrição e tradução do vídeo 2

Assim como o vídeo 1, essa cena foi selecionada porque o ato de fala principal é realizado por meio de uma pergunta, junto do elemento modificador. A relação horizontal (A=B) entre os interlocutores dessa interação foi assim reconhecida pela maioria dos informantes. Eles responderam ao questionário piloto, que qualificaram os interlocutores como “amigos”, “conhecidos” e “parentes” e suas respostas foram justificadas pelo uso do pronome de tratamento *tu* e, ainda, porque o interlocutor (A) refere-se a (B) pelo seu primeiro nome.

- Vídeo 3

O vídeo 3 é um *role play* e o enunciado principal foi proferido a partir do *script* apresentado abaixo:

<i>Sei in treno con un amico/un'amica che ti è seduto/a vicino e hai bisogno che dia uno sguardo alle tue cose perché devi allontanarti un attimo...Che cosa dici?</i>	Você está em um trem com um (a) amigo (a) sentado ao seu lado e precisa que ele(a) dê uma olhada nas suas coisas porque você precisa se ausentar por um instante... O que você diz?
--	---

Quadro 8: *Prompt* entregue aos participantes do *role play*

O ato de fala desse vídeo tem como objetivo perlocutório fazer com que o ouvinte (B) tome conta de uma bolsa que pertence ao falante (A), enquanto ele sai para fazer uma ligação. Abaixo, a transcrição do diálogo entre os interlocutores:

A <i>scusa nunzia, ti lascio un attimo la borsa qui devo andare un attimo a fare una telefonata. mi ci dai un occhio insomma non so mi ci sta tutto () [che me la fregano]</i>	
B	[va bene.]
A <i>che già una volta mi hanno rubato il cellulare quindi. tengo tutto lì dentro butta un occhio te per favore [grazie]</i>	
B	[va bene] <i>prego</i>
A desculpa nunzia vou deixar um pouquinho a bolsa aqui tenho que ir rapidinho fazer um telefonema. você dá uma olhada enfim não sei está tudo () [uma vez já me roubaram]	
B	[tudo bem.]
A porque uma vez me roubaram o celular então. estou com tudo ali dentro, dá uma olhada por favor () [obrigada.]	
B [tudo bem. de nada.]	

Quadro 9: Transcrição e tradução do vídeo 3

Esse vídeo foi escolhido para que pudéssemos verificar como os informantes classificariam o enunciado em destaque, visto que o mesmo é proferido com o verbo no modo imperativo com o modificador *per favore*. Além disso, outro fator que pode caracterizar o ato como uma ordem ou um pedido é a relação entre os interlocutores, que nesse caso é horizontal (A=B), pois não há nenhum tipo de hierarquia entre eles. A maioria dos informantes que responderam ao teste piloto avaliaram que os interlocutores são “amigos”, “colegas” ou “conhecidos”, devido ao uso do pronome de tratamento *tu* e ao tom confidencial da interação. Também nesse caso, o interlocutor (A) refere-se a (B) por seu primeiro nome, o que, para alguns informantes, define uma relação de intimidade e confiança.

- Vídeo 4

O vídeo 4 foi extraído do filme italiano *Sanguepazzo* (2005), que conta a história de Osvaldo Valenti e Luisa Ferida, dois atores italianos que viveram no período fascista. Ambos se envolveram em questões políticas da época e acabaram, no final da segunda guerra, presos e executados após um julgamento sumário. Essa cena traz uma interação entre dois soldados de uma mesma companhia. O objetivo perlocutório do ato emitido por (A) é, nesse caso, fazer

com que (B) não ultrapasse a fronteira que não está mais sob a proteção daquela companhia. O diálogo ocorre da seguinte maneira:

A FERMO:: >FERMO O SPARO<

B e:::hi che spari ? non la vedi la divisa ? chi comanda qui?

A io.

B tenente valenti decima flottiglia mas

A osvaldo vale::nti. guardate chi c'è qui.

B devo passare. sono in missione

A mah sei matto? al di là della strada non controlliamo più niente

B e allora a cosa credi, che osvaldo valenti la guerra la sappia fare solo al cinema?

A è troppo pericoloso non ti possiamo coprire.

B devo parlamentare

A >no< non muoverti dai.

A PARADO::>PARADO OU EU ATIRO<

B e:::i que atira ? não está vendo o uniforme? quem comanda aqui?

A eu.

B tenente valenti décima companhia mas

A osvaldo vale::nti. vejã que está aqui.

B devo passar. estou em missão.

A mas você está louco? depois da estrada não controlamos mais nada.

B e então o que você acha? que osvaldo valenti sabe guerrear somente no cinema?

A é muito perigoso não podemos te dar cobertura.

B devo negociar

A >não< não se mexa vai.

Quadro 10: Transcrição e tradução do vídeo 4

O vídeo 4 foi selecionado por apresentar as mesmas características do vídeo 3. Além da relação horizontal (A=B) entre os interlocutores, o enunciado principal dessa interação é proferido com o verbo no modo imperativo com um modificador. Contudo, nesse caso, a expressão que mitiga a força ilocutória do ato principal é a expressão *dai* que é, assim como *per favore*, segundo a classificação de Nuzzo (2007), uma marca de cortesia à qual os falantes recorrem quando buscam expressamente a colaboração do ouvinte.

No teste piloto sobre a relação entre os interlocutores, alguns informantes (26%) tenderam a classificar o falante (A) como hierarquicamente inferior a (B). Porém, a maioria percebeu a relação como horizontal (A=B), caracterizando-os como colegas de trabalho, soldados de uma mesma companhia ou militares com o mesmo grau hierárquico, já que ambos vestem o mesmo uniforme e sobretudo porque há o uso do pronome de tratamento *tu* no diálogo.

- Vídeo 5

O vídeo 5 é mais um dos *role play* entre falantes nativos que compõem o instrumento de coleta dados desta pesquisa. O ato de fala principal dessa interação é estimulado pelo mesmo *script* do vídeo 3 e tem como objetivo perlocutório fazer com que o ouvinte (B) tome conta dos objetos pessoais do falante (A), enquanto ele vai ao banheiro.

A senti >vado un attimo in bagno< mi dai un’occhiata alle cose? B va bene A ok
A escuta >vou rapidinho no banheiro< dá uma olhada nas minhas coisas? B tudo bem. A ok

Quadro 11: Transcrição e tradução do vídeo 5

A escolha por esse vídeo foi feita porque o enunciado principal é proferido por meio da pergunta, sem o modificador. A relação horizontal (A=B) entre os interlocutores foi percebida por 94% dos informantes que responderam ao teste piloto. Em suas respostas, os participantes do vídeo 5 foram qualificados como “amigos”, “colegas de trabalho” ou “conhecidos” e o que motivou os informantes a tal percepção foi, principalmente, a informalidade presente na interação, demarcada pelo uso do pronome de tratamento *tu* e pela presença de poucos atos preparatórios, como apontado pelo informante (IT 4): *Poche spiegazioni* [poucas explicações]; e pelo informante (BR 3): “*Perché lei inizia la frase senza dire scusa, probabilmente stavano già chiaccherando*” [porque ela começa a frase sem dizer ‘desculpa’, provavelmente já estavam conversando].

- Vídeo 6

A cena do vídeo 6 faz parte do já citado filme italiano *La meglio gioventù* (2003) do qual foi extraído também o vídeo 2. O diálogo, cuja transcrição pode ser conferida abaixo, ocorre entre três jovens, amigos de infância, durante uma festa. O enunciado principal, proferido pelo personagem (A), tem como objetivo perlocutório fazer com (B) lhe empreste a sua casa da praia.

<p> A e::: B [o::: C [o::: B <i>vecchio mio. come va ?</i> A <i>mezzo= ()=benino però dico nell'eventualità</i> B <i>hum</i> A = <i>se la situazione si evolvesse diciamo=</i> B <i>sì::?</i> A = <i>mi presti la casa al mare ?</i> C <u>sì</u> B <u>no</u> C <i>ottima idea la ca = funziona la casa</i> B <i>non se ne parla neanche</i> C <i>mah come? è perfetta</i> B <i>no no no che perfetta che tu l'ultima volta ha piantato un casino e mia madre ancora strilla</i> C <i>an= ancora questa storia basta:::</i> B <i>ancora questa storia:</i> </p>	<p> A eh::: B [oh::: C [oh::: B <i>meu velho. como vai?</i> A <i>meio= ()=mais ou menos bem. mas. digo. numa eventualidade</i> B <i>hum</i> A = <i>se a situação se desenrolasse digamos</i> B <i>sì::m?</i> A = <i>você me empresta a casa da praia?</i> C <u>sim</u> B <u>não</u> C <i>ótima ideia a ca= a casa funciona</i> B <i>nem vamos falar disso</i> C <i>mas como? é perfeita</i> B <i>não não não que perfeita. você da última vez fez uma bagunça tão grande que minha mãe está gritando até agora</i> C <i>ain= ainda essa história basta</i> B <i>ainda essa história</i> </p>
--	--

Quadro 12: Transcrição e tradução do vídeo 6

Esse vídeo foi selecionado porque o ato principal é realizado somente com a pergunta, estrutura normalmente utilizada para o proferimento de atos diretivos. Como mencionamos, os interlocutores são amigos e esse aspecto foi percebido por todos os informantes que responderam ao teste piloto. Suas respostas foram justificadas pelo “tom confidencial” presente na interação, pelo contato físico que ocorre entre os participantes e, principalmente, pelo uso da expressão “*vecchio mio*” [meu velho], considerada pelos informantes como um traço da oralidade que caracteriza relações de amizade.

- Vídeo 7

O vídeo 7 consiste em um *role play* entre falantes nativos e o objetivo perlocutório do enunciado proferido pelo falante (A) é fazer com que seu interlocutor (B) lhe empreste uma caneta para que possa anotar o número de telefone de um anúncio. A interação ocorreu a partir do seguinte *prompt*, entregue somente ao interlocutor (A):

<i>Sei per strada con un amico/un'amica e vuoi scrivere il numero di telefono di un annuncio che vedi passando. Ti accorgi, però, di non avere una penna con te... Che cosa dici?</i>	Você está em uma via pública com um (a) amigo (a) e quer escrever o número telefônico de um anúncio que vê enquanto passa. Contudo, você se dá conta de que não tem uma caneta... O que você diz?
---	---

Quadro 13: Prompt entregue aos participantes do role play

Durante a interação, como pode ser verificado na transcrição do diálogo, o interlocutor (B), diante do pedido, informa não possuir uma caneta. Desse modo, (A) muda o objetivo perlocutório do ato e diz a (B) que então anote o número no telefone celular:

<p>B beh: allo' A tutto bene B tutto bene A a: ecco l' = l' = un annuncio. visto? vedi che c'è anche un numero di telefono. non è che hai una penna? B no. la penna non ce l'ho () A senti, as= ascolta ascolta scrivilo sul telefonino B eh °dimmi dimmi ° A tre= B aspetta. A vedi un po::: se riesce a::: registrare sul tele= tre [tre B [tre A tre sei:: B sei A otto quattro B otto quattro A sette uno B sette uno A tre otto sei B tre o:tto sei A () questo questo numero mi interessa. è molto interessante B ok</p>	
<p>B be:m ent' A tudo bem B tudo bem A a: olha o= o= um anúncio. viu? veja que tem um número de telefone. você não tem uma caneta? B não. uma caneta não tenho () A olha, es= =escuta anota no celular B eh °diga diga° A três=</p>	

B espera.
A veja se::: consegue ::: gravar no celu= três [três
B [três
A três sei::s
B seis
A oito quatro
B oito quatro
A sete um
B sete um
A três oito seis
B três oi:to seis
A () esse esse número me interessa. é muito interessante
B ok

Quadro 14: Transcrição e tradução do vídeo 7

Esse vídeo foi escolhido porque estrutura linguística com a qual o falante (A) realiza o ato principal é o imperativo, sem modificador configurar o ato de fala como uma ordem. Além disso, no vídeo 7, assim como em todos os outros vídeos desse grupo, não há uma distância hierárquica entre os interlocutores e esse aspecto foi percebido por 94% dos informantes que responderam ao questionário piloto. Os participantes da interação apresentada no vídeo 7 foram classificados como “amigos”, “colegas” ou “parentes”, devido ao uso do pronome de tratamento *tu*, ao modo informal como os interlocutores estão vestidos (trajes de banho) e ao local onde ocorre o diálogo, que parece ser uma cidade litorânea.

- Vídeo 8

O vídeo 8 é uma cena do filme *Quando sei nato non ti puoi più nascondere* (2008), que tem como protagonista um menino de 13 anos, salvo de um acidente por emigrantes africanos que tentam se refugiar na Itália. Através dos acontecimentos que ocorrem com a família da criança, o filme aborda o problema da imigração ilegal e da relação entre os italianos e os refugiados. Na cena, ocorre um diálogo entre (A), que é proprietário de uma empresa, seu filho (C) e sua esposa (B), que estão chegando em seu local de trabalho. O objetivo perlocutório do ato proferido por (A) é fazer com que (B) se encaminhe até o departamento financeiro da empresa e verifique os dados de uma fatura.

<p>A <i>ciao pulce</i>¹⁷?..hh</p> <p>C <i>ciao papà</i>.</p> <p>A <i>ciao</i>= ((beija o filho e se dirige à esposa)) <i>amore arrivo subito. ah:: vai da::anna dice che c'è una fattura che non quadra.</i></p> <p>B <i>mah che fattura?</i></p> <p>A <i>non lo so ? vedi te:dai forz'</i></p>
<p>A oi filhinho?..hh</p> <p>C oi pai.</p> <p>A oi ((beija o filho e se dirige à esposa)). <i>amor já volto. a::h vai até a ana. ela disse que tem uma fatura que não está fechando.</i></p> <p>B <i>mas que fatura?</i></p> <p>A não sei, veja você, vai...</p>

Quadro 15: Transcrição e tradução do vídeo 8

O vídeo 8 foi selecionado para compor o instrumento de coleta de dados desta pesquisa por apresentar as mesmas características do vídeo 7: o enunciado principal é proferido com o verbo no modo imperativo, sem modificador. Nesse caso, a relação horizontal (A=B) entre os interlocutores foi percebida por 83% dos informantes do teste piloto que reconheceram (A) e (B) como marido e mulher, já que o falante (A) usa a palavra *amore* (amor) como vocativo, quando se dirige a seu interlocutor (B).

2.2.2.2 Grupo 2 (vídeos 9-12) - Relação entre os interlocutores (A>B)

O segundo grupo de vídeos selecionados é composto por quatro cenas extraídas de filmes. Os atos comunicativos do grupo 2 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A>B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) socialmente superior a (B). Nesse caso, diferentemente do grupo 1, os quatro vídeos se assemelham somente pela relação entre os interlocutores, isto é, os atos de fala principais não são realizados por estruturas linguísticas que se repetem.

¹⁷ A tradução do lexema italiano *pulce* corresponderia em português a “pulga”. Contudo, no contexto em que está sendo usada, essa palavra representa um modo afetuoso de se dirigir a crianças ou pessoas de baixa estatura.

- Vídeo 9

Como para o vídeo 4, o vídeo 9 também é uma cena do filme italiano *Sanguepazzo* (2005). O diálogo ocorre dentro de um ônibus, onde estão, entre outros passageiros, um militar (A) que se dirige a um civil (B). O enunciado principal, proferido pelo personagem (A), tem como objetivo perlocutório obter a permissão para se sentar, como pode ser conferido na transcrição abaixo:

A *mi scusi signore: (.) avevate un po' di schiuma da barba sul coppino.*

B *grazie*

A *dovere. vi dispiace se mi siedo qui accanto a voi?*

B *prego.*

A *grazie.*

A me desculpa senho:r (.) o senhor tinha um pouco de espuma de barbear na nuca.

B obrigado.

A é meu dever. incomoda se eu me sentar aqui do seu lado?

B à vontade.

A obrigado.

Quadro 16: Transcrição e tradução do vídeo 9

A escolha por esse vídeo foi feita porque o enunciado principal é proferido por meio da pergunta, utilizada no proferimento de um ato diretivo. Além disso, há ainda o modificador *vi dispiace*, classificado por Nuzzo (2007) como *incassatura* (“encaixamento”), ou seja, um modificador morfossintático utilizado para introduzir o ato de fala, criando a ideia de distância no interior do enunciado.

Como mencionado, a relação entre os interlocutores é vertical e do tipo (A>B), o que foi percebido pela maioria dos informantes que responderam ao teste piloto. Para justificar suas respostas, tanto os falantes nativos quanto os brasileiros mencionaram a formalidade da situação, já que os personagens parecem, segundo os informantes, “militares”, “pessoas desconhecidas” ou “que não estavam de acordo sobre algo”.

- Vídeo 10

O vídeo 10 traz, igualmente ao vídeo 8, outra cena do filme *Quando sei nato non ti puoi più nascondere* (2008). Nesse caso, a interação ocorre dentro de um carro onde estão mãe (A) e filho (B), parados devido a um congestionamento. Enquanto esperam, outra

personagem se aproxima do veículo e a mãe (A), por sua vez, pronuncia um ato de fala com o objetivo perlocutório de fazer com que o filho (B) feche a janela.

<p>A <i>a causa di questi cretini mo stiamo qua due ore</i> ((buzina)) B <i>mamma cosa ha da guardare</i> °questa°= A () <i>non lo so cosa ha da guardare, () dai tira su il finestrino.</i></p>
<p>A por causa desses cretinos agora vamos esperar aqui por duas horas ((buzina)) B mãe o que está olhando °essa°= A () não sei o que ela está olhando, () vai, suba o vidro.</p>

Quadro 17: Transcrição e tradução do vídeo 10

Selecionamos o vídeo 10 como parte do instrumento de coleta de dados também porque o enunciado principal da interação é proferido com o verbo no modo imperativo, que indicaria a presença de uma ordem, embora junto com o modificador *dai* possa eventualmente ser entendido também como outro ato de fala. A expressão *dai* é, segundo a classificação de Nuzzo (2007), assim como *per favore*, uma marca de cortesia, à qual os falantes recorrem quando buscam expressamente a colaboração do ouvinte.

A relação vertical de tipo (A>B) entre os interlocutores na interação do vídeo 10 foi percebida por todos os informantes que responderam ao teste piloto. Em suas justificativas mencionou-se, sobretudo, que (B) utiliza a palavra *mamma* [mãe] como vocativo para se dirigir a (A), podendo, portanto, apenas se tratar de um filho que fala com a mãe.

- Vídeo 11

A cena do vídeo 11 é a terceira que extraímos do filme *Sanguepazzo* (2005) e começa com o discurso de um chefe de estado (A) a uma plateia. Ao terminar, o personagem se dirige a um dos seus espectadores (B) e pronuncia um ato de fala cujo objetivo perlocutório é fazer com que ele o acompanhe para que possam conversar:

<p>A ((começa o discurso dirigindo-se à plateia)) <i>ci sono molti posti vuoti in questa sala. sono pure degli approfittatori che fino a ieri hanno applaudito il capo del fascismo e ora gli voltano le spalle () tanto meglio siete rimasti voi i migliori. sarà con voi che il cinema italiano risorgerà. diciamo subito le cose come stanno: roma non potrà essere difesa a lungo. per questa ragione abbiamo deciso di trasferire tutto a venezia? dove in piena collaborazione con l'alleato germanico riprenderete il vostro lavoro. cinecittà:: risorgerà sulla laguna. non ci sono i de sica i blasetti i rossellini i soldati? tanto meglio. il cinema italiano può benissimo farne a meno. gra:zie, potete andare.</i> ((aplausos)) () ((dirige-se a Valenti)) venite con me valenti:: ? vi devo parlare.</p>
--

A ((começa o discurso se dirigindo à plateia) há muitos lugares vazios nesta sala. são aproveitadores que ontem aplaudiram o líder do fascismo e agora lhe viraram as costas () melhor assim. sobraram vocês: os melhores. será com você que o cinema italiano ressurgirá novamente. vamos dizer desde já as coisas como elas são: roma não pode ser defendida por muito tempo. por essa razão decidimos transferir tudo para Veneza ? onde em plena colaboração com o aliado germânico vocês vão recuperar o trabalho de vocês. *cinecittà*::: ressurgirá sobre a lagoa. não há os de sica, os blasetti, os rossellini e os soldados? melhor assim, o cinema italiano pode muito bem renunciar a isso. obrigado, vocês podem ir. ((aplausos)) () ((se dirige a Valenti)) **você vem comigo valenti?** preciso falar com você.

Quadro 18: Transcrição e tradução do vídeo 11

Esse vídeo foi selecionado porque o ato principal é realizado somente com a pergunta. Como mencionamos, entre os interlocutores há uma relação demarcada por uma evidente hierarquia e esse aspecto foi percebido por todos os informantes que responderam ao teste piloto. Em suas justificativas foi mencionada, sobretudo, a formalidade presente em todo o ato comunicativo.

- Vídeo 12

O vídeo 12 é mais uma cena do filme italiano *Sanguepazzo* (2005). Nele, a interação ocorre em um campo de concentração, onde um tenente (A), ao chegar, tem seu ingresso impedido por um sargento (A). O enunciado principal, proferido pelo personagem (A), tem como objetivo perlocutório fazer com (B) o deixe entrar em uma área de acesso restrito.

A *sergente ? vieni un po' qua. () che succede ?*
 B *ho l'ordine di controllare tutti quelli che passano.*
 A *li vedi i gradi ? mi hai riconosciuto ? >hai capito chi sono<?*
 B *siete olvaldo valenti.*
 A *il tenente* olvaldo valenti
 B *agli ordini*
 A () *togli la sbarra facci passare.*

A *sargento ? venha aqui um pouco. () qual é o problema?*
 B *recebi ordens para controlar todos aqueles que passam.*
 A *you não está vendo as insígnias? me reconheceu? > entendeu quem eu sou<?*
 B *o senhor é osvaldo valenti*
 A *o tenente* olvaldo valenti.
 B *às ordens*
 A () **libere a cancela e nos deixe passar.**

Quadro 19: Transcrição e tradução do vídeo 12

A estrutura linguística com a qual o falante (A) realiza o ato principal é o modo imperativo sem modificador e, portanto, há maior possibilidade do ato representar uma ordem. A relação vertical de tipo (A>B) foi percebida pela maioria dos informantes, que justificaram suas respostas pelo uso do pronome de tratamento *tu*, utilizado somente por (A), e pelo ato de fala em si, que foi realizado por meio do modo imperativo, sem qualquer mitigação.

2.2.2.3 Grupo 3 (vídeos 13-16) - Relação entre os interlocutores (A<B)

O terceiro grupo de vídeos que constituem o instrumento de coleta de dados é composto por outras quatro cenas extraídas de filmes. Os atos comunicativos do grupo 3 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A<B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) hierarquicamente inferior a (B). Nesse caso, como no grupo 2, os quatro vídeos se assemelham somente pela relação entre os interlocutores, isto é, os atos de fala principais não são realizados por estruturas linguísticas que se repetem.

- Vídeo 13

O vídeo 13 foi extraído do filme italiano *Romanzo di una strage* (2012), que traz a reconstrução do ataque que ocorreu de fato em Milão, na *Piazza Fontana* em 12 de dezembro de 1969, e os trágicos acontecimentos que se seguiram. Nessa cena, ocorre o depoimento de um taxista que levado em seu veículo o suspeito de um crime. O enunciado principal dessa interação, pronunciado pelo taxista (A), tem como objetivo perlocutório fazer com que um dos seus interlocutores lhe dê algo para beber, como pode ser conferido abaixo:

<p>C ((dirige-se a A)) <i>si siedo si metta comodo.</i> A <i>grazie.</i> B ((dirige-se a C)) <i>posso?</i> C ((dirige-se a B)) <i>prego commissario.</i> B ((dirige-se a A)) <i>rolandi senta:: via albricci dista quattro cinque isolati da piazza fontana. non le sembra da matti prendere un taxi per fare sette ottocento metri ?</i> A <i>giust' () quello che ho pensato anch'io</i> D <i>si ma valpreda ha il morbo di buerger () cammina male.</i></p>
--

<p>B <i>ma uno che mette una bomba cerca almeno di non farsi notare .</i> C <i>si ma questo brav'uomo non mi sembra una persona che si inventa favole. o no rolandi?</i> A <i>ha preso il mio taxi ?? se prendeva quello di un altro era anche meglio.</i> C <i>no no meglio che abbia preso il suo così la taglia se la pappa lei.</i> A <i>di::ce ?</i> C <i>hum</i> A <i>ci sarebbe qualcosina da bere?</i> B <i>dopo () andiamo=</i> A <i>ah ok [ho la gola secca</i> B <i>= [andiamo] andiamo avanti.</i></p>	
<p>C ((dirige-se a A)) <i>sente-se se acomode.</i> A <i>obrigado.</i> B ((dirige-se a C)) <i>posso?</i> C ((dirige-se a B)) <i>pois não comissário.</i> B ((dirige-se a A)) <i>rolandi escuta:: a rua albricci fica a quatro ou cinco quadras da praça fontana. não lhe parece insano pegar um taxi para andar setecentos oitocentos metros?</i> A <i>cla'() foi isso que eu também</i> D <i>sim mas valpreda tem a doença de buerger () tem problemas para caminhar</i> B <i>mas alguém que coloca uma bomba busca ao menos não se fazer notar.</i> C <i>sim mas esse bom homem não me parece uma pessoa que inventa histórias. ou não rolandi?</i> A <i>ele pegou o meu taxi?? se tivesse pego o de um outro seria melhor.</i> C <i>não não, melhor que tenha pego o seu, assim a recompensa fica toda para você.</i> A <i>o senhor acha isso?</i> C <i>hu</i> A <i>teria alguma coisinha para beber?</i> B <i>depois () Vamos em fren=</i> A <i>ah ok [é que estou com a garganta seca</i> B <i>= [vamos, vamos em frente.</i></p>	

Quadro 20: Transcrição e tradução do vídeo 13

A escolha por esse vídeo foi feita porque o enunciado principal é proferido por meio de uma pergunta, caracterizando o ato diretivo. Além disso, estão presentes na estrutura do enunciado dois elementos modificadores: o primeiro é o *condizionale* manifestado pela expressão *ci sarebbe*, definida por Nuzzo (2007) como estratégia utilizada para causar distanciamento, fazer parecer que, o que é dito, está distante da realidade; o segundo modificador nessa interação é a palavra *qualcosina*, que por estar no diminutivo pode entrar na classificação de Nuzzo (2007) como um atenuador, cujo objetivo é transmitir a ideia de minimização do esforço necessário para responder a um determinado ato de fala.

Quanto à percepção dos informantes que responderam ao teste piloto, a relação entre os interlocutores foi percebida como vertical de tipo (A<B) pela maioria, que justificou suas respostas apontando para a formalidade da situação, já que o taxista encontra-se como depoente.

- Vídeo 14

A cena apresentada no vídeo 14 foi extraída também do filme italiano *Romanzo di una strage*. Nesse caso, a interação ocorre entre um garoto anarquista e um comissário de polícia. O enunciado principal é pronunciado pelo anarquista (A), que vai até o escritório do comissário com o intuito de retirar uma licença para abertura de um estabelecimento. Assim, o objetivo perlocutório do ato proferido por (A) é fazer com que (B) entenda a sua situação e lhe conceda tal licença.

<p>A scusi commissario m'hanno detto di venire da lei. B prego s'accomodi (.) chiuda pure grazie A ero passato a ritirare una licenza per un locale a bollate e non capisco:- B sieda roveli. A lei mi conosce ? B è un ufficio politico (.) vi conosciamo tutti voi anarchici () <u>la carta vetrata</u> ? A hum (.) B e come mai l'ha chiamato così questo locale ? A e:h non è mica un circolo politico è un posto dove andare a bere qualcosa, portarci la ragazza a ballare B strano che un anarchico apra un posto del genere A perché strano ? B così. A commissario le carte sono a posto non c'è nessun motivo di non darmi la licenza. ho già speso un sacco di grano ho ristrutturato tutto per favore si metta nei miei panni. B e lei si metta nei miei: () così ci aiutiamo a vicenda.</p>	<p>A desculpa comissário me disseram para vir até o senhor. B pois não fique a vontade (.) feche a porta por favor. A tinha passado para retirar uma licença para um local em bollate não entendo- B sente roveli. A o senhor me conhece? B aqui é um escritório político conhecemos todos vocês anarquia::stas () A <u>carta vetrata</u> ? A hum(.) B e por que você quer chamar assim esse local? A e:h não é um círculo político é um lugar em que se vai para beber alguma coisa, levar a namorada para dançar B estranho que um anarquista queira abrir um lugar desse gênero A Estranho por quê ? B assim. A comissário, os papeis estão em ordem, não há nenhum motivo para o senhor não me dar a licença. já gastei uma grana, reestruturei tudo, por favor, coloque-se no meu lugar. B e o senhor coloque-se no meu, assim a gente se ajuda.</p>
---	---

Quadro 21: Transcrição e tradução do vídeo 14

Selecionamos esse vídeo devido à estrutura linguística com a qual o falante (A) realiza o ato principal, ou seja, o modo imperativo. Junto a essa estrutura, há também o modificador *per favore*, que diminui a força do ato e é classificado por Nuzzo (2007) como uma marca de cortesia. A relação entre os interlocutores no vídeo 14 foi interpretada como

vertical de tipo (A>B) pelos informantes que responderam ao questionário piloto. Em suas justificativas, foram apontados, principalmente, o papel de cada personagem, explicitado durante o diálogo, e também a formalidade presente na cena.

- Vídeo 15

A cena do vídeo 15 também foi extraída do filme italiano *Romanzo di una strage* (2012) e nela ocorre o depoimento de um anarquista (A) suspeito de ter informações sobre um criminoso. O enunciado principal dessa interação, proferido por (A), tem como objetivo perlocutório fazer com que um dos seus interlocutores lhe dê algo para beber.

<p>B <i>senta bellino ho qui il verbale di varie dichiarazioni da lei rese a un funzionario di polizia e a un magistrato. vorrei precisare con lei alcune cose. lei conferma di far parte del gruppo anarchico ventidue marzo?</i></p> <p>A <i>sì:: lo confermo.</i></p> <p>B <i>quante persone ne fanno parte?</i></p> <p>A <i>ma:h di assidui:: sei sette</i></p> <p>B <i>ho capito bene ? ha detto sette ?</i></p> <p>A <i>sì sette come: i sette re di roma i sette peccati capitali le sette meraviglie i sette samurai-</i></p> <p>B <i>e in sette volete fare la rivoluzione ?</i></p> <p>A <i>gli apostoli all'inizio non erano molti di più</i></p> <p>B <i>a noi risulta che a uno di voi piaceva giocare con gli esplosivi può dirmi chi era ?</i></p> <p>A <i>se lo sa già perché me lo chiede.</i></p> <p>B <i>lei risponda () poi se mi va glielo spiego</i></p> <p>A <i>il milanese il:: ballerino pirotto valpreda</i></p> <p>B <i>continui mi parli di lui</i></p> <p>A <i>sì. posso avere un caffè ?</i></p>	<p>B <i>escuta, bonitinho tenho aqui o depoimento verbal de várias declarações que você deu a um funcionário de polícia e um magistrado. gostaria de verificar com o senhor algumas coisas. o senhor confirma fazer parte do grupo anárquico vinte e dois de março?</i></p> <p>A <i>sim, confirmo</i></p> <p>B <i>quantas pessoas fazem parte desse grupo?</i></p> <p>A <i>a::h de assíduos seis sete</i></p> <p>B <i>eu entendi direto? você disse sete?</i></p> <p>A <i>sim sete como os sete reis de roma, os sete pecados capitais, as sete maravilhas, os sete samurais-</i></p> <p>B <i>e em sete vocês querem fazer a revolução?</i></p> <p>A <i>os apóstolos no começo não eram em mais que isso.</i></p> <p>B <i>chegou para nós a informação de que um de você gostava de brincar com explosivos você pode me dizer quem era?</i></p> <p>A <i>se o sr. já sabe, por que me pergunta.</i></p> <p>B <i>o sr. responda () depois, se eu quiser, lhe explico.</i></p> <p>A <i>o milanês o:: bailarino. pirotto valpreda.</i></p> <p>B <i>continue me fale dele.</i></p> <p>A <i>sim. posso tomar um café?</i></p>
---	--

Quadro 22: Transcrição e tradução do vídeo 15

A escolha por esse vídeo foi feita porque o enunciado principal é proferido por meio da pergunta, o que poderia representar um pedido.

Quanto à relação entre os interlocutores, a maioria dos informantes do teste piloto reconheceram na cena elementos que permitiam construir a interpretação de uma relação como vertical do tipo (A<B). As justificativas mencionavam a formalidade da situação, que se podia depreender pelo ambiente e pela situação de interrogatório representada na cena.

- Vídeo 16

Por fim, apresentamos o vídeo 16 que, igualmente aos vídeos 8 e 10, traz uma cena do filme *Quando sei nato non ti puoi più nascondere* (2008). A interação, nesse caso, que ocorre dentro de um supermercado onde filho (A) e pai (B) estão fazendo compras. Em um determinado momento, o pai nota a presença de duas jovens estrangeiras tentando pegar um produto que está em uma das prateleiras mais altas. Ele chama seu filho para que, subindo em suas costas, a criança alcance o produto, de modo a impressionar as jovens turistas. O menino é levantado pelo pai, alcança o produto e, em seguida, realiza um ato de fala cujo objetivo perlocutório é fazer com que pai o coloque novamente no chão.

B *you need help*
C *oh please (hhhh) just one*
B *ok (.) sandro vieni qui (.) [dai vieni]*
A: *[cosa ?]*
B *dai vieni qui facciamole vedere che stiamo forza*
A: *°cosa° ?*
B *ah::: vai.*
A *l'ho [presa]*
B *[presa ?]*
A: *dai dai su sì l'ho presa mettimi giù però*
B *ahn*
A *mettimi giù METTIMI GIÙ*
B *ok ?*
A *mettimi giù*
C *thank you::: (hhhh) thanks very much*
D *thank so much thanks*
A *you're welcome .*

A *you need help*
C *oh please (hhhh) just one*
B *ok(.) sandro venha aqui (.) [vai venha]*
A [o que ?]
B *vai venha aqui vamos mostrar para elas que a gente consegue força*
A *o que ?*
B *ah::: vai.*
A [peguei
B [pegou?
A *vai vai pronto me solta.*
B *ok?*
A *me solta ME SOLTA*
B *Ok?*
A *me solta.*
C *Thank you. Thanks very much!*
D *Thank so much, thanks.*
B *You're welcome .*

Quadro 23: Transcrição e tradução do vídeo 16

Selecionamos o vídeo 16 para compor o instrumento de coleta de dados desta pesquisa porque o enunciado principal é proferido com o verbo no modo imperativo sem modificador. Sobre a relação entre os interlocutores, para a maioria dos informantes que responderam ao teste piloto não houve dúvida de que se trata de uma relação vertical do tipo (A<B), já que os personagens são um adulto e uma criança.

2.2.3 A elaboração do questionário

A partir da seleção de vídeos apresentada, foi elaborado o questionário a ser enviado aos informantes. Para maior clareza, sistematizamos, no quadro abaixo, as informações sobre os três grupos de vídeos para evidenciar as características de cada um e as variáveis que estamos manipulando:

		Relação entre os interlocutores	Estrutura linguística	Enunciado
Grupo 1	Vídeo 1	(A=B)	Pergunta com atenuador (PCM)	“... <i>mi dai un bicchiere d'acqua per favore?</i> ” [me dá um copo d'água, por favor?]
	Vídeo 2	(A=B)	Pergunta com atenuador (PCM)	“ <i>Matteo, per favore puoi andare più piano?</i> ” [Matteo, você pode por favor ir mais devagar?]

	Vídeo 3	(A=B)	Imperativo com atenuador (ICM)	<i>“Butta un occhio te, per favore.”</i> [Dá uma olha, por favor.]
	Vídeo 4	(A=B)	Imperativo com atenuador (ICM)	<i>“Non muoverti, dai.”</i> [Não se mexa, vai.]
	Vídeo 5	(A=B)	Pergunta sem atenuador (PSM)	<i>“... mi dai un'occhiata alle cose?”</i> [Dá uma olha nas minhas coisas?]
	Vídeo 6	(A=B)	Pergunta sem atenuador (PSM)	<i>“Mi presti la casa al mare?”</i> [Me empresta a casa da praia?]
	Vídeo 7	(A=B)	Imperativo sem atenuador (ISM)	<i>“Scrivilo sul telefonino.”</i> [Anote no celular.]
	Vídeo 8	(A=B)	Imperativo sem atenuador (ISM)	<i>“... vedi te!”</i> [...veja você!]
Grupo 2	Vídeo 9	(A>B)	Pergunta com atenuador (PCM)	<i>“Vi dispiace se mi siedo qui accanto a voi?”</i> [Incomoda se me sento aqui ao seu lado?]
	Vídeo 10	(A>B)	Imperativo com atenuador (ICM)	<i>“... dai tira su il finestrino.”</i> [...vai, suba o vidro.]
	Vídeo 11	(A>B)	Pergunta sem atenuador (PSM)	<i>“Venite con me Valenti?”</i> [Você vem comigo, Valenti?]
	Vídeo 12	(A>B)	Imperativo sem atenuador (ISM)	<i>“Togli la sbarra, facci passare.”</i> [Tire a cancela e nos deixe passar.]
Grupo 3	Vídeo 13	(A<B)	Pergunta com atenuador (PCM)	<i>“Ci sarebbe qualcosina da bere?”</i> [Teria alguma coisinha para beber?]
	Vídeo 14	(A<B)	Imperativo com atenuador (ICM)	<i>“... per favore si metta nei miei panni.”</i> [...por favor, coloque-se no meu lugar.]
	Vídeo 15	(A<B)	Pergunta sem atenuador (PSM)	<i>“... posso avere un caffè?”</i> [... posso tomar um café?]
	Vídeo 16	(A<B)	Imperativo sem atenuador (ISM)	<i>“Mettimi giù!”</i> [Me solta!]

Quadro 24: Informações sobre os três grupos de vídeos

Após a seleção dos vídeos, passamos à elaboração do nosso questionário de pesquisa, utilizando os recursos disponíveis da plataforma *Google Drive*. Criamos um formulário composto por 16 questões, uma para cada vídeo, introduzidas por uma explicação geral para que os informantes soubessem de que modo cada pergunta deveria ser respondida.

Como se vê na imagem abaixo, pedimos aos informantes que, após assistirem a cada cena, classificassem o ato de fala principal, que estava transcrito abaixo de cada vídeo, como “ordem” ou “pedido” ou preenchessem o campo “outro”, que estava em aberto para que os informantes pudessem descrever a ação que, conforme sua percepção, fosse mais apropriada.

Além disso, pedimos especial atenção para que, após cada resposta, em um campo que deixamos para esta finalidade, os informantes buscassem descrever os fatores que motivaram suas escolhas.

<p>Guarda i video che trovi qui di seguito e indica, per favore, se, secondo te, la parte trascritta dei dialoghi corrisponde a un ordine, a una richiesta o ad un'altra azione. È molto importante per la nostra ricerca sapere che cosa ti ha portato a decidere. Per questo, troverai sempre un riquadro nel quale scrivere quali sono i fattori che hanno motivato la tua scelta.</p>
<p>[Assista aos vídeos que seguem e indique, por favor, se, na sua opinião, a parte transcrita dos diálogos corresponde a uma ordem, a um pedido ou a uma outra ação. É muito importante para a nossa pesquisa saber o que te levou a decidir. Por isso, você encontrará em todas as questões um quadro para escrever quais são os fatores que motivaram a sua escolha.]</p>

Figura 4: Enunciado do questionário definitivo

Em cada questão, foi apresentado um vídeo seguido de um subtítulo referente à sua origem, da transcrição do enunciado que deveria ser classificado e das alternativas que poderiam ser selecionadas, conforme um exemplo (vídeo 2) que reportamos a seguir:

Tratto dal film "La meglio gioventù" - Italia (2003)

2. "Matteo, per favore puoi andare più piano?" *

☐ Richiesta

☐ Ordine

☐ Altro:

2a. Perché?

Figura 5: Vídeo 2 inserido no questionário com transcrição do enunciado e alternativas

No caso dos *role play*, visto que foram realizados por italianos e o questionário circulou por diversas cidades na Itália, optamos por adotar uma medida que preservasse a imagem e a privacidade dos interlocutores. Desse modo, utilizamos um recurso oferecido pelo site *Youtube* que desfoca os rostos das pessoas que aparecem nos vídeos. Na figura abaixo, é possível conferir como funcionou esse recurso:

Role play - Interazione tra parlanti nativi italiani (SANTORO, 2011)

1. " ... mi dai un bicchiere d'acqua per favore?" *

☐ Richiesta

☐ Ordine

☐ Altro:

1a. Perché?

Figura 6: Vídeo 1 – *role play* com a identidade dos participantes preservadas

Além das 16 questões, colocamos, no início do questionário, campos específicos para que pudessemos coletar os dados pessoais dos participantes. Na versão que foi enviada aos informantes italianos, solicitamos dados relativos a: idade, gênero, cidade de nascimento, cidade e país de residência, formação escolar e profissão.

Na versão do questionário enviada aos informantes brasileiros, inserimos os mesmos campos referentes aos dados pessoais, além de outras questões cujo propósito era identificar o nível de conhecimento da língua italiana, a frequência de seu uso, o contato com falantes nativos e a eventual vivência na comunidade da língua-alvo.

Sobre o nível de conhecimento, apresentamos três opções: elementar, intermediário e avançado; no caso dos informantes que são estudantes da língua italiana, perguntamos há quanto tempo a estudam; para aqueles que já foram estudantes, perguntamos por quanto tempo a estudaram.

Perguntamos ainda se os informantes já viveram na Itália (e por quanto tempo), se já foram para a Itália por outros motivos, como trabalho, turismo, etc. e quantas vezes isso ocorreu. Além disso, apresentando uma escala de 1 a 5 (sendo 1 o nível mais baixo e 5 o nível mais alto), pedimos para que indicassem com qual frequência usam a língua italiana no dia a dia.

Os questionários foram enviados aos informantes por um *link* de acesso via *e-mail* e ficaram disponíveis por aproximadamente três meses, período necessário para que recebêssemos as respostas de 40 informantes italianos e 40 informantes brasileiros.

2.3 Os informantes italianos (IT)

Os 40 informantes italianos que responderam ao questionário que nos serviu de instrumento de coleta de dados são 26 mulheres e 14 homens com idade entre 19 e 59 anos. Os informantes são originários de 27 diferentes cidades italianas, localizadas em diversas regiões do país, mas prevalentemente de cidades do norte. Também são várias (25) as cidades onde os informantes residem atualmente e, com exceção de duas delas, que são no exterior (Brasil e França), a maioria também se localiza ao norte do país, conforme é possível conferir no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Localização das cidades de origem e residência dos informantes italianos

Quanto ao nível de escolaridade dos informantes italianos, há 29 informantes com formação universitária, oito que terminaram o ensino médio (*liceo*), dois doutores e um mestre. Há 12, dos 40 informantes, que são estudantes e os demais atuam no mercado de trabalho com profissões variadas.

2.4 Os informantes brasileiros (BR)

Os 40 informantes brasileiros que responderam ao questionário são 32 mulheres e 8 homens com idades entre 22 e 69 anos. Embora tenham origem em 21 cidades diferentes, atualmente, exceto dois que moram no exterior (Estados Unidos e Itália), todos residem em cidades localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil.

A respeito da escolaridade, dentre os informantes brasileiros, há 25 com ensino superior completo, 9 mestres, três que estão cursando o ensino superior, dois que completaram o ensino médio e um que frequenta um curso de pós-graduação (doutorado).

Quanto ao nível de conhecimento da língua italiana, os informantes brasileiros se dividem em cinco com nível elementar, 15 com nível intermediário e 20 com nível avançado, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Nível de conhecimento da língua italiana dos informantes brasileiros

Além do nível de conhecimento da língua italiana, pedimos que os informantes, utilizando uma escala de 1 a 5, informassem com que frequência a utilizam no dia a dia. Pelos

dados obtidos, percebemos que a maioria dos brasileiros que responderam ao questionário usa o italiano com uma frequência definida por eles próprios entre média e baixa. Trata-se, portanto, de pessoas cujo contato com a língua italiana se limita essencialmente ao contexto de aprendizagem no Brasil.

Gráfico 3: Frequência de uso da língua italiana pelos informantes brasileiros

Por fim, dos 40 informantes brasileiros que responderam ao questionário, 10 declararam já ter residido, por um período mínimo de dois meses, na Itália. Entre esses, três com nível de conhecimento da língua intermediário e sete com nível avançado.

2.5 Metodologia de análise dos dados

Ao analisar os dados coletados para o desenvolvimento desta pesquisa, concentramos em verificar como os informantes classificaram os atos de fala presentes em cada interação e que fatores motivaram suas respostas.

A análise da classificação foi realizada pelo levantamento do número de informantes que, diante de cada enunciado, optou por uma das alternativas “ordem”, “pedido”, ou então preencheu o campo “outro” que estava em aberto. Já, para analisar as justificativas que, conforme apresentado na seção sobre a elaboração do questionário, foram dadas por meio de resposta aberta em um campo exclusivo do formulário, elaboramos uma metodologia que consistiu em identificar os elementos pragmáticos, pragmalinguísticos e contextuais presentes

nas respostas, para que pudesse ser verificada a frequência com que cada tipo de justificativa foi mencionada.

Como mencionamos, durante o período em que o questionário que nos serviu de instrumento de coleta de dados foi divulgado, recebemos, no total, respostas de 80 informantes (40 italianos e 40 brasileiros). Contudo, com dados em mãos, percebemos que o número de justificativas apresentadas pelos informantes foi aproximadamente 18% menor em relação ao número de respostas recebidas. Isso significa que, em certas questões, mesmo classificando o enunciado como “ordem”, “pedido” ou “outro”, alguns informantes não descreveram os fatores que motivaram sua resposta.

Além disso, no início do processo de análise, constatamos que algumas das justificativas apresentadas não eram válidas para os nossos propósitos de pesquisa. Foram casos em que os informantes, buscando expor os elementos que motivaram suas respostas, forneceram explicações genéricas, sobrepuaram os atos de fala, reafirmaram o modo como classificaram os enunciados, descreveram as cenas, interpretaram os sentimentos dos interlocutores ou simplesmente transcreveram o que foi dito durante a interação. Para exemplificar esses casos, selecionamos algumas respostas¹⁸, conforme sistematizado na tabela abaixo:

	Enunciado	Classificação	Justificativa	Informante
Vídeo 4	“Non muoverti, dai.”	Ordem	Uma ordem para ele não seguir em frente.	BR 25
Vídeo 8	“ ... vedi te!”	Pedido	<i>È una richiesta</i> [é um pedido]	IT 14
Vídeo 10	“... dai tira su il finestrino.”	Ordem	<i>La mama chiede a suo bambino de tirare su il finestrino per cui esiste una donna chi riguarda attenta.</i> [A mãe pede ao filho para que feche a janela porque há uma mulher que os observa atenta]	BR 22
Vídeo 13	“Ci sarebbe qualcosina da bere?”	Pedido	<i>Lui ha sete e chiede qualcosa da bere</i> [Ele está com sede e pede algo para beber]	IT 29

Quadro 25: Exemplos de justificativas não válidas para os nossos propósitos

¹⁸ As respostas dos aprendizes foram transcritas exatamente como inseridas no questionário, na língua em que foram colocadas e sem correções.

No primeiro exemplo, o informante (BR 25) classifica o enunciado como uma ordem e, em sua justificativa, apenas descreve a intenção do falante ao proferir o ato. O informante (IT 24), por sua vez, reafirma, na justificativa, a classificação que deu ao enunciado do vídeo 8. No terceiro exemplo, o informante (BR 22), após classificar o ato de fala apresentado no vídeo 10 como ordem, limita-se à descrição da cena a que assistiu, assim como o informante (IT 29) do último exemplo, que classifica o enunciado como pedido e apresenta em sua justificativa uma breve descrição do que ocorre no diálogo.

Entretanto, o conteúdo de muitas justificativas foi apresentado de modo condizente ao propósito desta pesquisa, o que permitiu o desenvolvimento da análise e o levantamento dos resultados. Em muitas respostas, os informantes mencionaram, como fatores que motivaram suas escolhas, tanto os elementos que compõem o contexto comunicativo quanto a estrutura linguística utilizada pelos falantes para realização do enunciado. Houve informantes que indicaram mais de um elemento e aqueles que mencionaram explicitamente as variáveis que estamos manipulando, citadas nas teorias e nos estudos empíricos que guiam esta investigação.

Para realizar a análise das justificativas válidas, em primeiro lugar, identificamos os elementos que foram apontados pelos informantes. Em seguida, elaboramos categorias para subdividir tais elementos e, assim, possibilitar o trabalho de análise. No quadro que segue, selecionamos alguns casos para exemplificar esse processo:

RESPOSTA	JUSTIFICATIVA	ELEMENTO MENCIONADO
PEDIDO	<i>Perché lui ha detto grazie.</i> (Questão 3 - informante BR 6)	Ato de agradecer
PEDIDO	<i>Ha usato “per favore” all'inizio della frase.</i> (Questão 2 - informante IT 40)	Modificador <i>per favore</i>
PEDIDO	<i>È una richiesta perché chi parla non ha comunque l'autorità per dare ordini.</i> (Questão 7 - informante IT 26)	Relação entre os interlocutores (A=B)
ORDEM	“Por causa da entonação ríspida.” (Questão 8 - informante BR 35)	Tom “ríspido”
ORDEM	<i>Imperativo senza domanda.</i> (Questão 10 - informante BR 13)	Modo imperativo
ORDEM	<i>Perché non lascia altra scelta all'interlocutore.</i> (Questão 3 - informante IT 1)	Efeito do ato sobre o interlocutor (o ouvinte não pode escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito)

ORDEM	“Porque mesmo que ele fale ‘por favor’, parece que ele está dando [uma ordem] pra garota ao indicar o copo d’água. (Questão 1- informante BR 30)	Gestos
-------	---	--------

Quadro 26: Elementos identificados nas justificativas válidas dos informantes

No total, identificamos 5 diferentes categorias de elementos, os quais classificamos como: (1) cinésicos, (2) prosódicos, (3) contextuais, (4) pragmáticos e (5) pragmalinguísticos.

Os elementos cinésicos, conforme Gobbi e Sobrero (1999), são ações que podem ser definidas como as posições e movimentos do corpo que, intencionalmente ou não, transmitem informações. Nessa categoria, agrupamos os gestos e os movimentos corporais.

Os elementos prosódicos, conforme indicado pelo trabalho de De Meo e Pettorino (2013), são as características da fala relacionadas à intensidade, ritmo, tom e entonação. Assim, inserimos nessa categoria o tom utilizado pelo falante e a velocidade com que o ato de fala foi proferido.

A classe dos elementos contextuais foi pensada a partir do conceito de contexto de Bazzanella (2008), mais especificamente naquilo que autora chama “contexto global”, que se refere a elementos prevalentemente sociolinguísticos, dados por determinada situação comunicativa (participantes ou pessoas, localização, agentes). Nessa categoria, inserimos a relação entre os interlocutores, o modo como os participantes se vestem e os detalhes sobre o ambiente onde ocorre a interação.

Classificamos a descrição das consequências do ato de fala sobre o interlocutor e a cortesia entre os elementos que mais se relacionam ao efeito propriamente dito da língua em uso. Desse modo, retomando o conceito de pragmática sugerido por Crystal (2008), criamos a categoria dos elementos pragmáticos onde inserimos esses dois elementos.

Por fim, a quinta categoria é aquela na qual agrupamos os elementos pragmalinguísticos, ou seja, aqueles que causam um efeito sobre os interlocutores, mas são expressados por meio dos recursos que a língua fornece para transmitir determinados enunciados, conforme afirma Leech (1983). Nessa categoria, agrupamos a estrutura linguística, o ato de agradecimento, os atos de suporte, os atenuadores/reforçadores (ou sua ausência deles) e a repetição do enunciado. Na tabela que segue, sistematizamos todos os elementos identificados nas justificativas dos informantes em suas respectivas categorias:

(1) Elementos cinésicos	Gestos, movimentos corporais
(2) Elementos prosódicos	Tom, velocidade
(3) Elementos contextuais	Relação entre os interlocutores
	Modo como se vestem os interlocutores,
	Ambiente onde ocorre a cena
(4) Elementos pragmáticos	Efeito do ato sobre o interlocutor
	Cortesia/gentileza
(5) Elementos pragmatolinguísticos	Pergunta, modo imperativo
	Agradecimento
	Atos de suporte
	Atenuador (ou ausência dele) e reforçador
	Repetição do enunciado

Quadro 27: Categorias de elementos para análise

Uma vez identificados e classificados os aspectos mencionados pelos informantes em suas justificativas, iniciamos o processo de análise, verificando quantas vezes apareceram, em que situação e com quais consequências na interpretação da percepção de cada ato de fala.

No próximo capítulo, apresentaremos, de modo mais detalhado, o resultado desse levantamento e a comparação entre os dados que foram fornecidos pelos informantes italianos e aqueles que recebemos dos informantes brasileiros.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ORDENS OU PEDIDOS?

Conforme mencionamos no final do capítulo anterior, a análise dos dados obtidos para o desenvolvimento desta pesquisa consistiu em, primeiramente, levantar o número de informantes que classificou cada ato de fala como “ordem”, “pedido” ou “outro”, e, em segundo lugar, verificar quais fatores motivaram suas respostas. Neste capítulo, nosso objetivo consiste em apresentar os resultados provenientes da análise dos dados. Para tal, primeiramente, serão expostas as informações recebidas dos 40 informantes italianos que responderam ao questionário de pesquisa. Analisaremos os dados obtidos e os discutiremos em relação às justificativas que cada informante deu para fundamentar sua decisão. Do mesmo modo, em seguida, faremos com as respostas que nos foram enviadas pelos 40 informantes brasileiros. Por fim, abordaremos os resultados que emergiram da análise das respostas dos falantes nativos e aquelas que recebemos dos brasileiros aprendizes de italiano quando colocadas em comparação.

3.1 Dados obtidos dos informantes italianos

A tabela abaixo traz as variáveis de cada vídeo (relação entre os interlocutores e estruturas linguísticas utilizadas), os atos de fala submetidos à avaliação dos informantes e o resultado geral da pesquisa, com o percentual de italianos que considerou cada caso como “ordem”, “pedido” ou “outro”:

Vídeo	Relação entre os interlocutores	Estrutura linguística	Enunciado	Pedido	Ordem	Outro
1	(A=B)	PCM	“... mi dai un bicchiere d'acqua per favore?” [... me dá um copo d'água por favor?]	95%	5%	0%
2	(A=B)	PCM	“Matteo, per favore puoi andare più piano?” [Matteo, por favor, pode ir mais devagar]	67,5%	22,5%	10%
3	(A=B)	ICM	“Butta un occhio te, per favore.” [Dá uma olhada, por favor.]	65%	27,5%	7,5%
4	(A=B)	ICM	“Non muoverti, dai.” [Não se mexa, vai]	40%	27,5%	32,5%
5	(A=B)	PSM	“... mi dai un'occhiata alle cose?” [dá uma olhada nas minhas coisas?]	80%	20%	0%

6	(A=B)	PSM	“ <i>Mi presti la casa al mare?</i> ” [Me empresta a casa da praia]	90%	0%	10%
7	(A=B)	ISM	“ <i>Scrivilo sul telefonino.</i> ” [Anota no celular.]	22,5%	70%	7,5%
8	(A=B)	ISM	“... <i>vedi te!</i> ” [... veja você!]	7,5%	70%	22,5%
9	(A>B)	PCM	“ <i>Vi dispiace se mi siedo qui accanto a voi?</i> ” [Incomoda se eu me sento aqui ao seu lado?]	62,5%	15%	22,5%
10	(A>B)	ICM	“... <i>dai tira su il finestrino.</i> ” [vai, levanta o vidro.]	10%	82,5%	7,5%
11	(A>B)	PSM	“ <i>Venite con me Valenti?</i> ” [Você vem comigo, Valenti?]	32,5%	55%	12,5%
12	(A>B)	ISM	“ <i>Togli la sbarra, facci passare.</i> ” [Tire a cancela, nos deixe passar.]	0%	97,5%	2,5%
13	(A<B)	PCM	“ <i>Ci sarebbe qualcosina da bere?</i> ” [Teria alguma coisinha para beber?]	97,5%	0%	2,5%
14	(A<B)	ICM	“... <i>per favore si metta nei miei panni.</i> ” [... por favor, coloque-se no meu lugar]	52,5%	10%	37,5%
15	(A<B)	PSM	“... <i>posso avere un caffè?</i> ” [posso tomar um café?]	92,5%	5%	2,5%
16	(A<B)	ISM	“ <i>Mettimi giù.</i> ” [Me solta.]	10%	80%	10%

Tabela 3: Dados recebidos dos informantes italianos

Em uma visão panorâmica dos dados que obtivemos dos informantes italianos, observamos que em nenhum dos 16 casos o ato de fala foi classificado de forma unânime, ou seja, não houve enunciados interpretados exatamente da mesma maneira por 100% dos 40 falantes nativos que responderam ao questionário. Conforme evidenciado em cinza, foram cinco os enunciados classificados igualmente por um número de informantes que pode ser considerado muito elevado, por ser igual ou superior a 90%. Uma última observação geral que resulta da visão de todos os dados obtidos é que, exceto dois casos (vídeo 1 e vídeo 5), em todas as outras 14 interações houve informantes que, para classificar o ato de fala principal das interações, optaram pela alternativa “outro”, conforme destacado em negrito.

Nos próximos tópicos, primeiramente, com os vídeos subdivididos em grupos a partir da relação entre os interlocutores, conforme detalhado no capítulo anterior, analisaremos as repostas fornecidas pelos informantes italianos para cada uma das interações, relacionando-as aos fatores que os motivaram a determinada escolha. Em seguida, faremos uma discussão sobre os resultados, buscando assim, verificar quais foram os principais fatores que os falantes nativos indicaram ter influenciado as repostas.

3.1.1 Grupo 1 (Vídeos 1-8)

O primeiro grupo é composto por oito vídeos: quatro *role play* e quatro cenas extraídas de filmes. As interações têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo horizontal (A=B), que representa a ausência de poder relativo entre os participantes. Como mencionamos na metodologia, esse grupo, diferentemente dos outros, é o único que contém oito interações uma vez que nele estão todos os *role plays* que encontramos dentro dos critérios estabelecidos para seleção dos vídeos. Assim, além da relação entre os interlocutores, os vídeos 1-2, 3-4, 5-6 e 7-8 também apresentam o enunciado proferido com as mesmas estruturas linguísticas, que são respectivamente: (a) a pergunta com o modificador (vídeos 1 e 2); (b) o imperativo com o modificador (vídeos 3 e 4); (c) a pergunta sem o modificador (vídeos 5 e 6), e (d) o imperativo sem o modificador (vídeos 7 e 8).

- Vídeos 1 e 2 (A=B – PCM)

O ato de fala apresentado no vídeo 1 foi considerado por 38 dos 40 informantes italianos (95%) um “pedido”. Nas justificativas, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, os elementos mais mencionados foram a presença do modificador *per favore*; o elemento prosódico, ou seja, o tom utilizado pelo falante, qualificado como “gentil”, “cordial” e “pouco imperativo”, e a relação entre os interlocutores.

Gráfico 4: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 1 como “pedido”

Embora com menor frequência, foram também indicados nas justificativas dos informantes o ato de agradecimento, a pergunta como estrutura linguística e as explicações que são dadas pelo falante, antes de enunciar o ato principal. No trabalho de Nuzzo (2007), essas explicações são denominadas atos de suporte e, fazendo parte da “macro-unidade” do ato de fala, mesmo não transmitindo a principal força ilocutória, são formas funcionais para a sua realização, uma vez que fornecem uma moldura de preparo ou sustentação para o ato.

Os dois únicos informantes que consideraram o ato de fala do vídeo 1 como ordem justificaram suas respostas pelo elemento prosódico, porém sem qualificá-lo, e a relação entre os interlocutores que, nesse caso, foi interpretada como vertical de tipo (A>B), conforme colocado pelo informante (IT 29): “*il tono del ragazzo... sembra di essere il boss della ragazza*” [o tom do rapaz... parece ser o chefe da moça].

O ato de fala do vídeo 2, por sua vez, embora apresente as mesmas variáveis daquele que ocorre no vídeo 1, foi considerado um pedido por uma quantidade menor de informantes: 27 de 40 (67,5%). Os elementos mais recorrentes nas justificativas, conforme exposto no gráfico que segue, foram a presença do modificador *per favore*; o tom utilizado pelo falante, interpretado como “racional”, “cortês”, “de súplica” e “não impositivo”, e o uso da pergunta como estrutura linguística para o proferimento do ato principal.

Gráfico 5: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 2 como “pedido”

Ainda nas justificativas daqueles que consideram o ato do vídeo 2 como “pedido”, foram mencionados o uso do verbo modal *potere* e o efeito do ato de fala sobre o interlocutor. O fato de o ouvinte ter a liberdade de escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito, caracteriza o ato como “pedido” para alguns informantes, o que vai ao encontro do que afirma Searle (2002 [1979]) sobre o uso dessa estrutura na realização de atos diretivos.

O ato de fala do vídeo 2 foi classificado como ordem por nove informantes, que justificaram suas repostas com base nos elementos prosódicos tom e velocidade. Alguns informantes classificaram esse ato de tal modo tomando como referência o ato apresentado no vídeo 1, como descrito pelo informante (IT 15): “*parla più velocemente in maniera più secca*” [fala mais rapidamente de modo mais seco].

- Vídeos 3 e 4 (A=B – ICM)

O ato de fala do vídeo 3 foi classificado como “pedido” por pouco mais da metade dos informantes (26 dos 40 – 65%). Em suas justificativas, conforme apresentado no gráfico que segue, o elemento mais citado foi o modificador *per favore*, classificado por Nuzzo (2007) como uma marca de cortesia utilizada quando o falante recorre expressamente à colaboração do ouvinte; em seguida, os atos de suporte que introduziram o ato principal e, em terceiro lugar, o tom utilizado pelo falante. Além disso, alguns informantes assinalaram

também o ato de agradecimento, proferido em um dos turnos que seguem o ato principal e a relação entre os interlocutores, que foi interpretada como amigável (A=B).

Gráfico 6: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como “pedido”

Embora o ato de fala do vídeo 3 tenha sido classificado como “pedido” pela maioria dos italianos, houve um número bastante representativo de informantes que não o julgou dessa forma. Para 11 dos 40 (27,5%) falantes nativos que responderam ao questionário, o enunciado do vídeo 3 é uma “ordem” e, em suas justificativas, foram mencionados principalmente quatro elementos: (i) o efeito do ato sobre o interlocutor; (ii) o tom utilizado pelo falante, (iii) a relação entre os interlocutores, interpretada nesse caso como vertical de tipo (A>B), e (iv) o modo imperativo como estrutura linguística para a realização do ato principal.

O ato de fala apresentado no vídeo 4 foi considerado um “pedido” por 16 dos 40 (40%) informantes. Entre os aspectos citados com maior frequência nas justificativas de quem classificou o ato dessa forma, estão, em primeiro lugar, o tom utilizado pelo falante, classificado pelos informantes como “de súplica”, “não severo” e “pouco decidido”; a presença do modificador “*dar*”, classificado por Nuzzo (2007) como marca de cortesia, assim como a expressão *per favore*; e a relação entre os interlocutores, interpretada como vertical de tipo (A<B).

Gráfico 7: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 4 como “pedido”

Nas justificativas dos 11 informantes que classificaram o ato de fala principal do vídeo 4 como “ordem”, foi mencionado, em primeiro lugar, o tom utilizado pelo falante, porém nesse caso qualificado como “áspero”. Além disso, constatamos que alguns falantes nativos mencionaram em suas justificativas elementos que pertencem àquilo que Bazzanella (2008) chama de contexto global, ou seja, características dos participantes e do local onde ocorre a interação. Ao classificar o ato de fala do vídeo 4 como ordem, portanto, foram assinalados o ambiente em que ocorre a interação e as vestimentas dos interlocutores, como pode ser verificado na resposta do informante (IT 30) “*Il contesto è chiaramente militare e - anche se non rispettato - si tratta di un ordine*” [O contexto é claramente militar e – mesmo que não seja respeitado – é uma ordem]. Em terceiro lugar, o elemento mais mencionado para classificar o ato de fala do vídeo 4 como ordem foi a relação entre os interlocutores, interpretada nesse caso como vertical de tipo (A>B).

Ainda no caso do vídeo 4, um número relativamente alto de informantes (11 dos 40 informantes, isto é, 32,5%) optou pela alternativa “outros” para descrever o modo como interpretaram o ato de fala principal. Para cinco informantes, o enunciado é um “*consiglio*” [conselho], devido ao tom “amigável” utilizado pelo falante e à relação entre os interlocutores, considerada, então como vertical de tipo (A<B); para dois informantes, o ato de fala é um “*invito*” [convite], já que o falante utiliza o modificador “*dai*”. Houve também informantes que descreveram o enunciado como “*supplica*” [súplica], pelo tom utilizado pelo

falante; como “*suggerimento*” [sugestão], devido à presença do modificador “*dai*”, e como “*esortazione*” [exortação], sem dar justificativas.

- Vídeos 5 e 6 (A=B – PSM)

O enunciado do vídeo 5 foi classificado como “pedido” por 32 dos 40 (80%) informantes italianos que responderam ao questionário. Conforme pode ser conferido no gráfico que segue, os elementos mais recorrentes nas justificativas são, em primeiro lugar, o tom utilizado pelo falante, caracterizado como “tranquilo”, “informal” e “gentil”; em seguida, o uso da pergunta para a realização do ato de fala; e, em terceiro, o efeito do ato sobre o interlocutor.

Gráfico 8: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “pedido”

Nas justificativas dos 8 informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “ordem”, foram mencionados a ausência de modificadores que atenuassem a força ilocutória, o tom utilizado pelo falante e o efeito do ato sobre o interlocutor que, segundo esses informantes, parece não ter liberdade de escolha.

O vídeo 6 foi um dos casos evidenciados na visão geral dos dados, cujo ato de fala principal foi interpretado da mesma forma por um número bastante alto de informantes. Para 36 dos 40 falantes nativos que responderam ao questionário, o enunciado desse vídeo foi considerado um “pedido”. Com pode ser conferido no gráfico que segue, o primeiro elemento mais mencionado nas suas justificativas foi o efeito do ato sobre o interlocutor, ou seja, para

os informantes, o ouvinte pode escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito; em segundo lugar, foi mencionada com mais frequência a estrutura linguística utilizada para o proferimento do ato principal; e o terceiro elemento mais assinalado é o tom utilizado pelo falante, classificado como “coloquial” e “não impositivo”. Embora com menor frequência, outros fatores que motivaram a classificação do ato de fala do vídeo 6 como um “pedido” foram o que é chamado por Nuzzo (2007) como os atos de suporte, e a relação entre os interlocutores (A=B).

Gráfico 9: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 6 como “pedido”

Os quatro únicos informantes que não classificaram o ato de fala do vídeo 6 como “pedido” optaram pela alternativa “outro” e o descreveram como “*favore*” [favor], motivado pela relação amigável dos interlocutores; “*invocazione*” [invocação] e “*preghiera*” [pedido feito com urgência]¹⁹, sem apresentar uma justificativa válida para os fins de nossa pesquisa.

¹⁹ Conforme esclarecemos em nota no capítulo 1, a palavra *preghiera* foi traduzida neste trabalho como “pedido feito com urgência”.

- Vídeos 7 e 8 (A=B – ISM)

Diferentemente do que ocorreu com todos os outros enunciados apresentados nos vídeos que pertencem ao grupo 1, os atos de fala principais dos vídeos 7 e 8 foram classificados pela maioria dos informantes como uma “ordem”.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, nas justificativas das respostas dos 28 informantes que classificaram o enunciado do vídeo 7 dessa maneira, foram indicados com mais frequência o tom utilizado pelo falante, considerado “autoritário”, “impositivo” e “preciso”, e o efeito do ato sobre o ouvinte que, no julgamento dos informantes, não tem liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito. Contribui para isso o uso do modo imperativo, também citado, que segundo os estudos de Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007) pode, de fato, configurar um ato como “ordem”.

Gráfico 10: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 7 como “ordem”

Entretanto, diversamente daquilo que foi afirmado pela maioria, o enunciado do vídeo 7 foi classificado como “pedido” por nove informantes. Nas suas justificativas também foram mencionados o tom utilizado pelo falante e a relação entre os interlocutores, interpretada como informal e amigável, conforme explicou um dos informantes (IT 26): “*È una richiesta perché chi parla non ha comunque l'autorità per dare ordini.*” [É um pedido porque quem fala não tem, de qualquer maneira, autoridade para dar ordens]. A ideia apresentada nessa justificativa se alinha nitidamente com o que é falado nas teorias de Austin (1990 [1962]), Searle (1981 [1969]) e Sbisà (2009 [1989]) sobre as condições de adequação

(ou felicidade) para o proferimento de um ato como a ordem. Para o informante, o fato de não haver, entre falante e ouvinte, uma relação caracterizada pelo que Brown & Levinson chamam de poder relativo é a motivação maior para classificar o ato de fala principal do vídeo 7 como pedido, independente de outros aspectos.

Além disso, três informantes optaram pela alternativa “outros” e, sem apresentar justificativas que possam ser inseridas em nossas categorias, classificaram o ato de fala do vídeo 7 como “conselho” e “sugestão”.

Assim como no vídeo 7, o enunciado apresentado no vídeo 8 também foi classificado como “ordem” pela maioria dos informantes italianos (28, que corresponde a 70%). Contudo, nesse caso, não foi mencionado nas justificativas o uso do modo imperativo como fator que motivou a escolha. Os elementos mais recorrentes nas respostas dos informantes, como pode ser conferido no gráfico abaixo, foram o efeito do ato sobre o ouvinte que parece não poder escolher entre aceitar ou não o que lhe é dito e o tom utilizado pelo falante, classificado como “impositivo”, “imperativo” e “apressado”. Nessas justificativas, percebemos que houve influência dos elementos prosódicos, mesmo com o uso do modo imperativo que, por si só, poderia ter configurado o ato como uma ordem, de acordo com o que é afirmado por Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007).

Gráfico 11: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 8 como “ordem”

Houve ainda três informantes que, sem apresentar justificativas que podemos incluir em nossas categorias, interpretaram o enunciado do vídeo 8 como “pedido”. Os outros informantes que optaram pela alternativa “outros” não justificaram suas respostas ou

apresentaram justificativas inválidas classificando o enunciado como “*suggerimento*” [sugestão], “*risposta a una richiesta*” [resposta a um pedido], “*esortazione*” [exortação], “*contestazione*” [contestação] e “*una via di mezzo*” [um meio termo].

3.1.2 Grupo 2 (Vídeos 9-12)

O segundo grupo de vídeos é composto por quatro cenas, todas extraídas de filmes. Os atos de fala do grupo 2 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A>B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) hierarquicamente superior a (B). Os atos de fala principais são realizados pelas seguintes estruturas linguísticas: (a) a pergunta com o modificador, (PCM - vídeos 9); (b) o imperativo com o modificador (ICM - vídeos 10); a pergunta sem o modificador (PSM - vídeos 11), e o imperativo sem o modificador (ISM - vídeos 12).

- Vídeo 9 (A>B – PCM)

Os dados recebidos mostraram que para a maioria dos informantes italianos (26 – 62,5%), o enunciado do vídeo 9 representa um “pedido”. Nas suas respostas, conforme pode ser conferido no gráfico que segue, os elementos mais mencionados como motivadores para determinada interpretação foram: o uso da pergunta como estrutura linguística; o tom utilizado pelo falante, classificado pelos informantes como “gentil”, e o efeito do ato sobre o ouvinte, que parece ter a liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe está sendo dito.

Gráfico 12: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 9 como “pedido”

Contudo, diferentemente da maioria, seis informantes (15%) classificaram o enunciado do vídeo 9 como “ordem”. Nas justificativas daqueles que forneceram essa resposta, foram recorrentes principalmente três elementos: (i) o tom utilizado pelo falante, considerado, nesse caso, “severo”; (ii) elementos do contexto global (Bazzanella, 2008), como as vestimentas dos interlocutores, que indicam um contexto militar, e (iii) o efeito do ato sobre o ouvinte, ou seja, segundo a interpretação dos informantes que classificaram o ato como “ordem”, o ouvinte parece não ter a liberdade de escolher entre aceitar ou recusar o que lhe está sendo dito.

Além disso, nove informantes (22,5%) optaram pela alternativa “outros”. Nesses casos, houve quem justificasse sua resposta também pelo efeito do ato sobre o interlocutor, classificando-o como “*richiesta forzata*” [pedido forçado], “*proposta*” [proposta], “*pretesto*” [pretexto], “*esternazione d’intenzione*” [manifestação de intenção] e “*domanda*” [pergunta]. O ato foi descrito ainda por três falantes nativos como “*domana retorica*” [pergunta retórica], já que, segundo esses informantes, (A) faz uma pergunta, mas age independentemente daquilo que responde (B).

- Vídeo 10 (A>B – ICM)

Os dados que recebemos mostram que para a maioria dos informantes italianos (33 – 82,5%), o ato de fala do vídeo 10 é uma “ordem”. Dentre as categorias mais recorrentes nas justificativas dos informantes (ver gráfico abaixo) está: o tom utilizado pelo falante, caracterizado como “imperativo”, “autoritário”, “impositivo” e “decidido”. Também foi mencionado o efeito do ato sobre o ouvinte, que acata o que lhe está sendo dito, conforme descrito pelo informante (IT 2): “*Non da possibilità al bambino di rispondere*” [Não dá possibilidade para que o garoto responda]; ou então, nesse mesmo sentido, como escreveu o informante (IT 9): “*perché il bambino ubbidisce*” [porque o menino obedece].

Gráfico 13: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 10 como “ordem”

Além disso, foram indicadas, nas respostas, a relação entre os interlocutores, reconhecida como vertical (do tipo A>B), e a ausência de modificadores linguísticos que atenuassem o ato que foi proferido pelo modo imperativo, conforme descreveu o informante (IT 28): “*Espresso in maniera gentile, ma il rapporto di ‘superiorità parentale’ tra madre e figlio piccolo, l’assenza del termine ‘per favore’ o simili e l’utilizzo di una forma affermativa e non interrogativa, ne fa conseguire un’ordine più che una richiesta*” [Expresso de modo gentil, mas a relação de ‘superioridade parental’ entre mãe e filho, a ausência do termo semelhante ao ‘por favor’ e o uso de uma afirmativa ao invés de uma pergunta faz com que resulte mais em uma ordem do que em um pedido].

Quatro informantes, devido ao tom utilizado pelo falante, acharam mais apropriado considerar o ato de fala do vídeo 10 como um “pedido”.

- Vídeo 11 (A>B – PSM)

A interação do vídeo 11 foi classificada por 22 dos 40 informantes italianos (55%) que responderam ao questionário como uma “ordem”. Em suas justificativas, como pode ser conferido no gráfico que segue, foram mais recorrentes explicações baseadas no efeito do ato sobre o interlocutor, já que para esses informantes o ouvinte parece não ter liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito; no tom utilizado pelo falante, qualificado como “imperativo”, “decidido” e “autoritário”, e na relação entre interlocutores que, foi interpretada como vertical, de tipo (A>B).

Gráfico 14: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 11 como “ordem”

Entretanto, diferentemente da maioria, mas em número considerável, 13 informantes (32,5%) consideraram o enunciado do vídeo 11 como um “pedido”. Nas suas justificativas, os elementos mencionados mais frequentemente foram o tom utilizado pelo falante; a cortesia, e a pergunta como estrutura linguística utilizada para a realização do ato.

- Vídeo 12 (A>B – ISM)

O enunciado do vídeo 12 foi considerado por 39 dos 40 informantes (97,5%) italianos que responderam a essa questão como uma “ordem”. Nas justificativas, como apresentado no gráfico abaixo, as categorias mais recorrentes foram: (i) a relação entre os interlocutores (A>B); (ii) o tom “autoritário”, “decidido” e “impositivo”, e (iii) o modo imperativo como estrutura linguística utilizada para a realização do ato. Embora com menos frequência, foram também apontados como motivadores para a classificação do ato do vídeo 12 como “ordem” o efeito do ato sobre o interlocutor e os gestos realizados pelos falantes.

Gráfico 15: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 12 como “ordem”

Além disso, constatamos que, assim como no vídeo 4 cuja interação também ocorre entre militares, alguns informantes mencionaram em suas justificativas elementos do contexto global (Bazzanella, 2008). Ao classificar o ato de fala do vídeo 12 como “ordem”, falantes nativos indicaram o ambiente onde se passa a interação e as vestimentas dos interlocutores, como pode ser verificado na resposta do informante (IT14): “*tono della voce, divisa*” [o tom da voz, o uniforme] ou então como descrito pelo informante (IT 26) “*modo imperativo e contesto militare ha appena citato il suo grado*” [o modo imperativo e o contexto militar acabou de mencionar seu nível hierárquico].

3.1.3 Grupo 3 (Vídeos 13-16)

O terceiro e último grupo de vídeos também é constituído por quatro cenas extraídas de filmes. Os atos de fala do grupo 3 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A<B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) hierarquicamente inferior a (B). Os atos de fala principais nesses vídeos são realizados pelas seguintes estruturas linguísticas: (a) pergunta com modificador; (PCM - vídeo 13); (b) imperativo com modificador (ICM - vídeo 14); (c) pergunta sem modificador (PSM - vídeo 15); e (d) imperativo sem modificador (ISM - vídeo 16).

- Vídeo 13 (A<B – PCM)

Com exceção de um informante, que interpretou o ato de fala do vídeo 13 como “estratégia discursiva”, a maioria dos falantes nativos (97,5%) o classificou como “pedido”. Como pode ser conferido no gráfico abaixo, os elementos mais recorrentes nas justificativas foram: (i) o uso da pergunta na realização do ato, (ii) o tom utilizado pelo falante; (iv) a relação dos interlocutores, que foi identificada como (A<B), ou seja, não há poder relativo e, além disso, no que concerne à estrutura linguística, (iv) o uso do verbo no modo *condizionale*. Esse modo verbal é amplamente utilizado em italiano como estratégia de mitigação. Segundo a categorização de Nuzzo (2007), o *condizionale* é um modificador morfossintático, cuja função é causar um distanciamento e fazer parecer que aquilo que é dito está distante da realidade.

Gráfico 16: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 13 como “pedido”

Ademais, foram mencionados nas justificativas dos informantes que classificaram o ato de fala como “pedido”, o efeito do ato sobre o interlocutor, os gestos realizados pelo falante e o diminutivo que, por sua vez, é outro elemento causador de mitigação. No trabalho da mesma autora, o diminutivo é um modificador lexical que, pela sua função – transmitir a ideia de minimização do esforço que seria necessário para responder a um determinado ato de fala – pode ser classificado como *attenuatore* [atenuador].

- Vídeo 14 (A<B – ICM)

Para pouco mais da metade dos informantes italianos (21 – 52%), o enunciado do vídeo 14 foi considerado um “pedido”. Em suas justificativas, foram mencionados principalmente o tom utilizado pelo falante, a presença do modificador linguístico *per favore* e relação entre os interlocutores, reconhecida como vertical de tipo (A<B).

Gráfico 17: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 14 como “pedido”

Sem justificativas válidas para os nossos propósitos, o ato de fala presente no vídeo 14 foi também classificado como “ordem”, por quatro informantes. Além disso, 37% do falantes nativos que responderam ao questionário optaram pela alternativa “outro” e o descreveram como: (i) “*supplica*” [súplica]; (ii) “*esortazione*” [exortação]; (iii) “*preghiera*” [pedido feito com urgência]; (iv) “*invito*” [convite], (v) “*favore*” [favor]²⁰, (vi) “*consiglio*” [conselho], e (vii) “*espressione retorica*” [expressão retórica].

- Vídeo 15 (A<B – PSM)

Os dados coletados mostram que para a maioria dos informantes italianos (37 – 92,5%), o ato principal do vídeo 15 foi interpretado como um “pedido”. Nas justificativas, os elementos mais recorrentes foram: i) o tom utilizado pelo falante; ii) a pergunta, como estrutura linguística utilizada na realização do ato; iii) o efeito do ato sobre o ouvinte - que parece poder escolher entre aceitar ou recusar aquilo que é dito -, e iv) a relação entre os interlocutores, interpretada como vertical de tipo (A<B).

²⁰ Nesse caso, a palavra “favor” se refere a algo que se faz a alguém de graça, sem obrigação, conforme descrito no dicionário Houaiss (2009).

Gráfico 18: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 15 como “pedido”

Diferentemente da maioria, houve ainda dois informantes que classificaram o enunciado desse vídeo como “ordem” e um que, utilizando o campo “outro”, o interpretou como uma “*strategia discorsiva*” [estratégia discursiva]. Em nenhum desses casos foram apresentadas justificativas válidas.

- Vídeo 16 (A<B – ISM)

Por fim, os dados mostram que ato de fala apresentado no vídeo 16 foi classificado como “pedido” por somente quatro informantes, que justificaram suas respostas com base no tom utilizado pelo falante; na necessidade que ele teve de repetir por vezes o mesmo enunciado, e na relação entre os interlocutores que, por ser vertical de tipo (A<B), não dá ao falante o direito de proferir ordens. Novamente, é possível perceber que, mesmo intuitivamente, há informantes que interpretam um ato de fala a partir do que Austin (1990 [1962]), Searle (1981 [1969]) e Sbisà (2009 [1989]) explicam como condições de adequação (ou felicidade) para a realização do ato. Igualmente ao que ocorreu no vídeo 7, um dos informantes explicitou que o falante (A), por ser uma criança, mesmo que em uma situação de desconforto, não tem autoridade para dar uma ordem. Nas suas palavras: “*Il figlio è molto a disagio e gli chiede di metterlo giù, ma non può ordinare niente*” (informante IT 9) [O filho está muito constrangido e pede para soltá-lo, mas não pode ordenar nada].

Contudo, para a maioria dos falantes nativos que responderam ao questionário (32 – 80%) o ato de fala do vídeo 16 foi classificado como uma “ordem”. Nas justificativas apresentadas por esses informantes, conforme indicado no gráfico abaixo, encontramos com maior recorrência o tom utilizado pelo falante, caracterizado como “decidido” e “imperativo”; o número de vezes com que o enunciado é proferido, e a estrutura linguística utilizada para a realização do ato, ou seja, o verbo no modo imperativo.

Gráfico 19: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes italianos que classificaram o ato de fala do vídeo 16 como “ordem”

3.1.4 Considerações sobre a análise dos dados dos informantes italianos

Com a análise das respostas que recebemos dos informantes italianos, constatamos que muitos dos elementos apresentados nas justificativas para classificar um ato como ordem ou pedido são os mesmos mencionados pelas teorias que escolhemos para guiar esta investigação. A relação entre os interlocutores, por exemplo, foi apontada, por vezes, como elemento que designa um ato como ordem ou pedido, dependendo de como se dá aquilo que Brown & Levinson (1987) denominam poder relativo e das condições adequadas (ou de felicidade) para a realização do ato, conforme mencionado por Austin (1990 [1962]), Searle, (1981 [1969]) e Sbisà (2009 [1989]). Nesse caso, os informantes que levaram em consideração a superioridade hierárquica do falante para classificar o ato como ordem e a inferioridade ou as relações paritárias para interpretá-lo como pedido, acabaram evidenciando

as condições de adequação que permitem a realização de um ato “feliz”, conforme mencionado pelas teorias dos atos de fala de Austin Searle e Sbisà.

Quanto à estrutura linguística utilizada para o proferimento do ato, observamos também que a pergunta que, segundo Searle (1979), pode configurar-se como um ato de fala indireto frequentemente utilizado para diminuir a força ilocutória dos atos diretivos, em muitas questões, foi citada como elemento capaz de definir um ato de fala como “pedido”. Do mesmo modo, o uso do imperativo que, conforme é sugerido por Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007), pode indicar o proferimento de “ordens”, também foi citado pelos informantes como aspecto que caracteriza os atos. Similarmente, ocorreu com a presença dos modificadores linguísticos que, por mitigarem a força ilocutória dos atos apresentados nos vídeos, foram muitas vezes assinalados como elementos que definem um ato como “pedido”.

Ainda em relação ao que é dito pelas teorias sobre as diferenças entre ordens e pedidos e as informações que nos foram fornecidas pelos informantes italianos, cabe ressaltar aquilo que chamamos efeito do ato sobre o interlocutor. Esse aspecto fez com que os informantes classificassem um ato a partir da reação do ouvinte, que poderia ter ou não a liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe estava sendo dito. Conforme indicado por Sbisà (2009), de fato, o efeito do ato é um dos elementos que cria diferenças entre ordens e pedidos. Para a autora, esses dois atos são similares por compartilharem o mesmo efeito perlocutório, ou seja, o falante, quando pronuncia uma ordem ou um pedido, tem como propósito fazer com que o ouvinte realize uma ação em seu benefício. Contudo, em termos de efeito, enquanto o proferimento de uma ordem atribui um dever ao ouvinte, o proferimento de um pedido lhe concederá um poder e ele, assim, tem a liberdade de escolher entre aceitar ou recusar aquilo que lhe é dito.

Ressaltamos ainda que a partir da análise realizada, foi possível observar, nas justificativas dos informantes italianos, a recorrência de elementos de tipo prosódico, como a “velocidade” e, sobretudo, o “tom” utilizado pelos falantes. O tom, como tantos outros elementos dessa natureza, tem ganhado espaço nas pesquisas linguísticas, uma vez que, conforme afirmado por De Meo e Pettorino (2012), seu papel é fundamental para comunicação. Intuitivamente, esse aspecto da língua é abordado pelas gramáticas italianas quando apresentam o modo imperativo. Lembremos mais uma vez que para Moretti & Orvieto (1984) e Serianni (1991) a entonação é essencial para distinguir os atos de fala que podem ser proferidos com tal modo verbal. Para os informantes que responderam ao questionário, o tom, que é percebido não só nos atos realizados por meio do modo imperativo,

mas também nos casos quem os falantes utilizam a pergunta como estrutura linguística, foi qualificado como “ríspido”, “seco”, “direto”, etc., no casos das ordens, e “calmo”, “tranquilo”, “gentil”, etc, quando relacionado aos pedidos.

Por fim, outros elementos que foram mencionados pelos falantes nativos, mesmo que em poucos casos, foram os de tipo cinésico, mais precisamente os gestos. Para alguns informantes que não deram maiores detalhes sobre a forma como perceberam esse aspecto da comunicação, os gestos ajudam, junto dos outros elementos, a definir um ato de fala como ordem ou pedido. Um exemplo que podemos mencionar é a resposta dada pelo informante (IT 22) ao classificar o ato do vídeo 12 (A>B – ISM) como ordem: “*dal tono della voce e dalla gestualità è un ordine*” [pelo tom da voz e pela gestualidade é uma ordem].

3.2 Dados obtidos dos informantes brasileiros

Na tabela que segue, apresentamos as variáveis das interações presentes em cada vídeo, seus respectivos enunciados e o resultado geral da pesquisa, com o percentual de informantes brasileiros que considerou cada caso como “ordem”, “pedido” ou “outro”:

Vídeo	Relação entre os interlocutores	Estrutura linguística	Enunciado	Pedido	Ordem	Outro
1	(A=B)	PCM	“... <i>mi dai un bicchiere d'acqua per favore?</i> ” [... me dá um copo d'água por favor?]	82,5%	17,5%	0%
2	(A=B)	PCM	“ <i>Matteo, per favore puoi andare più piano?</i> ” [Matteo, por favor, pode ir mais devagar]	57,5%	32,5%	10%
3	(A=B)	ICM	“ <i>Butta un occhio te, per favore.</i> ” [Dá uma olhada, por favor.]	55%	37,5%	7,5%
4	(A=B)	ICM	“ <i>Non muoverti, dai.</i> ” [Não se mexa, vai]	30%	57,5%	12,5%
5	(A=B)	PSM	“... <i>mi dai un'occhiata alle cose?</i> ” [dá uma olhada nas minhas coisas?]	90%	7,5%	2,5%
6	(A=B)	PSM	“ <i>Mi presti la casa al mare?</i> ” [Me empresta a casa da praia]	100%	0%	0%
7	(A=B)	ISM	“ <i>Scrivilo sul telefonino.</i> ” [Anota no celular.]	20%	62,5%	17,5%
8	(A=B)	ISM	“... <i>vedi te!</i> ” [... veja você!]	2,5%	87,5%	10%
9	(A>B)	PCM	“ <i>Vi dispiace se mi siedo qui accanto a voi?</i> ” [Incomoda se eu me sento aqui ao seu lado?]	75%	10%	15%
10	(A>B)	ICM	“... <i>dai tira su il finestrino.</i> ” [vai, levanta o vidro.]	7,5%	90%	2,5%

11	(A>B)	PSM	“ <i>Venite con me Valenti?</i> ” [Você vem comigo, Valenti?]	45%	40%	15%
12	(A>B)	ISM	“ <i>Togli la sbarra, facci passare.</i> ” [Tire a cancela, nos deixe passar.]	2,5%	97,5%	0%
13	(A<B)	PCM	“ <i>Ci sarebbe qualcosina da bere?</i> ” [Teria alguma coisinha para beber?]	95%	0%	5%
14	(A<B)	ICM	“ <i>... per favore si metta nei miei panni.</i> ” [... por favor, coloque-se no meu lugar]	77,5%	10%	12,5%
15	(A<B)	PSM	“ <i>... posso avere un caffè?</i> ” [posso tomar um café?]	92,5%	2,5%	5%
16	(A<B)	ISM	“ <i>Mettimi giù.</i> ” [Me solta.]	10%	90%	0%

Tabela 4: Dados obtidos dos informantes brasileiros

Nesse panorama, observamos que, conforme destacado em cinza escuro, somente em um dos 16 casos, o ato de fala foi classificado de forma unânime, ou seja, foi interpretado exatamente da mesma maneira pelos 40 informantes brasileiros que responderam ao questionário. Além disso, conforme evidenciado em cinza claro, foram seis os enunciados classificados da mesma maneira por um número de informantes que pode ser avaliado como muito elevado (igual ou superior a 90%). Por fim, a visão geral dos dados obtidos pelos informantes brasileiros nos fez perceber também que, exceto quatro casos (vídeos 1, 6, 12 e 16), em todas as outras 12 interações houve informantes que, para classificar o ato de fala principal das interações, optaram pela alternativa “outro”, conforme destacado em negrito.

A apresentação da análise dos dados obtidos pelos informantes brasileiros segue o mesmo formato utilizado para expor as informações que recebemos dos informantes italianos. Primeiramente, apresentaremos os vídeos subdivididos em grupos a partir da relação entre os interlocutores, conforme detalhado no capítulo da metodologia. Em seguida, analisaremos as repostas dadas pelos informantes brasileiros a cada uma das interações, relacionando-as aos fatores os motivaram a determinada escolha. Então, no tópico final, faremos uma discussão geral sobre os resultados, buscando, assim, identificar de que modo os principais fatores que motivaram as respostas dos informantes foram apresentados.

3.2.1 Grupo 1 (Vídeos 1-8)

Como já mencionado, o primeiro grupo é composto por oito vídeos: quatro *role play* e quatro cenas extraídas de filmes. As interações do grupo 1 têm em comum a relação entre os

interlocutores, caracterizada pelo eixo horizontal (A=B), que representa a ausência de poder relativo. Como apontamos no capítulo da metodologia, esse grupo, diferentemente dos outros, é o único que contém oito interações, já que nele foram inseridos, além das cenas de filmes, os *role plays* que atenderam aos critérios de seleção. Além da relação entre os interlocutores, os vídeos 1-2, 3-4, 5-6 e 7-8 também apresentam o enunciado proferido com as mesmas estruturas linguísticas, que são respectivamente: (a) a pergunta com o modificador (vídeos 1 e 2); (b) o imperativo com o modificador (vídeos 3 e 4); (c) a pergunta sem o modificador (vídeos 5 e 6), e (d) o imperativo sem o modificador (vídeos 7 e 8). Nos próximos tópicos, estaremos concentradas nas respostas que foram fornecidas pelos informantes brasileiros em cada uma das situações do grupo 1.

- Vídeos 1 e 2 (A=B – PCM)

Para a maioria dos informantes brasileiros que responderam ao questionário, tanto o ato de fala do vídeo 1 quanto do vídeo 2, foram classificados como “pedido”. O enunciado do vídeo 1 foi interpretado como tal por 33 dos 40 informantes (82,5%), que mencionaram como motivação para suas respostas, sobretudo, a presença do modificador *per favore*, o tom utilizado pelo falante, caracterizado como “não autoritário”, e a relação entre os interlocutores, que foi percebida como horizontal (A=B). Embora em número de vezes menor, a pergunta como estrutura linguística, o ato de agradecimento e os atos de suporte também foram mencionados como elementos que justificaram a interpretação do enunciado do vídeo 1 com “pedido”. Os atos de suporte, como mencionamos, são definidos por Nuzzo (2007) como formas funcionais à realização do ato, uma vez que lhe fornecem uma moldura de preparo e sustentação.

Gráfico 20: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 1 como “pedido”

Os sete informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 1 como “ordem” mencionaram como principais fatores que os motivaram a tal resposta os elementos cinésicos e prosódicos, especificamente os gestos e o tom utilizado pelo falante, conforme descrito pelo informante (BR 7): “*Per conto del tono di voce e dei gesti* ” [Devido ao tom da voz e aos gestos]; ou pelo informante (BR 30): “Porque mesmo que ele fale ‘por favor’, parece que ele está dando [uma ordem] pra garota ao indicar o copo d’água”.

No vídeo 2, embora a maioria tenha considerado o ato principal como “pedido”, o número de informantes que optou por essa resposta foi menor em relação ao vídeo anterior (23/40 - 57%). As justificativas, como pode ser observado no gráfico que segue, foram essencialmente baseadas na presença do modificador *per favore*; no uso do verbo modalizador *potere* (poder); no tom utilizado pelo falante, e na constatação de que a pergunta havia sido escolhida como estrutura linguística para o proferimento do ato.

Gráfico 21: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 2 como “pedido”

Para 13 informantes, contudo, o ato de fala do vídeo 2 é uma “ordem”. Os elementos que os fizeram perceber o enunciado de tal modo foram o tom utilizado pelo falante, classificado como “sério” e “imperativo”, e a relação entre os interlocutores que para alguns informantes foi interpretada como vertical de tipo (A>B), conforme descreveu o informante (BR 5): “*L'autista sembra di essere impiegato di quella donna.*” [O motorista parece ser empregado da mulher].

Houve ainda aqueles que, optando pela alternativa “outro”, classificassem o ato de fala principal do vídeo 2 como “*appello*” [apelo], “alerta”, “*supplica*” [súplica]. Nas justificativas dessas respostas, encontramos o tom utilizado pelo falante e, em um dos casos, um dos informantes (BR 34) descreveu o enunciado como um ato “*più forte di una richiesta, ma è più debole di un ordine*” [mais forte que um pedido, mas mais fraco que uma ordem].

- Vídeos 3 e 4 (A=B – ICM)

Para a maioria dos informantes brasileiros (22- 55%), o ato de fala principal do vídeo 3 foi interpretado como “pedido”. Nas suas justificativas, os elementos indicados foram a presença do modificador *per favore*; o tom utilizado pelo falante, e a relação horizontal (A=B) que há entre os interlocutores.

Embora em número de vezes menor, foi ainda mencionado nas justificativas dos informantes que classificaram o ato principal do vídeo 3 como “pedido” outros três elementos: (i) o ato de agradecimento; (ii) os atos de suporte e (iii) a cortesia, conforme descrito pelo informante (BR 29): “Ele precisa sair brevemente e pede educadamente que ela tome conta da bolsa dele. Foi um pedido educado.”

Gráfico 22: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como “pedido”

Contudo, diferentemente da maioria, um número relativamente elevado (15 – 37,5%) de informantes brasileiros interpretou o enunciado do vídeo 3 como “ordem”. Nas justificativas dessas respostas, o uso modo imperativo foi o elemento mais recorrente. Para alguns informantes, o imperativo é, de fato, uma forma que configura o ato de fala como “ordem”, mesmo que haja outros elementos compondo o enunciado, como podemos verificar na explicação do informante (BR 29): *“Anche se con cortesia, mi sembra più un ordine per l'uso del imperativo.”* [Mesmo com cortesia, me parece mais uma ordem [que um pedido], devido ao uso do imperativo.

Além disso, houve informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como ordem justificando suas respostas pela presença de atos de suporte e pela relação entre os interlocutores, percebida como vertical de tipo (A>B). Esses últimos dois elementos também foram citados nas justificativas de informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 3 como “pedido”. Entretanto, enquanto para esses os atos de suporte possam ter sido emitidos com intuito de mitigar a força ilocutória do ato e a relação tenha sido percebida como horizontal (A=B), para aqueles, a presença de atos de suporte representou uma característica “ameaçadora” que instaurou inclusive a relação vertical de tipo (A>B) entre os interlocutores, caracterizando um ato como ordem, conforme verificado na resposta do informante (BR 5): *“Lui sembra di essere il capo di quella donna, e lui spiega di più la ragione perché vuole che la donna 'butte un occhio' sulla borsa (per un amico questo sarebbe ovvio)”* [Ele parece ser o

chefe da moça e ele explica de mais a razão pela qual quer que a moça ‘dê uma olhada’ na bolsa (para um amigo isso seria óbvio)].

Embora a interação do vídeo 4 seja composta por diversos elementos que igualmente compõem o vídeo 3, nesse caso, o enunciado foi classificado pela maioria dos informantes brasileiros (23 – 57,5%) como “ordem”. Em suas justificativas, como pode ser conferido no gráfico que segue, os elementos mencionados mais frequentemente foram o modo imperativo utilizado pelo falante para a realização do ato, o que vai ao encontro do que é mencionado por Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007); a relação entre os interlocutores, que foi interpretada como vertical de tipo (A>B), aspecto que também se alinha ao que é afirmado pelas teorias dos atos de fala quando descrevem as condições de adequação (ou felicidade) para o proferimento do ato, e, por fim, o tom com que o enunciado foi proferido, classificado como “assertivo”.

Gráfico 23: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 4 como “ordem”

Para 12 informantes, contudo, o enunciado do vídeo 4 foi classificado como “pedido”. Os elementos mais apontados nas justificativas de quem assim o classificou foi o uso do modificador *dai*, interpretado como um elemento atenuador, o tom com que o enunciado foi proferido e a relação dos interlocutores, interpretada, nesse caso, como vertical de tipo (A<B).

Sem justificar a resposta ou com justificativas inválidas para nossos propósitos de pesquisa, houve ainda quem descrevesse o ato de fala do vídeo 4 como “*avvertenza*”

[advertência], “*appello*” [apelo], “recomendação” e “*qualcosa tra consiglio e ordine*” [alguma coisa entre conselho e ordem].

- Vídeos 5 e 6 (A=B – PSM)

O enunciado do vídeo 5 foi classificado como “pedido” por 36 dos 40 informantes brasileiros que responderam ao questionário. Os elementos mais recorrentes nas justificativas, conforme dados presentes no gráfico que segue, foram, em primeiro lugar, o tom utilizado pelo falante, caracterizado como “gentil”; em seguida a relação entre os interlocutores (A=B) e, em terceiro lugar, o uso da pergunta para a realização do ato de fala, reafirmando o que coloca Searle (2002[1979]) sobre o uso dessa estrutura no proferimento de atos diretivos.

Gráfico 24: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “pedido”

Nas justificativas dos 3 informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 5 como “ordem”, foi também mencionado o tom utilizado pelo falante, interpretado, nesse caso como “imperativo”. O único informante que optou pela alternativa “outro”, descreveu o ato de fala como um “favor”, sem apresentar uma justificativa válida.

O enunciado do vídeo 6 é o que citamos na visão geral dos dados como o único caso interpretado da mesma forma por todos os informantes. Unanimemente, todos os brasileiros que responderam ao questionário classificaram o ato principal desse vídeo como “pedido”. Os elementos mencionados mais frequentemente em suas justificativas foram: a relação dos

interlocutores, caracterizada como horizontal (A=B); em seguida, o tom utilizado pelo falante, caracterizado pelos informantes como “tranquilo”, e, por fim a pergunta como estrutura linguística, utilizada para a realização do ato.

Gráfico 25: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 6 como “pedido”

Embora em frequência menor, foi ainda indicado o efeito do ato sobre o interlocutor, que parece poder escolher entre aceitar ou recusar o que lhe foi dito, conforme descrito pelo informante BR 36: “*È una richiesta che dà la possibilità di risposta, mi sembra una richiesta classica*” [É um pedido que dá a possibilidade de resposta, me parece um pedido clássico]. Esse aspecto é mostrado por Sbisà (2009 [1989]) quando a autora classifica os atos de fala e afirma que um dos aspectos que configuram um ato como pedido é, de fato, o “poder” que o ouvinte possui para aceitar ou recusar o que lhe está sendo dito.

- Vídeos 7 e 8 (A=B – ISM)

Observando os dados recebidos, verificamos que tanto o enunciado do vídeo 7 quanto o do vídeo 8 foram classificados pela maioria dos informantes brasileiros como uma “ordem”. Nas justificativas das respostas dos 25 informantes que classificaram desse modo o ato principal do vídeo 7, é mencionada com mais frequência a estrutura linguística como um dos fatores que motivaram os interlocutores a tal classificação. Em seguida, foram assinalados como elementos motivadores o tom utilizado pelo falante, considerado “direto” e “seco”, e o efeito do ato sobre o ouvinte que, conforme descrito pelo informante (BR 13), não tem

liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito: “*Non lascia la possibilità dell'altro dire di 'no'.*” [Não deixa a possibilidade de o outro dizer “não”].

Nesse caso, é igualmente possível observar a presença dos aspectos mencionados por Sbisà (2009 [1989]) que define um ato como ordem ou pedido a partir do efeito que causa sobre o interlocutor. Enquanto no vídeo 6, o ato foi interpretado como “pedido” porque o ouvinte teria o poder de decidir entre aceitar ou não o que lhe é proferido, no vídeo 7, segundo alguns informantes, o ato é uma “ordem” porque o ouvinte tem o dever de acatar o que lhe está sendo dito.

Gráfico 27: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 7 como “ordem”

Como mencionamos, o ato de fala vídeo 8 também foi classificado como “ordem” pela maioria dos informantes brasileiros (35 – 90%). Nas justificativas, como pode ser conferido no gráfico que segue, os elementos mais indicados foram o imperativo, como estrutura linguística utilizada para a realização do ato; o tom utilizado pelo falante, classificado como “ríspido”, e a ausência de modificadores, conforme apontado pelo informante (BR 29): “Uma solicitação feita de forma mandatória, sem incluir um ‘por favor’ no contexto. Foi uma ordem”.

Embora em menor frequência, nas justificativas de quem interpretou o enunciado do vídeo 8 como “ordem”, foi ainda indicada a relação entre os interlocutores: para alguns, (A) parece hierarquicamente superior a (B), o que poderia legitimar o proferimento de uma ordem conforme as condições de adequação para a realização desse ato que são apresentadas pelas teorias de Austin (1990 [1962], Searle (1981 [1969]) e Sbisà (2009 [1989])). Contudo, conforme outros informantes, é possível verificar entre os interlocutores, uma relação de

intimidade, e isso também concederia a (A), segundo eles, o direito de proferir uma ordem: *“Per la intonazione e perché lei è la sua moglie”* [Pela intonação e porque ela é sua esposa].

Gráfico 28: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 8 como “ordem”

Contrariando o que foi apontado pela maioria, o enunciado do vídeo 7 foi ainda classificado como “pedido” por 8 informantes, os quais justificaram suas respostas também pelo tom utilizado pelo falante e pela relação entre os interlocutores que, segundo eles, não parece ser caracterizada por hierarquia, ou pelo que é chamado por Brown & Levinson (1987) de poder relativo.

A respeito dos informantes que apresentaram respostas diferentes daquelas fornecidas pela maioria, houve cinco brasileiros que, sem apresentar justificativas válidas, interpretaram o enunciado do vídeo 8 como “pedido”, *“esclamazione”* [exclamação], *“irritazione”* [irritação], *“suggerimento”* [sugestão] e *“exortazione”* [exortação].

3.2.2 Grupo 2 – (Vídeos 9-12)

O segundo grupo de vídeos é composto, conforme mencionamos, por quatro cenas extraídas de filmes. Os atos de fala do grupo 2 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A>B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) socialmente superior a (B). As estruturas linguísticas utilizadas nos

vídeos desse grupo são: (a) a pergunta com o modificador (PCM – vídeo 9); (b) o imperativo com o modificador (ICM - vídeo 10); (c) a pergunta sem modificador (PSM - vídeo 11), e (d) o imperativo sem o modificador (ISM - vídeo 12).

- Vídeo 9 (A>B – PCM)

Os dados recebidos mostraram que para a maioria dos informantes brasileiros (30 – 75%), o ato de fala desse vídeo foi classificado como “pedido”. Nas suas respostas, como apresentado no gráfico que segue, os elementos mais mencionados como motivadores a interpretar o enunciado de tal maneira foram: (i) a cortesia utilizada pelo falante; (ii) o uso da pergunta como estrutura linguística; (iii) o tom com que o enunciado foi proferido, classificado pelos informantes como “gentil”, e (iv) a atenuação trazida pela expressão *vi dispiace*. Segundo Nuzzo (2007), *vi dispiace* pode ser um modificador de tipo morfossintático, classificado como *incassatura* [encaixamento], cujo objetivo é introduzir o ato de fala, criando a ideia de distância a respeito do enunciado.

Gráfico 29: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 9 como “pedido”

Diferentemente da maioria, quatro informantes brasileiros classificaram o enunciado do vídeo 9 como “ordem”. Nas justificativas daqueles que forneceram essa resposta, foi mencionada principalmente a relação entre os interlocutores, interpretada como vertical de tipo (A>B). Foi possível perceber nas respostas dos informantes que mencionaram essa categoria, uma afinação com as condições de felicidade para o proferimento dos atos citadas pelas teorias de Austin (1990[1962]), Searle (1981[1969]) e Sbisà (2009[1989]). Nesses

trabalhos, conforme mencionamos, para uma ordem ser realizada é necessário que o falante seja hierarquicamente superior ao ouvinte. Essa superioridade é chamada de poder relativo por Brown&Levison (1987) e consiste em um dos fatores considerados pelos interlocutores para suas escolhas linguísticas.

Além disso, os informantes também mencionaram elementos que fazem parte do que Bazzanella (2008) chama de contexto global, ou seja, as vestimentas dos interlocutores que acabam por enfatizar seus papéis sociais – militar/civil.

E por fim, seis informantes optaram pela alternativa “outro” e descreveram o ato de fala como “permissão” e “pergunta”, já que o ouvinte parece poder decidir se aceita ou não o que lhe é dito: “*Perché lui usa una struttura indiretta ‘vi dispiciace’, lasciando un'opzione di risposta e anche permettendo all'interlocutore di fare un giudizio sulla domanda.*” [Porque ele usa uma estrutura indireta ‘vi dispiace’, deixando uma opção de resposta e também permitindo o interlocutor de avaliar a pergunta] (informante BR 36).

- Vídeo 10 – (A>B - ICM)

O enunciado principal do vídeo 10 foi considerado pela a maioria dos informantes brasileiros (36 – 90%), como uma “ordem”. Os elementos mais mencionados nas justificativas de quem forneceu essa resposta foram: a relação entre os interlocutores, que é vertical, de tipo (A>B); o efeito do ato sobre o ouvinte, que parece não poder escolher entre aceitar ou recusar o que lhe está sendo dito, e o uso da expressão *dai*, que para esses informantes foi interpretada não como um modificador que atenua a força do ato, mas como um elemento que enfatiza a necessidade que se tem ao realizá-lo. Na classificação de Nuzzo (2007), esse seria um modificador de tipo morfossintático que, por evidenciar a força do ato, é chamado de reforçador.

Gráfico 30: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 10 como “ordem”

Interessante perceber que, diferentemente da maioria, três informantes classificaram o ato do vídeo 10 com “pedido”, justificando suas respostas também pelo uso da expressão *dai*, considerada, nesse caso, um elemento atenuador e não reforçador, como anteriormente.

- Vídeo 11 – (A>B - PSM)

Na classificação dos vídeo 11, os dados coletados mostraram um resultado bastante equilibrado: dos 40 informantes brasileiros que responderam a essa questão, 18 (45%) classificaram o enunciado como “pedido” e 16 (40%) como “ordem”.

Nas justificativas daqueles que interpretaram o ato principal desse vídeo como “pedido”, foram mencionados mais frequentemente os seguintes elementos: (i) o tom utilizado pelo falante; (ii) a pergunta como estrutura linguística utilizada para realização do ato, e (iii) o efeito do ato sobre o interlocutor, que parece poder escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito.

Gráfico 31: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 11 como “pedido”

Já nas justificativas dos informantes que consideraram o enunciado do vídeo 11 uma “ordem”, foram mencionados principalmente a relação entre os interlocutores, identificada como vertical ($A > B$), e o tom utilizado pelo falante, classificado, nesse caso, como “imperativo” e “sério”.

Houve ainda três brasileiros que utilizaram a alternativa “outro” para descrever o ato como “*invito*” [convite], “*domanda*” [pergunta] e “*suggerimento*” [sugestão], sem justificar de modo válido suas respostas.

- Vídeo 12 ($A > B$ – ISM)

Salvo um dos informantes que interpretou o ato de fala do vídeo 12 como “pedido”, sem justificar sua resposta, todos os outros 39 o classificaram como “ordem”. Nas justificativas, conforme mostra o gráfico que segue, dentre os elementos citados mais frequentemente está, em primeiro lugar, a relação entre os interlocutores que foi percebida como vertical de tipo ($A > B$), conforme a resposta do informante (BR 1): “*Perché lui ha dimostrato di essere una autorità*” [Porque ele demonstrou que é uma autoridade].

Gráfico 32: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 12 como “ordem”

Em segundo lugar, o elemento mais mencionado foi o uso do modo imperativo como estrutura linguística utilizada para a realização do ato, como descrito pelo informante (BR 40): “*Utilizza l'imperativo*” [Utiliza o imperativo]. E, em terceiro lugar, a categoria mais mencionada foi o tom utilizado pelo falante, classificado como “imperativo”, “sério” e “ríspido”. Os dados mostram ainda que o efeito do ato sobre o ouvinte e os elementos do contexto global (Bazzanella, 2008) também podem caracterizar o ato como uma ordem.

3.2.3 Grupo 3 (Vídeos 13-16)

O terceiro e último grupo de vídeos é constituído também por somente por quatro cenas extraídas de filmes. Os atos de fala do grupo 3 têm em comum a relação entre os interlocutores, caracterizada pelo eixo vertical de tipo (A<B), que representa a presença de poder relativo, sendo (A) hierarquicamente inferior a (B). As estruturas linguísticas utilizadas nesse grupo são: (a) a pergunta com o modificador (PCM - vídeo 13); (b) o imperativo com o modificador (ICM - vídeo 14); (c) a pergunta sem o modificador (PCM - vídeo 15), e (d) o imperativo sem o modificador (ISM – vídeo 16).

- Vídeo 13 (A<B – PCM)

Os dados obtidos mostram que, exceto dois informantes²¹, a maioria classificou o ato de fala do vídeo 13 como um “pedido”. Dentre os elementos mais mencionados nas justificativas, como pode ser conferido no gráfico que segue, está o uso do modo *condizionale*, que como já mencionamos, atenua a força ilocutória do ato e é classificado por Nuzzo (2007) como um modificador de tipo morfossintático; a pergunta como estrutura linguística utilizada para a realização do ato, e o tom com que o ato foi proferido.

Gráfico 33: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 13 como “pedido”

Além desses três elementos, foram ainda mencionadas a cortesia presente na fala do interlocutor (A), a mitigação da força ilocutória do ato promovida pelo diminutivo da palavra *qualcosa*, a relação entre os interlocutores (A<B), e o efeito do ato sobre o interlocutor, que parece poder escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito.

²¹ Ambos optaram pela alternativa “outro”. Um deles descreveu o ato como uma “pergunta”, sem justificar sua resposta, o outro não apresentou resposta, tampouco justificativa.

- Vídeo 14 (A<B – ICM)

Para maioria dos informantes brasileiros (31 – 77,5%), o enunciado do vídeo 14 foi interpretado como “pedido”. A relação entre os interlocutores (A<B) foi um dos elementos mais citados nas justificativas, seguido da presença do modificador *per favore* e do elemento prosódico, ou seja, o tom utilizado pelo falante.

Gráfico 34: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 14 como “pedido”

Dos 4 informantes que classificaram o ato de fala do vídeo 14 com “ordem”, somente um justificou sua resposta indicando o uso do modo imperativo. Houve ainda informantes que, descrevendo suas respostas na opção “outro”, classificassem o ato como “*avvertenza*” [advertência], “*suplica*” [súplica] e “*preghiera*” [pedido feito com urgência], sem, contudo, justificar suas respostas.

- Vídeo 15 (A<B – PSM)

Para a maioria dos informantes (37 – 92,5%) o ato principal do vídeo 15 foi interpretado como um “pedido”. Nas justificativas, conforme o gráfico apresentado abaixo, foram mencionados principalmente a pergunta como estrutura linguística utilizada na realização do ato, seguindo o que é afirmado por Searle (2002[1979]), a relação horizontal (A=B) entre os interlocutores, e a atenuação da força ilocutória do ato originada pelo verbo

modalizador *potere*, conforme descrito pelo informante (BR 23): “*Lui usa il verbo ‘potere’ e fa una domanda*” [Ele usa o verbo ‘poder’ e faz uma pergunta].

Gráfico 35: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 15 como “pedido”

Embora em menor frequência, foram também citados como elementos que motivaram os informantes a classificar o ato de fala do vídeo 15 como pedido: (i) a cortesia, (ii) o tom “não imperativo” utilizado pelo falante, e (iii) o efeito do ato sobre o interlocutor, que pode escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito.

Os outros três informantes restantes que responderam ao questionário classificaram o ato de fala como “ordem”, “barganha” e “*strategia discorsiva*” [estratégia discursiva], sem justificar suas respostas.

- Vídeo 16 (A<B – ISM)

No caso do vídeo 16, foram 36 (90%) os informantes brasileiros que classificaram o ato principal como “ordem”. Nas respostas justificadas, os elementos mais recorrentes foram: (i) modo imperativo como estrutura linguística utilizada para a realização do ato, que sem o modificador vai ao encontro do que afirmam Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007); (ii) o tom com que o ato foi proferido, e (iii) o fato do enunciado ser proferido repetidamente. Embora indicados em frequência menor, o efeito do ato sobre o interlocutor e a ausência de

elementos que mitigassem a sua força ilocutória também foram elemento mencionados como motivadores à classificação do ato como “pedido”, conforme contatamos na justificativa do informante (BR 32): “*Quest'ordine si conferma dalla presenza del verbo mettere usato all'imperativo e dall'assenza di mitigatori*”[Essa ordem se confirma pela presença do verbo ‘colocar’ usado no imperativo e pela ausência de mitigadores].

Gráfico 36: Elementos mencionados nas justificativas dos informantes brasileiros que classificaram o ato de fala do vídeo 16 como “ordem”

Somente quatro informantes classificaram o ato de fala do vídeo 16 como “pedido” e, em suas respostas, o elemento indicado principalmente foi relação entre os interlocutores. Conforme descreveu o informante (BR 40): “*il bambino dà un comando, ma funziona come una richiesta*” [O menino dá um comando, mas funciona como pedido]. Novamente um caso de justificativa que manifesta os princípios que encontramos nas condições de adequação (ou felicidade) apresentadas por Austin (1990[1962]), Searle (1981[1969]) e Sbisà (2009[1989]). Para esses autores, um ato como uma ordem pode ser realizado e considerado “feliz” se o falante, de fato, for hierarquicamente superior ao ouvinte.

3.2.4 Considerações sobre a análise dos dados dos informantes brasileiros

Com a análise das respostas que recebemos dos informantes brasileiros, constatamos que muitos dos elementos apresentados nas justificativas para classificar um ato como ordem ou pedido são os mesmos mencionados pelas teorias que escolhemos para guiar esta

investigação e, além disso, coincidem com aquilo que encontramos também nas respostas dos informantes italianos.

A relação entre os interlocutores foi apontada, por vezes, como elemento que designa um ato como ordem ou pedido, dependendo da presença ou não do poder relativo (BROWN & LEVINSON, 1987) e das condições adequadas para a realização do ato, conforme mencionado teorias dos atos de fala (AUSTIN, 1990 [1962]; SEARLE, 1981 [1969]; SBISÀ, 2009 [1989]). Para os informantes brasileiros, um ato de fala pode ser considerado ordem quando o falante (A) é hierarquicamente superior ao ouvinte (B) e pedido quando não existe hierarquia entre os interlocutores ou quando o falante (A) é socialmente inferior ao ouvinte (B).

Quanto à estrutura linguística escolhida para a realização dos atos, observamos recorrentemente nas respostas dos brasileiros que um ato se configura como “pedido” quando realizado por meio da pergunta, o que vai ao encontro do que é afirmado por Searle (2002 [1979]), sobre essa estrutura que é, de fato, naturalmente utilizada para o proferimento de atos diretivos, uma vez que diminui sua força ilocutória. Com a mesma frequência, constatamos, nas respostas dos informantes brasileiros, atos classificados como “ordens” devido ao uso do imperativo, concordando com aquilo que é afirmado por Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007) sobre tal modo verbal. Em muitos casos, observamos também que os atos foram classificados como “pedido” pela presença dos modificadores linguísticos, que mitigam a força ilocutória, e como “ordem” devido à ausência desses elementos.

Sobre os elementos que estão fora das variáveis que estamos manipulando, o efeito do ato sobre o interlocutor também foi observado pelos informantes brasileiros, fazendo-os classificar os atos a partir da reação do ouvinte. No caso dos pedidos, o ouvinte parecia ter a liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe estava sendo dito. Nos atos que foram interpretados como ordem, o ouvinte parecia não poder recusar o que lhe estava sendo dito. Segundo Sbisà (2009 [1989]), o efeito do ato é um dos elementos que diferencia ordens de pedidos, uma vez que o proferimento de uma ordem atribui um dever ao ouvinte, enquanto o um pedido lhe concederá um poder e assim ele poderá escolher entre aceitar não o ato proferido.

A análise realizada também nos fez observar recorrentemente nas justificativas dos informantes brasileiros elementos de tipo prosódico, como a velocidade e o tom utilizado pelos falantes. Conforme mencionamos, a entonação tem sido levado em conta, com frequência cada vez maior, nas pesquisas linguísticas, devido ao seu fundamental papel na

comunicação (veja-se, por exemplo, DE MEO & PETTORINO, 2012). Pelas gramáticas, esse elemento é citado como aquilo que diferencia atos de fala que podem ser proferidos por uma mesma estrutura linguísticas, especificamente o modo imperativo (MORETTI & ORVIETO, 1984; SERIANNI, 1991). Os informantes brasileiros que responderam ao questionário classificaram atos como “pedido” quando o tom utilizado pelo falante foi interpretado como “calmo”, “tranquilo”, “gentil”, e como “ordem” quando percebido como “ríspido”, “seco”, “direto”.

Por fim, a última categoria encontrada nas justificativas dos informantes brasileiros foi a de tipo cinésico. Igualmente ao que ocorreu nas respostas dos informantes italianos, observamos nas justificativas dos brasileiros a menção aos gestos sem muitos detalhes sobre como perceberam esse aspecto da comunicação. Contudo, para exemplificar como foi assinalado, segue a justificativa dada pelo informante (BR 7) após classificar o ato de fala do vídeo 1 como ordem: “*Per conto del tono di voce ed i gesti*” [Devido ao tom de voz e aos gestos].

3.3 Comparações entre os dados

Na tabela abaixo, apresentamos novamente as variáveis que estamos analisando nas interações presentes em cada vídeo e o percentual de informantes italianos e brasileiros que considerou cada caso como “ordem”, “pedido” ou “outro”.

Vídeo	Relação entre os interlocutores	Estrutura linguística	Pedido		Ordem		Outro	
			(IT)	(BR)	(IT)	(BR)	(IT)	(BR)
1	(A=B)	PCM	95%	82,5%	5%	17,5%	0%	0%
2	(A=B)	PCM	67,5%	57,5%	22,5%	32,5%	10%	10%
3	(A=B)	ICM	65%	55%	27,5%	37,5%	7,5%	7,5%
4	(A=B)	ICM	40%	30%	27,5%	57,5%	32,5%	12,5%
5	(A=B)	PSM	80%	90%	20%	7,5%	0%	2,5%
6	(A=B)	PSM	90%	100%	0%	0%	10%	0%
7	(A=B)	ISM	22,5%	20%	70%	62,5%	7,5%	17,5%
8	(A=B)	ISM	7,5%	2,5%	70%	87,5%	22,5%	10%
9	(A>B)	PCM	62,5%	75%	15%	10%	22,5%	15%
10	(A>B)	ICM	10%	7,5%	82,5%	90%	7,5%	2,5%

11	(A>B)	PSM	32,5%	45%	55%	40%	12,5%	15%
12	(A>B)	ISM	0%	2,5%	97,5%	97,5%	2,5%	0%
13	(A<B)	PCM	97,5%	95%	0%	0%	2,5%	5%
14	(A<B)	ICM	52,5%	77,5%	10%	10%	37,5%	12,5%
15	(A<B)	PSM	92,5%	92,5%	5%	2,5%	2,5%	5%
16	(A<B)	ISM	10%	10%	80%	90%	10%	0%

Tabela 5: Dados obtidos dos informantes italianos e brasileiros

A visão geral sobre os dados nos permite observar que dos 16 vídeos apresentados, 14 foram classificados do mesmo modo pela maioria dos informantes italianos e brasileiros. Os dois únicos que tiveram resultados diferentes foram o vídeo 4, onde a relação entre os interlocutores é horizontal ($A=B$) e o ato de fala é proferido pelo modo imperativo acompanhado do modificador; e o vídeo 11, cuja relação entre os interlocutores é vertical de tipo ($A>B$) e a estrutura linguística utilizada para proferir o enunciado é a pergunta, sem o modificador, conforme evidenciado em cinza na tabela.

Conforme aquilo que afirmamos em nossos pressupostos teóricos, o ato de fala do vídeo 4 teria mais elementos que o fariam ser classificado como “pedido”, do que como “ordem”. Em primeiro lugar, não há entre os interlocutores o poder relativo mencionado por Brown & Levinson (1987), o que não caracteriza a relação como hierárquica e, desse modo, não instaura, apenas para um dos interlocutores, o direito dar uma ordem. Em segundo lugar, a estrutura linguística utilizada para a realização é o imperativo que, embora seja indicado por Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007) como um modo verbal que pode configurar um ato como ordem, nesse enunciado, está em conjunto com o modificador, cuja função é mitigar a força ilocutória do ato.

De fato, a resposta dada pela maioria dos informantes italianos vai ao encontro do que é afirmado pelas teorias. Nas suas justificativas foi mencionado, primeiramente, o tom utilizado pelo falante, classificado pelos informantes como “de súplica”, “não severo” e “pouco decidido”, o que coincide com o que afirmam Moretti & Orvieto (1984) sobre a entonação como um aspecto que pode acompanhar o uso do modo imperativo sem que a essa estrutura seja atribuída exclusivamente a função de ordenar. Em seguida, o elemento mais mencionado foi a presença do modificador *dai*, que segundo Nuzzo (2007), é uma estratégia a que os falantes recorrem quando buscam expressamente a colaboração do ouvinte. Como terceiro elemento mais mencionado, está a relação entre os interlocutores, interpretada como vertical de tipo ($A<B$), ou seja, embora haja o que Brown & Levinson (1987) chamam de

poder relativo, o falante (A) encontra-se em posição hierarquicamente inferior ao ouvinte (B), o que, segundo as condições de adequação (felicidade), não lhe permite o pronunciamento de atos assertivos, como é o caso das ordens.

Contudo, diferentemente do que foi dito pela maioria dos falantes nativos que responderam ao questionário, para a maioria dos informantes brasileiros, o enunciado do vídeo 4 é uma “ordem”. Suas justificativas se baseiam, em primeiro lugar, no uso do imperativo, concordando com Kerbrat-Orecchioni (2005) e Nuzzo (2007), quando as autoras apontam para esse modo como uma forma de proferir ordens. Em segundo lugar, os brasileiros mencionaram em suas justificativas a relação entre os interlocutores, que foi interpretada como vertical de tipo (A>B), ou seja, (A) sendo socialmente superior a (B), cria-lhe as condições necessárias para o proferimento de atos mais assertivos como as ordens. Em terceiro lugar, o aspecto do enunciado mais mencionado nas justificativas dos informantes brasileiros foi o elemento prosódico, ou seja, o tom utilizado pelo falante, classificado como “assertivo”.

A respeito do vídeo 11, segundo as teorias que estão guiando esta investigação, o enunciado apresenta tanto características que poderiam configurá-lo como uma “ordem” quanto aquelas que o identificariam como “pedido”. Na relação entre os interlocutores, há o poder relativo mencionado por Brown & Levinson (1987), ou seja, a posição social de (A), hierarquicamente superior a (B), lhe atribuiria o direito dar uma ordem. Entretanto, a estrutura linguística utilizada para a realização do ato é a pergunta que, conforme afirma Searle (2002 [1979]), é frequentemente utilizada para diminuir a força ilocutória dos atos.

Para a maioria dos informantes italianos, como observado, o enunciado apresentado nesse vídeo é uma “ordem”. Em suas justificativas os elementos mais recorrentes foram, em primeiro lugar, o aspecto que aponta Sbisà (2009 [1989]), ao falar da diferença entre ordens e pedido, ou seja, o efeito do ato sobre o interlocutor. Para esses informantes, ao ouvinte está sendo atribuído um dever, já que ele parece não ter liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito. Em seguida, o tom utilizado pelo falante, qualificado como “imperativo”, “decidido” e “autoritário”, foi o elemento mais mencionado para justificar o ato do vídeo 11 como uma “ordem”. Por fim, o terceiro elemento mais citado foi a relação entre interlocutores que, por esses informantes italianos, foi interpretada como vertical, de tipo (A>B), estando, então, o falante (A) em condições de dar ordens ao ouvinte (B).

Já, para a maioria dos informantes brasileiros, o enunciado do vídeo 11 foi interpretado como “pedido”. Nas suas justificativas, foram mencionados mais frequentemente

os seguintes elementos: o tom utilizado pelo falante; a pergunta como estrutura linguística utilizada para realização do ato, concordando com o que coloca Searle (2002 [1979]) sobre a atenuação da força ilocutória a partir da pergunta como ato indireto, e o efeito do ato sobre o interlocutor, ou seja, o aspecto que aponta Sbisà (2009 [1989]) ao falar da diferença entre ordens e pedido. Para esses informantes, porém, ao ouvinte está sendo atribuído um poder, já que ele parece ter liberdade para escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito.

A respeito dos vídeos que foram classificados da mesma forma pela maioria dos informantes italianos e brasileiros, a análise mais detalhada, apresentada nos tópicos acima, mostrou que, com exceção dos vídeos 1 e 16, os principais elementos que motivaram os informantes a indicar uma determinada classificação não foram os mesmos ou não ocorreram com a mesma frequência.

Conforme pode ser conferido nos gráficos que seguem, o enunciado apresentado no vídeo 1, que, como mencionamos, é uma das exceções, para a maioria dos informantes brasileiros (82,5%) e italianos (95%) foi classificado como “pedido” e os três elementos mais citados nas suas justificativas foram os mesmos, ou seja, o uso do modificador *per favore*, o tom e a relação entre os interlocutores. O enunciado apresentado no vídeo 16, a outra exceção mencionada, para a maioria dos informantes brasileiros e italianos foi classificado como “ordem” e os três elementos mais citados nas suas justificativas foram os mesmos, ou seja, (i) o tom utilizado pelo falante; (ii) a repetição do enunciado; (iii) o modo imperativo como estrutura linguística utilizada para a realização do ato.

Gráfico 37: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação dos vídeos 1 e 16

Todavia, em cinco dos 14 casos em que o ato de fala foi classificado da mesma maneira tanto pela maioria dos informantes italianos quanto pela maioria dos brasileiros, verificamos que somente o primeiro elemento mais mencionado em suas justificativas era o mesmo. Para exemplificar esses casos, selecionamos os resultados dos vídeos 5, cujo enunciado foi classificado como “pedido” pela maioria tanto dos falantes nativos quanto dos brasileiros que responderam ao questionário. Nas justificativas apresentadas pelos brasileiros, os elementos mais mencionados foram: em primeiro lugar o tom utilizado pelo falante; em seguida a relação entre os interlocutores e, em terceiro lugar a pergunta como estrutura linguística utilizada na realização do ato. Nas justificativas dos informantes italianos, os elementos mais mencionados foram: o tom utilizado pelo falante em primeiro lugar, em seguida, a pergunta como estrutura linguística utilizada para a realização do ato e, em terceiro lugar, o efeito do ato sobre o interlocutor.

Gráfico 38: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação do ato de fala do vídeo 5

Além disso, em seis dos 14 casos em que o ato de fala foi classificado da mesma maneira tanto pela maioria dos informantes italianos quanto pela maioria dos brasileiros, verificamos que os três primeiros elementos mais indicados em suas justificativas não foram mencionados na mesma frequência. Para exemplificar esses casos, selecionamos os resultados do vídeo 10, cujo enunciado foi classificado como “ordem” pela maioria tanto dos falantes nativos quanto dos brasileiros que responderam ao questionário. Nas justificativas apresentadas pelos brasileiros, os elementos mais mencionados foram: (i) relação entre os

interlocutores; (ii) o imperativo como estrutura linguística para a realização do ato, e (iii) elemento reforçador *dai*. Já nas justificativas dos informantes italianos, os elementos mais mencionados foram: (i) o tom utilizado pelo falante; (ii) o efeito do ato sobre o interlocutor, e (iii) a relação entre os interlocutores.

Gráfico 39: Elementos presentes nas justificativas dos informantes brasileiros e italianos na classificação do ato de fala do vídeo 10

Outro dado que obtivemos ao comparar as justificativas dos informantes italianos e brasileiros foi a respeito das categorias de elementos citadas. Conforme apresentamos no quadro abaixo, todos os elementos citados pelos informantes italianos foram também citados pelos informantes brasileiros.

	Italianos	Brasileiros
Elementos prosódicos (tom, velocidade)	x	x
Elementos contextuais (relação entre os interlocutores, modo como se vestem os interlocutores, ambiente onde ocorre a cena)	x	x
Elementos pragmáticos (efeito do ato sobre o interlocutor, cortesia/gentileza)	x	x
Elementos pragmalinguísticos (agradecimento, pergunta, modo imperativo, atos de suporte, atenuador, reforçador, repetição do enunciado)	x	x
Elementos cinésicos (gestos, movimentos corporais)	x	x

Quadro 28: Elementos citados pelos informantes brasileiros e italianos

E, por fim, ao fazer um levantamento geral dos elementos que foram mencionados nas justificativas de todos os 80 informantes que responderam ao questionário, buscamos

levantar quais categorias de elementos foram mais citadas pelos falantes nativos e quais foram mais mencionadas nas respostas dos informantes brasileiros aprendizes de italiano. Conforme pode ser verificado no gráfico que segue, nas justificativas dos informantes italianos, prevaleceu a referência a elementos prosódicos, ou seja, o tom e a velocidade com que os enunciados eram proferidos. Em seguida, a categoria mais citada em suas justificativas foi a dos elementos pragmalinguísticos, incluindo a pergunta ou o modo imperativo, utilizados na realização dos atos principais, os atos de suporte, que geralmente introduziam os atos principais; o ato de agradecimento, presente em algumas interações; a presença (ou ausência) dos elementos atenuadores; os elementos reforçadores, e a repetição do enunciado. Em terceiro lugar, a categoria mais citada nas justificativas dos italianos foi a dos elementos pragmáticos, onde inserimos o efeito do ato sobre o interlocutor e a cortesia. Por fim, a categoria dos elementos contextuais, que incluem a relação entre os interlocutores, o modo como se vestem e os detalhes do ambiente onde ocorreu o ato comunicativo.

Gráfico 40: Levantamento geral dos elementos mencionados por brasileiros e italianos

Já nas justificativas dos informantes brasileiros, a categoria mais citada foi a dos elementos pragmalinguísticos, incluindo a pergunta ou o modo imperativo, utilizados na realização dos atos principais, os atos de suporte, que geralmente introduziam os atos principais; o ato de agradecimento, presente em algumas interações; a presença (ou ausência)

dos elementos atenuadores; os elementos reforçadores, e a repetição do enunciado. Em segundo lugar, está a categoria dos elementos contextuais, que incluem a relação entre os interlocutores, o modo como se vestem e os detalhes do ambiente onde ocorreu o ato comunicativo. Só então, em terceiro lugar, está a categoria dos elementos prosódicos, ou seja, o tom e a velocidade com que os enunciados eram proferidos. Em quarto lugar, a categoria mais citada nas justificativas dos brasileiros foi a dos elementos pragmáticos, onde inserimos o efeito do ato sobre o interlocutor e a cortesia e, por fim, a categoria dos elementos cinésicos como gestos e movimento corporais, citada, no entanto, somente pelos informantes brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho, enfatizamos que, ao investigar ordens e pedidos em língua italiana, nosso objetivo consistia em identificar os elementos que caracterizam e criam diferenças entre esses dois atos de fala, a partir da percepção de falantes nativos e aprendizes brasileiros de italiano. Para atingir nossos propósitos, elaboramos um teste de percepção composto por interações verbais entre italianos, gravadas em áudio e vídeo, e diálogos extraídos de filmes italianos da última década. A partir do que dizem, sobre ordens e pedidos, as teorias e os estudos que escolhemos para nortear esta pesquisa, estabelecemos os critérios para selecionar os vídeos que, inseridos em um questionário de pesquisa, foram avaliados por falantes nativos e brasileiros aprendizes de italiano.

A análise dos dados recebidos dos informantes foi feita com base nas cinco categorias que criamos a partir dos elementos mencionados em suas respostas: prosódica, contextual, pragmática, pragmalinguística e cinésica. Confluiram na categoria dos elementos prosódicos as menções ao tom e à velocidade com que o ato foi proferido. Na categoria dos elementos contextuais inserimos a relação entre os interlocutores, o modo como se vestem e o ambiente onde ocorre a cena. A categoria dos elementos pragmáticos englobou o efeito do ato sobre o interlocutor e, portanto, a cortesia/gentileza. Chamamos elementos pragmalinguísticos aqueles que causam um efeito sobre os interlocutores, mas são expressados por meio dos recursos que as línguas naturais fornecem. Nessa categoria agrupamos, portanto, a estrutura linguística, o ato de agradecimento, os atos de suporte, os atenuadores/reforçadores (ou sua ausência) e a repetição do enunciado. Por fim, na categoria cinésica inserimos os gestos e movimentos corporais²².

O desenvolvimento deste trabalho, seguiu três perguntas de pesquisa, as quais retomaremos a seguir com o propósito de apresentar as conclusões a que chegamos.

A primeira pergunta foi: quais são os elementos que caracterizam os atos de fala “ordem” e “pedido” em língua italiana, na percepção de falantes nativos?

²² Vistos os poucos detalhes que foram dados pelos informantes ao mencionarem os elementos cinésicos e a baixa frequência com que esses aspectos foram indicados nas justificativas, optamos por não considerá-los na conclusão deste trabalho.

Analisando os dados com foco nas variáveis que manipulamos – relação entre os interlocutores e estruturas linguísticas – percebemos que, por parte dos falantes nativos, há uma tendência em classificar um ato de fala como “pedido” quando não há hierarquia entre os participantes da interação, ou seja, a relação é horizontal ($A=B$), e/ou quando o falante é socialmente inferior ao ouvinte, o que configura a relação como vertical de tipo ($A<B$). Já, quando há poder relativo entre os interlocutores, a relação é então vertical de tipo ($A>B$), o ato tende a ser interpretado como ordem.

Quanto à estrutura linguística, verificamos que um ato tende a ser classificado como “pedido” quando é realizado pela pergunta ou quando o falante usa modificadores linguísticos que atenuam sua força ilocutória. No caso de enunciados que são proferidos com o modo imperativo e sem elementos mitigadores principalmente, o ato tende a ser interpretado como “ordem”.

Ao analisar as justificativas dos falantes nativos, constatamos que, além das variáveis que controlamos, os informantes ainda justificaram suas escolhas com base nos elementos categorizados acima. Desse modo, observamos que, para os italianos, um ato se configura como “pedido” quando é acompanhado de atos de suporte e do ato de agradecimento. Também configuram um ato como pedido a presença de elementos pragmáticos como a cortesia/gentileza e o efeito do ato sobre o interlocutor, ou seja, a liberdade que o ouvinte tem para aceitar ou recusar o que é dito pelo falante. Outro elemento que caracteriza um ato como pedido, observado recorrentemente nas respostas dos informantes italianos, é a indicação do tom, como aspecto prosódico, quando interpretado como “gentil”, “tranquilo” e “não autoritário”.

Ainda sobre os elementos que não foram manipulados, para os informantes italianos, um ato de fala é considerado uma “ordem” quando o tom utilizado pelo falante é interpretado como “autoritário”, “seco”, “ríspido”, “direto”. Também considera-se um ato como ordem, quando os aspectos do contexto que fazem com que o ambiente da interação seja percebido como “militar” ou “oficial”, ou seja, outros aspectos que reforçam as relações hierárquicas entre os interlocutores. Além disso, para os falantes nativos, um ato é percebido como ordem pelo efeito que tem sobre o interlocutor, isto é, quando o ouvinte não tem liberdade de escolha e assim deve aceitar o que o falante quer que ele faça.

A segunda das nossas perguntas de pesquisa foi: quais são os elementos que caracterizam os atos de fala “ordem” e “pedido” em língua italiana, na percepção de brasileiros que falam italiano?

Em relação às variáveis manipuladas, isto é, relação entre os interlocutores e estruturas linguísticas, as respostas dos informantes brasileiros mostraram as mesmas tendências que observamos para os italianos.

Quanto à relação entre os interlocutores, um ato de fala tende a ser percebido como “pedido” quando não há hierarquia entre os participantes da interação ($A=B$) e/ou quando o falante é hierarquicamente inferior a ouvinte ($A<B$). Porém, quando a relação se caracteriza por poder relativo e o falante (A) é hierarquicamente superior ao ouvinte (B), o ato tende a ser interpretado como “ordem”.

A respeito da estrutura linguística, observamos que um ato tende a ser classificado como “pedido” quando é realizado pela pergunta ou quando o falante recorre a modificadores que atenuam sua força ilocutória; e como “ordem” quando o enunciado é proferido com o modo imperativo e sem elementos mitigadores.

Também observamos que para os brasileiros, um ato pode ser interpretado como “ordem” ou “pedido” a partir de aspectos diferentes das variáveis que manipulamos e praticamente não há diferenças entre aquilo que constatamos nas respostas dos falantes nativos.

Do ponto de vista pragmalinguístico, para os brasileiros, os “pedidos”, diferentemente das “ordens”, são acompanhados dos atos de suporte e do agradecimento, geralmente proferido após o ato principal. Também configuram um ato como “pedido”, diferenciando-o de uma “ordem”, elementos pragmáticos como a cortesia/gentileza e a liberdade que o ouvinte tem para aceitar ou recusar o que é dito pelo falante. A respeito dos elementos prosódicos mencionados, um ato é um pedido quando o tom com que é proferido é de tipo “não imperativo”, “gentil” e “não autoritário”, enquanto uma ordem se caracteriza pelo tom “imperativo” “assertivo” e “sério”.

Mais um fator que leva a considerar um ato como “ordem” são os aspectos do contexto que evidenciam a relação de hierarquia entre os interlocutores, como o que ocorreu nas cenas em que a interação se passa em ambiente “militar”. Além disso, para os brasileiros, um ato de fala é uma “ordem” pelo efeito que tem sobre o interlocutor, ou seja, quando o ouvinte parece não pode escolher entre aceitar ou recusar o que lhe é dito.

A terceira e última pergunta de pesquisa que elaboramos para nortear nossas investigações foi: quais analogias e diferenças se observam na comparação entre falantes nativos e brasileiros chamados a avaliar ordens e pedidos?

A resposta a essa questão provém do confronto dos dados obtidos dos falantes nativos e aqueles que recebemos dos informantes brasileiros. O primeiro resultado que podemos retomar para responder a essa questão emergiu ao compararmos as justificativas apresentadas pelos informantes italianos e brasileiros com foco nas categorias de elementos citadas. Verificamos que todos os elementos mencionados pelos informantes italianos foram também indicados pelos informantes brasileiros, o que apontaria para um primeiro indício de que brasileiros e italianos reconhecem os mesmos elementos no proferimento de “ordens” e “pedidos” e na diferença entre esses dois atos de fala.

Esse primeiro indício se confirma quando, ao observar os dados gerais, constatamos que dos 16 vídeos apresentados, somente dois não foram classificados do mesmo modo pela maioria dos informantes italianos e brasileiros. Os atos de fala de 14 interações foram interpretados da mesma maneira pela maior parte de falantes nativos e aprendizes de italiano.

Entretanto, ao analisarmos as justificativas presentes nas respostas dos vídeos que foram classificados da mesma maneira, percebemos que, com exceção dos vídeos 1 e 16, os principais elementos que motivaram os informantes brasileiros e italianos a determinada classificação não foram os mesmos ou não foram indicados com a mesma frequência em todos os outros casos. Esse resultado vai em sentido oposto àquilo que foi mencionado sobre o mesmo modo de classificar e se afirma quando, observando o levantamento geral de todos os elementos mencionados nas justificativas dos 80 informantes, constatamos que as categorias mais citadas por italianos e brasileiros não ocorreram na mesma proporção.

Nas justificativas dos falantes nativos, foi possível constatar que os elementos mencionados com maior frequência foram os prosódicos, seguidos pelos pragmalinguísticos, pragmáticos e, por fim, contextuais. Já nas justificativas dos brasileiros aprendizes de italiano, a categoria mais citada foi a dos elementos pragmalinguísticos. Logo após, observamos os elementos contextuais, em terceiro lugar, os prosódicos e, então, os pragmáticos.

Embora a classificação dos atos de fala, do ponto de vista quantitativo, tenha sido feita de modo similar pelos falantes nativos e pelos aprendizes de italiano, o levantamento geral dos elementos presentes nas justificativas dos informantes mostrou que os brasileiros se basearam fundamentalmente na estrutura da língua para julgar os enunciados, enquanto os italianos observaram mais frequentemente aspectos prosódicos e pragmáticos para justificar suas respostas. Esse resultado poderia ser um indício de que, de fato, a competência pragmática se desenvolva depois da competência linguística, conforme apontado por estudos como o de Salsbury & Bardovi-Harlig (2001), citado no capítulo 1 deste trabalho. O resultado

da pesquisa desses autores mostra que os aprendizes de uma língua estrangeira aprendem a utilizar os verbos modais, primeiramente com seu valor semântico e não como atenuadores de força ilocutória, como geramente ocorre com os falantes nativos.

Contudo, visto que a maioria dos nossos informantes tem um nível de conhecimento da língua italiana definido por eles próprios intermediário e avançado²³, acreditamos que os resultados que obtivemos se aproximam mais daquilo que foi constatado pelo estudo de Vedder (2007), também mencionado no capítulo 1. Nessa pesquisa, a estudiosa constatou, observand o uso de modificadores linguísticos, que uma possível relação entre progressão linguística e desenvolvimento da competência pragmática não se confirma.

Desse modo, poderíamos supor que o fato de os aprendizes brasileiros terem se apoiado mais frequentemente em elementos gramaticais, assim como em geral ~~vem~~ apresentados nos livros didáticos, aponte para a falta de contextualização e de modelos reais de uso da língua. Desse modo, consideramos apropriado refletir sobre duas das questões colocadas por Kasper & Rose (2002) no livro *Pragmatics and language teaching*: quais seriam, de fato, as oportunidades oferecidas em sala de aula para que a competência pragmática seja desenvolvida? A competência pragmática pode ser desenvolvida em sala de aula sem instruções específicas? Embora não tenhamos feito uma pesquisa focada na prática do ensino da língua italiana e tenhamos nos concentrado somente na atitude linguística dos informantes do ponto de vista da percepção, uma possível interpretação dos resultados presentes neste trabalho indica que em sala de aula, geralmente, não são promovidas oportunidades ou atividades que possam proporcionar a reflexão sobre o papel da Pragmática no uso da língua e, assim, pouco se faz para o desenvolvimento dessa competência.

Para concluir, cabe retomar nossas hipóteses de pesquisa e mencionar que, conforme supomos, os elementos que caracterizam ordens e pedidos criam diferenças por estarem relacionados tanto à estrutura linguística usada pelo falante, quanto ao contexto que envolve a interação. Pelas respostas que nos foram fornecidas, percebemos que, no que concerne às estruturas linguísticas, os atos de fala que estamos investigando se diferenciam pelo uso da pergunta, pelo modo imperativo, pela utilização de elementos atenuadores. A respeito do contexto interacional, verificamos que, de fato, a relação entre os interlocutores influencia na interpretação do ato de fala.

²³ Conforme dados apresentados no Gráfico 2 (p. 103), 15 dos 40 informantes avaliam seu nível de conhecimento da língua italiana como intermediário e 20 dos 40 informantes o consideram avançado.

Se tivéssemos que dizer o que resultou da comparação dos dados que recebemos, a ideia difusa de que italianos são mais autoritários em relação aos brasileiros parece não se confirmar, já que, como foi possível verificar, os brasileiros reconhecem os mesmos elementos e classificam ordens e pedidos de modo similar ao dos falantes nativos.

É certo que esta investigação foi desenvolvida com varias limitações, dentre as quais, como mencionamos, o número de informantes que responderam ao questionário pesquisa. Uma quantidade maior de dados poderia certamente proporcionar evidências mais claras sobre o comportamento linguístico de italianos e aprendizes brasileiros de língua italiana no que diz respeito à percepção de ordens e pedidos. Além disso, um número maior de participantes, com níveis de língua diferentes, permitiria uma análise contrastiva focada no desenvolvimento da competência pragmática dos aprendizes.

Os resultados obtidos mostram que em estudos futuros poderemos aprofundar a pesquisa, aumentando o número de participantes e utilizando, em outros instrumentos de coleta de dados, as categorias que criamos a partir das respostas utilizadas para este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACHIBA, M. (2003). *Learning to request in a second language: a study of child interlanguage pragmatics*. Clevedon: Multilingual Matters LTD.
- ARMENGAUD, F. (2006). *A Pragmática*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial.
- AUSTIN, J.L. (1990). Quando dizer é fazer: palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas (Título original: *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962).
- BACHMAN, L.F. (2003). A habilidade comunicativa de linguagem. Tradução de Niura Maria Fontana. *Linguagem & Ensino*, Vol. 6, No. 1, 2003, p.77-128 (Título original: *Fundamental considerations in language testing*. Oxford: Oxford University, 1990).
- BAR-HILLEL, Y. (1971). Out of the pragmatic wastebasket. *Linguistic Inquiry*, n. 2, p. 401-407.
- BARDOVI-HARLIG, K.; HARTFORD, B.S.; MAHAN-TAYLOR, R.; MORGAN, M.J. & REYNOLDS, D.W. (1991). Developing pragmatic awareness: Closing the conversations. *English Language Teaching Journal*, v. 45, p. 4-15.
- BARRON, A. (2003). *Acquisition in Interlanguage Pragmatics: learning how to do things with words in a study abroad context*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins.
- BAZZANELLA, C. (2008). *Linguistica e pragmatica del linguaggio: un'introduzione*. Roma-Bari: Laterza.
- BETTONI, C. (2006). *Usare un'altra lingua: guida alla pragmatica interculturale*. Roma-Bari: Laterza.
- BLUM-KULKA, S., HOUSE, J., KASPER, G. (1989) (eds.). *Cross-cultural pragmatics: Requests and apologies*, Norwood: Ablex.
- BOXER, D. & PICKERING, L. (1995). Problems in the presentation of speech acts in ELT materials: The case of complaints. *English Language Teaching Journal*, v. 49, p. 44-58.
- BOXER, D. (2003). "Critical issues in developmental pragmatics." *Pragmatic Competence in Foreign Language Teaching*. MARTÍNEZ-FLOR A., USÓ-JUAN E., FERNÁNDEZ-GUERRA, A. (eds.). Castelló: Servei de Publicacions Universitat Jaume I, p. 45-67.

- BRIZ, A. (2013) A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. *Linha D'Água* n. 26, v.2, p. 281-314.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1978). "Universals in language usage: politeness phenomena". GOODY, E.N. (ed.). *Questions and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 56-311.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1987). *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- CAFFI, C. (2011). *Pragmatica: sei lezioni*. Roma: Carocci.
- CANALE, M. (1983). From communicative competence to communicative language pedagogy. RICHARD, J. C. & SCHMIDT, R. W. (eds.). *Language and communication*. London and New York: Longman.
- CANALE, M. & SWAIN, M. (1980). Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, v 1, n 1, p. 1-47.
- CELCE-MURCIA, M. (1995). The elaboration of sociolinguistic competence: Implications for teacher education. ALATIS, J.E., STRAEHLE, C.A., RONKIN, M. (eds). *Linguistics and the education of language teachers: ethnolinguistic, psycholinguistic, and sociolinguistic aspects*. Proceedings of the Georgetown University, Round Table on Languages and Linguistics, 2005. Georgetown University Press, Washington DC, p. 699–710.
- CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*. Lisboa: Edições ASA.
- COSTA, J. C. (2008). *A relevância da pragmática na pragmática da relevância*. Porto Alegre: Edipucs.
- CRYSTAL, D. (2008). *A dictionary of linguistics and phonetics*. 6th ed. Malden: Blackwell.
- DE MEO, A. & PETRORINO, M. (2012). (eds.). *Prosodic and Rhythmic Aspects of L2 Acquisition: The Case of Italian*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- DIAS, L. S. (2010). *Estratégias de polidez linguísticas na formulação de pedidos e ordens contextualizados: um estudo contrastivo entre o português curitibano e o espanhol montevideano*. Tese de doutorado apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Disponível em http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24943/TESE_EST.PDF?sequence=1.

- DOMANESCHI, F. (2014). *Introduzione alla pragmatica*. Roma: Carocci.
- FRASER, B. (1980). Perspectives on politeness. *Journal of Pragmatics* v. 14, p. 219-236.
- FRASER, B. & NOLEN, W. (1981). The association of deference with linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language* n. 27, p. 93-109.
- GAUCHOTTE, P. (1992). *Le Pragmatisme*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GOBBI, G. & SOBRERO, A. A. (1999). Universo del corpo: gestualità. *Treccani l'Enciclopedia dell'italiano*. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/gestualita_\(Universo_del_Corpo\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/gestualita_(Universo_del_Corpo)/) Acesso em 17/12/2015.
- GOFFMAN, E. (1967). *Interaction ritual: essays on face to face behavior*. New York: Garden City.
- GREEN, G.M. (1987). *Pragmatics and Natural Language Understanding*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- GRICE, H.P. (1975). "Logic and Conversation". COLE, P. e MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics*, v. 3, p. 41-58. New York-London: Academic Press.
- GUERRA, F. A. & FLOR, M. A. (2003). Requests in film and EFL textbooks: A comparison. *ELIA: Estudos de Linguística Inglesa Aplicada* n. 4, p. 17-34.
- HANCHER, M. (1979). The Classification of Cooperative Illocutionary Acts. *Language in Society*, v. 8, n.1, p. 1-14 Cambridge: Cambridge University Press.
- KASPER, G. (1990). Linguistic politeness: current research issues. *Journal of pragmatics* n. 14, v 2, p. 193-218.
- KASPER, G. & ROSE, K. R. (2001). *Pragmatic in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KASPER, G. & ROSE, K. R. (2002). *Pragmatic development in a second language*. Michigan: Blackwell.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2005). *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Tradução de Fernando Afonso de Almeida e Irene Dias. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2006). *Análise da Conversação: princípios e métodos*. Trad.: Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial.
- KUHN, T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, R. (1973). The logic of politeness, or minding your p's and q's. *Chicago Linguistics Society*, v.9, p. 292- 305.
- LAKOFF, R. (1975). *Language and woman's place*. New York: Harper and Row.
- LE BERRE, C.C. (2007). *Formulações dos atos diretivos, em língua oral, no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11177/11177_1.PDF .
- LEECH, G.N. (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- LEVINSON, S.C. (2007). *Pragmática*. Trad. Luis Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes.
- MANES, J. e WOLFSON, N. (1981). The compliment formula. COULMAS, F. (ed) *Conversational Routine: Explorations in Standardized Communication Situations and Prepatterned Speech*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, p. 115-132.
- MARQUEZ, R. (2000). *Linguistic politeness in Britain and Uruguay - A contrastive study of requests and apologies*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins.
- MARTÍNEZ-FLOR, A. (2008) Analysing Request Modification Devices in Films: Implications for Pragmatic Learning in Instructed Foreign Language Contexts. ALCÓN-SOLER, E.; SAFONT-JORDÀ, M. P. (eds.). *Intercultural language use and language learning*. The Netherlands: Springer, p. 245-280.
- MENACCI, O. (1983). L'imperativo nell'italiano contemporaneo. *Gli Annali Università per stranieri, Supplemento*, v 4, p. 143-188.
- MORETTI, G.B. & ORVIETO, G.R. (1984). *Grammatica italiana*. Perugia: Editrice Benucci.
- MORRIS, C. W. (1938). Foundations of the theory of signs. *International Encyclopedia of United Science*, v. 1, n.2, Chicago: Chicago University Press.
- NUZZO, E. (2007). *Imparare a fare cose con le parole: richieste, proteste, scuse in italiano lingua seconda*. Perugia: Guerra Edizioni.

- NUZZO, E. e GAUCI, P. (2012). *Insegnare la pragmática in italiano L2: Recenti ricerche nella prospettiva della teoria degli atti linguistici*. Roma: Carocci.
- NUZZO, E. (2013). La pragmatica nei manuali d'italiano L2: una prima indagine sull'atto linguistico del ringraziare. *Revista de Italianística*, n. 26, p. 5-30.
- PALLOTTI, G. (2006). *La seconda lingua*. Milano: Strumenti Bompiani.
- PEIRCE, C. S. (1977). *Semiótica*. Trad. brasileira de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva.
- REYES, G. (2000). *El abecé de la pragmática*. Madri: Arco Libros.
- ROSE, K. R. (2001). Compliments and compliment responses in film: Implications for pragmatics research and language teaching. *International Review of Applied Linguistics*, n. 39, p. 309-326.
- ROSE, K. R. & KASPER, G. (2002). (eds.). *Pragmatics and language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SACKS, H.; SCHLEGOFF, E. A. & JEFFERSON, G. (1974). A simplest systematics for the organization of turn-talking for conversation. *Language*. 50, v.4, part I, p. 696-735.
- SALAZAR-CAMPILLO, P. & USÓ-JUAN, E. (2002). "The Presentation of Pragmatics in Current Tourism Texts: The Speech Acts of Suggesting and Advising." *Proceedings of the 5th International Conference on Languages for Specific Purposes* (ed). Luttikkhuizen, F., Universitat de Barcelona: Canet de Mar, p. 311-318.
- SALSBURY, T. & BARDOVI-HARLIG, K. (2001). "I know you mean, but I don't think so: Disagreements in L2 English". BOUTON, F. (ed.). *Pragmatics and Language Learning*, v. 10. p. 131-151. Illinois: Division of English as an International Language.
- SANTORO, E. (2012). A constituição de um *corpus* de italiano falado para o estudo de pedidos e pedidos de desculpas: considerações sobre a validade interna e externa dos dados. In: MELLO, H.; PETTORINO, M. & RASO, T. (eds.). *Proceedings of VII GSPC*
- SANTORO, E. (2013). "Lo sviluppo della competenza pragmatica in italiano L2: un esperimento a partire da un corso online". RÜCKL, M., SANTORO, E., VEDDER, I. (orgs.). *Contesti di apprendimento di italiano L2: tra teoria e pratica didattica*. Firenze, Franco Cesati, p. 27-42.

SANTORO, E. (2014). “Perché e come insegnare pragmatica a parlanti non nativi: un esempio per l’italiano come seconda lingua”. TORQUATO, C.P. & ROMANELLI, S. (orgs.). *Estudos Italianistas: ensino e aprendizagem da língua italiana no Brasil*, Chapecó: Argos, p. 225-245.

SANTOS, P. S. (2009). *Ordem ou pedido? Como os brasileiros interpretam atos de fala produzidos por aprendizes de PLE*. Dissertação de Mestrado ao programa de pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/SantosPS.pdf>.

SBISÀ, M. (2001). Illocutionary force and degrees of strength in language use. *Journal of pragmatics*, n.3, v.12, p.1791-1814.

SBISÀ, M. (2002). Speech acts in context. *Language & Communication* v. 22, p. 421-436.

SBISÀ, M. (2009). *Linguaggio, ragione, interazione: Per una pragmatica degli atti linguistici*. Edição digital: Edizioni Università di Trieste (1ª ed. 1989).

SCHAUER, G. A. (2004). May you speak louder maybe? Interlanguage pragmatic development in requests. *EUROSLA Yearbook*, v. 4, Amsterdam: Benjamins, p. 253-73.

SCHMIDT, R. (1983). “Interaction, acculturation, and the acquisition of communicative competence: A case study of an adult. *Sociolinguistics and language acquisition*, v. 137, p. 174.

SEARLE, J.R. (1981). *Actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina. Tradução portuguesa de Carlos Vogt, Ana C. Maleronka, Balthazar B. Filho, Maria S. Gonçalves, Adail U. Sobral. (Título original: *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969).

SEARLE, J.R. (2002). *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes. Tradução brasileira de Ana Cecília G. A. de Camargo, Ana Luiza Marcondes Garcia. (Título original: *Expression and meaning: studies in the theories of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979).

SERIANNI, L. (1991). *Grammatica italiana: italiano comune e lingua letteraria*. Torino: UTET Libreria.

- TATSUKI, D. (2006). What is Authenticity? Proceedings of the 5th Annual JALT Pan-SIG Conference. May 13-14, 2006. Shizuoka, Japan: Tokai University College of Marine Science, p. 1 – 15.
- THOMAS, J. (1983). Cross-cultural pragmatic failure. *Applied Linguistics*, n 4, p. 91-112.
- TROSBORG, A. (1995). *Interlanguage pragmatics: requests, complaints and apologies*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter.
- VEDDER, I. (2007). Competenza pragmatica e complessità sintattica in italiano L2: l'uso dei modificatori nelle richieste. *Linguistica e Filologia*, v. 25, Università degli Studi di Bergamo, p. 99-123.
- WEEDWOOD, B. (2008). *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.
- YULE, G. (1996). *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.